



DIÁRIO

República Federativa do Brasil

DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

ANO XLV — Nº 69

SÁBADO, 16 DE JUNHO DE 1990

BRASÍLIA — DF

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 — ATA DA 76ª SESSÃO, EM 15 DE JUNHO DE 1990

1.1 — ABERTURA

1.2 — EXPEDIENTE

1.2.1 — Mensagem do Governador do Distrito Federal

— Nº 85/90-DF (nº 58/90, na origem), restituindo autógrafos de projeto de lei sancionado.

1.2.2 — Pareceres

Referentes às seguintes matérias:

— Projeto de Lei da Câmara nº 30, de 1990, que prorroga a vigência do I Plano Nacional de Informática e Automação (Planin).

— Projeto de Decreto Legislativo nº 62/89, que homologa o ato do Conselho Monetário Nacional que autorizou a emissão de papel-moeda, no exercício de 1986, no valor de até Cz\$ 13.000.000.000,00.

— Projeto de Decreto Legislativo nº 64/89, que homologa o ato do Conselho Monetário que autoriza a emissão de papel-moeda, no exercício de 1986, no valor de Cz\$ 55.000.000.000,00, para atender às atividades produtivas do País e à circulação da riqueza nacional.

— Ofício nº S/21/89, que autoriza o Governo do Estado do Amazonas a contratar operação de crédito no valor em cruzados correspondentes a 15.000.000,00 de Obrigações do Tesouro Nacional. (Projeto de Resolução nº 21/90.)

— Ofício nº S/18/90, que submete à deliberação do Senado Federal solicitação do

Estado do Espírito Santo para que seja autorizado a emitir Letras Financeiras do Tesouro do Estado do Espírito Santo (LFT-ES), com vencimento em 1990. (Projeto de Resolução nº 22/90.)

— Ofício nº S/19/90, no sentido de que seja autorizada a emissão e colocação no mercado de Letras Financeiras do Tesouro do Estado do Rio Grande do Sul (LFT-RS), cujos recursos serão destinados ao giro de 107.862.370 LFT-RS. (Projeto de Resolução nº 23/90.)

— Ofício nº S/21/90, no sentido da contratação de operação de crédito externo no valor de DM 23,0 milhões de marcos alemães, a ser firmada entre a CESP — Companhia Energética de São Paulo e o Ansaldo Gie S.P.A., de Milão — Itália. (Projeto de Resolução nº 24/90.)

1.2.3 — Comunicação da Presidência

Abertura de prazo para apresentação de emendas aos Projetos de Resolução nºs 21 a 24/90, constantes de pareceres lidos anteriormente.

1.2.4 — Discursos do Expediente

SENADOR LOURIVAL BAPTISTA — Artigo publicado no jornal *A Tarde*, de Salvador, de autoria de Josué Montello, em homenagem à memória de Luiz Viana, recentemente falecido.

SENADOR MÁRIO MAIA — Trabalho desenvolvido por S. Ex^a junto aos órgãos do Governo em favor dos produtores de borracha, visando a liberação de créditos para o custeio, realinhamento de preços, e prorrogação de empréstimos vendidos.

SENADOR ODACIR SOARES — Evolução da colonização oficial na Amazônia, particularmente em Rondônia.

SENADOR JARBAS PASSARINHO — Reforma agrária. Falta de critérios no corte de pessoal em efetivação pelo Governo, com prejuízos para o trabalho da Sucam no combate à malária na Amazônia. Breve comentário sobre os partidos políticos no Brasil.

SENADOR JUTAHY MAGALHÃES — Observações sobre o corte de pessoal que se verifica no atual Governo. Contradição na propalada redução de gastos do Governo e a vultosa despesa da comitiva do Presidente. Fernando Collor à Itália, para assistir jogos da copa do mundo.

SENADOR MAURO BENEVIDES — Reinclusão do BNB no Conselho Monetário Nacional e sua exclusão das decisões plenárias do Conselho Diretor da Sudene.

SENADOR RUY BACELAR — Situação do setor de transportes no País.

1.3 — ORDEM DO DIA

Projeto de Lei do Senado nº 23, de 1990, de autoria do Senador João Menezes, que compatibiliza os interesses dos trabalhadores com as necessidades das empresas em situação difícil. *Apreciação adiada* por falta de *quorum* para o prosseguimento da sessão.

Mensagem nº 182, de 1989 (nº 500/89, na origem), relativa à proposta para que seja autorizado o Governo do Estado do Piauí, em caráter excepcional, a emitir,

EXPEDIENTE
CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

PASSOS PÔRTO
Diretor-Geral do Senado Federal
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor Executivo
CESAR AUGUSTO JOSÉ DE SOUZA
Diretor Administrativo
LUIZ CARLOS DE BASTOS
Diretor Industrial
FLORIAN AUGUSTO COUTINHO MADRUGA
Diretor Adjunto

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL
Impresso sob a responsabilidade da Mesa do Senado Federal

ASSINATURAS

Semestral Cr\$ 1.069,00

Tiragem. 2.200-exemplares.

mediante registro no Banco Central do Brasil, Letras Financeiras do Tesouro do Estado do Piauí (LFTPI), destinadas a possibilitar a substituição de 1.200.000 Obrigações do Tesouro daquele Estado. **Apreciação adiada por falta de quorum para o prosseguimento da sessão.**

Parecer nº 130, de 1990, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, concluindo pela restituição ao Poder Executivo da Mensagem nº 71, de 1987 (nº 97/87,

na origem) encaminhando ao Senado Federal proposta de reassentamento de ex-ocupante da Reserva Indígena Pimentel Barbosa, no Estado do Mato Grosso, através de alienação de terras do domínio da União, com área superior a 3.000 hectares. **Apreciação adiada por falta de quorum para o prosseguimento da sessão.**

1.3.1 — Designação da Ordem do Dia da próxima sessão

1.4 — ENCERRAMENTO

2 — ATAS DE COMISSÕES

3 — MESA DIRETORA

4 — LÍDERES E VICE-LÍDERES DE PARTIDOS

5 — COMPOSIÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES

Ata da 76ª Sessão, em 15 de junho de 1990

4ª Sessão Legislativa Ordinária, da 48ª Legislatura

Presidência do Sr. Pompeu de Sousa

ÀS 9 HORAS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Mário Maia — Odacir Soares — Jarbas Passarinho — Alexandre Costa — Chagas Rodrigues — Mauro Benevides — Ney Maranhão — Pompeu de Sousa — Mendes Canale.

O SR. PRESIDENTE (Pompeu de Sousa)

— A lista de presença acusa o comparecimento de 10 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O Sr. 1º Secretário procederá à leitura do Expediente.

É lido o seguinte

EXPEDIENTE

MENSAGEM DO GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL

Restituindo autógrafos de projeto de lei sancionado:

Nº 85/90-DF (nº 58/90, na origem), de 12 do corrente, relativa ao Projeto de Lei do

DF nº 19, de 1990, que cria o Distrito de Limpeza de Ceilândia na estrutura administrativa do Serviço Autônomo de Limpeza Urbana, e dá outras providências. (Projeto que se transformou na Lei nº 106, de 12 de junho de 1990).

PARECERES

PARECER Nº 193, DE 1990

Da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 30, de 1990 (Mensagem nº 375, de 1990), do Senhor Presidente da República, que prorroga a vigência do I Plano Nacional de Informática e Automação (PLANIN).

Relator: Senador Fernando Henrique Cardoso

Com a Mensagem nº 375, de 16 de abril de 1990, o Senhor Presidente da República encaminhou à deliberação do Congresso Nacional o Projeto de Lei nº 4.778, de 1990, que "prorroga a vigência do I Plano Nacional de Informática e Automação — PLANIN".

Submetido, inicialmente, à consideração da Câmara dos Deputados, o referido projeto

de lei aprovou com emenda que, ampliando o prazo de prorrogação inicialmente previsto de 90 (noventa) dias para 180 (cento e oitenta) dias, deu origem à redação final do Projeto de Lei nº 4.779-B, de 1990, ora submetido à consideração do Senado Federal.

Na Exposição de Motivos nº 2, de 9 de abril de 1990, o Senhor Secretário de Ciência e Tecnologia expõe a necessidade do Poder Executivo, tendo retirado o texto do II PLANIN, já encaminhado ao Congresso Nacional, para reexame, manter a vigência do atual planejamento do setor de informática, pelo que solicita a prorrogação ora em análise. É o relatório.

Consideramos as razões apresentadas na Exposição de Motivos citada, bem como as aditadas pelo relator da matéria na Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, Deputado Maurício Fruct, a seguir expostas:

1 — a necessidade de uma intensa e constante atenção para os assuntos de Informática, alvo sempre visado pelas pressões internas e externas na vida econômica nacional;

2 — a necessidade do urgente encaminhamento do II PLANIN ao Congresso Nacio-

nal, com as diretrizes e filosofia que o novo governo pretende consagrar ao assunto;

3 — a manutenção da vigência do I PLANIN por prazo suficiente para análise e decisão pelo Congresso Nacional do novo Plano.

Pelas razões acima, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 4.779-B, de 1990, com a redação final apresentada ao Senado Federal.

Sala das Comissões, 13 de junho de 1990.

— João Calmon, Presidente — Fernando Henrique Cardoso, Relator — Francisco Rollemberg — Mário Maia — Meira Filho — Mansueto de Lavor — Jorge Bornhausen — Afonso Arinos — José Fogaça — Marco Maciel — Nabor Júnior — Mauro Benevides — Severo Gomes.

PARECER Nº 194, DE 1990

Da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 62, de 1989 (nº 84-B, de 1985, na Câmara dos Deputados) que homologa o ato do Conselho Monetário Nacional que autorizou a emissão de papel-moeda, no exercício de 1986, no valor de até Cz\$ 13.000.000.000,00 (treze bilhões de cruzados).

Relator: Senador José Fogaça

O projeto em exame teve origem na Mensagem nº 814, de 23-13-86, do Poder Executivo, através da qual era solicitada a homologação, pelo Congresso Nacional, do ato do Conselho Monetário Nacional autorizando a emissão de papel-moeda, no exercício de 1986, no valor de até Cz\$ 13.000.000.000,00 (treze bilhões de cruzados).

A referida emissão de papel-moeda foi efetivada em 1986. Visto que seus efeitos são definitivos e irreversíveis, torna-se irrelevante examinar o mérito da medida. Resta-nos, tão-somente, dar suporte legal ao ato do Poder Executivo.

Devemos, todavia, ressaltar que tamanho atraso no exame da matéria constitui grave deficiência; cabe aqui sugerir o exame das causas para esse atraso, com vistas a impedir a sua repetição.

Em face do exposto, votamos favoravelmente à aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 62, tal como aprovado na Câmara dos Deputados.

Sala das Comissões, 13 de junho de 1990.
— Severo Gomes, Presidente — José Fogaça, Relator — Cid Sabóia de Carvalho — João Calmon — Chagas Rodrigues — Roberto Campos — Francisco Rollemberg — Meira Filho — Mansueto de Lavor — Nabor Júnior — Maurício Corrêa — Jorge Bornhausen — Fernando Henrique.

PARECER Nº 195, DE 1990

Da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 64, de 1989 (nº 110-B, de 1989-CD) que "homologa o ato do Conselho Monetário que autorizou a emissão de papel-moeda, no exercício de 1986, no valor

de Cr\$ 55.000.000.000,00 (cinquenta e cinco bilhões de cruzados), para atender às atividades produtivas do País e à circulação da riqueza nacional".

Relator: Senador Cid Sabóia de Carvalho
E submetida à apreciação do Senado Federal o texto do Decreto Legislativo nº 64, de 1989 (nº 110-B, de 1989-CD), que "homologa o ato do Conselho Monetário Nacional que autorizou a emissão de papel-moeda, no exercício de 1986, no valor de Cr\$55.000.000.000,00... (cinquenta e cinco bilhões de cruzados), para atender às atividades produtivas do País e à circulação da riqueza nacional".

Como se constata, a proposição em exame trata de matéria de competência exclusiva do Congresso Nacional, muito embora a emissão de papel-moeda, tendo sido realizada em 1986, com seus efeitos financeiros e econômicos já totalmente realizados, definitivos e irreversíveis, torne tão-somente formal o exercício dessa competência.

Resta-nos, à semelhança dos pareceres oriundos da Câmara dos Deputados, manifestar estranheza pela demora da apreciação de matéria tão relevante e, dado a inocuidade da avaliação do mérito, concluímos pela homologação do ato do Conselho Monetário Nacional, na forma do Projeto de Decreto Legislativo nº 64, de 1989.

Sala das Comissões, 13 de junho de 1989.
— Severo Gomes, Presidente — Cid Sabóia de Carvalho, Relator — João Calmon — Maurício Corrêa — José Fogaça — Roberto Campos — Francisco Rollemberg — Meira Filho — Chagas Rodrigues — Mansueto de Lavor — Nabor Júnior — Jorge Bornhausen — Fernando Henrique.

PARECER Nº 196, DE 1990

Da Comissão de Assuntos Econômicos sobre o Ofício nº S/21, de 1989 (nº 114/89-GE, na origem), do Senhor Governador do Estado do Amazonas, solicitando seja alterada a Resolução nº 17, de 25 de janeiro de 1989, do Senado Federal, que autoriza o Governo do Estado do Amazonas a contratar operação de crédito no valor em cruzados correspondentes a 15.000.000,00 de Obrigações do Tesouro Nacional.

Relator: Senador Aureo Mello

Com o Ofício nº S/21, de 1989, o Senhor Governador do Estado do Amazonas solicita seja alterada a Resolução nº 17, de 25 de janeiro de 1989 do Senado Federal que autorizou o Governo do Estado a contratar operação de crédito no valor em cruzados correspondente a 15.000.000,00 de Obrigações do Tesouro Nacional — OTN, junto ao Banco do Estado do Amazonas na qualidade de agente financeiro da Caixa Econômica Federal, destinada à ampliação do sistema de abastecimento de água, coleta e disposição final dos esgotos sanitários e sistema de drenagem pluvial da cidade de Manaus, com vistas a permitir a realização da operação diretamente

te com a Caixa Econômica Federal e a possibilitar a aplicação dos recursos em obras de infra-estrutura na capital e em outras cidades do interior do Estado.

As alterações propostas justificam-se, conforme assegura o Senhor Governador do Estado do Amazonas, em virtude de o Banco do Estado do Amazonas S.A. não possuir capacidade financeira para agenciar a operação pretendida.

Por outro lado, a Lei Estadual nº 1.871, de 23-11-88, alterou a Lei nº 1.793, de 21-8-87, inclusive no que se refere à destinação dos recursos.

Assim, tendo em vista que os aspectos técnicos da operação de crédito autorizada na Resolução nº 17, de 1989, do Senado Federal, já foram objeto de deliberação por esta Casa Legislativa e que as alterações objeto do pedido em exame não modificam as condições financeiras anteriormente aprovadas, somos pelo acolhimento do pedido na forma do seguinte:

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 21, DE 1990

Altera a Resolução nº 17, de 25 de janeiro de 1989, do Senado Federal.

Art. 1º O art. 1º da Resolução nº 17, de 25 de janeiro de 1989, do Senado Federal, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º É o Governo do Estado do Amazonas, nos termos do art. 2º da Resolução nº 93, de 11 de outubro de 1976, alterada pela Resolução nº 140, de 5 de dezembro de 1985, ambas do Senado Federal, autorizado a contratar operação de crédito no valor correspondente em cruzeiros a 15.000.000,00 de Obrigações do Tesouro Nacional — OTN, junto à Caixa Econômica Federal, destinada à execução de obras de infra-estrutura na cidade de Manaus e em cidades do interior do Estado."

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, 13 de junho de 1990.
— Severo Gomes, Presidente — Aureo Mello, Relator — José Fogaça — Cid Sabóia de Carvalho — João Calmon — Maurício Corrêa — Roberto Campos — Francisco Rollemberg — Meira Filho — Chagas Rodrigues — Mansueto de Lavor — Jorge Bornhausen — Fernando Henrique — Nabor Júnior.

PARECER Nº 197, DE 1990

Da Comissão de Assuntos Econômicos sobre o Ofício nº S/18, de 1990 (nº 3.415/90, na origem), do Senhor Presidente do Banco Central do Brasil, que submete à deliberação do Senado Federal solicitação do Estado do Espírito Santo para que seja autorizado a emitir Letras Financeiras do Tesouro do Estado do Espírito Santo (LFTES), com vencimento em 1990.

Relator: Senador João Calmon

Com o Ofício nº S/18, de 1990, o Senhor Presidente do Banco Central do Brasil encaminha ao Senado Federal solicitação do Estado do Espírito Santo para que seja autorizado a emitir e colocar no mercado, no corrente exercício, Letras Financeiras do Tesouro do Estado do Espírito Santo — LFTES cujos recursos serão destinados ao giro de 24.602.259 (vinte e quatro milhões, seiscentos e dois mil, duzentos e cinquenta e nove) LFTES com vencimento no corrente exercício.

2. A emissão pretendida será realizada nas seguintes condições:

- a) quantidade: a ser definida na data de resgate dos títulos a serem substituídos, deduzida a parcela de 12% a título de juros;
- b) modalidade: nominativa-transferível;
- c) rendimentos: igual ao das Letras Financeiras do Tesouro Nacional (mesma taxa referencial);
- d) prazo: 730 dias;
- e) valor nominal: Cr\$ 1,00
- f) características dos títulos a serem substituídos:

Vencimento	Quantidade
15-5-90	9.460.000
1-6-90	4.292.259
15-6-90	10.850.000
Total	24.602.259

A Diretoria de Política Monetária do Banco Central do Brasil, considerando que a efetivação da emissão pretendida contem-se nos limites fixados pela Resolução nº 94, de 15 de dezembro de 1989, do Senado Federal pronunciou-se favoravelmente ao seu registro, uma vez obtida a aprovação desta Casa Legislativa.

A realização da operação em causa tem em vista possibilitar o giro da dívida mobiliária interna do Estado do Espírito Santo.

Na hipótese, tendo em vista que foram observados os limites e condições estabelecidos na Resolução nº 94, de 15 de dezembro de 1989, e que a situação das finanças da maioria dos Estados brasileiros torna imprescindível a rolagem de sua dívida, somos favoráveis à aprovação da emissão de títulos pretendida, nos termos do seguinte:

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 22, DE 1990

Autoriza o Estado do Espírito Santo a emitir e colocar no mercado Letras Financeiras do Tesouro do Estado do Espírito Santo — LFTES.

O Senado Federal resolve:

Art. 1º E o Estado do Espírito Santo autorizado a emitir e a colocar no mercado, no exercício de 1990, Letras Financeiras do Tesouro do Estado do Espírito Santo — LFTES, em quantidade suficiente ao giro de 24.602.259 (vinte e quatro milhões, seiscentos e dois mil, duzentos e cinquenta e nove) LFTES, vencíveis em 1990, pelo valor de res-

gate, deduzida parcela de 12% (doze por cento) a título de juros reais.

Art. 2º A autorização de que trata esta Resolução terá validade até 30 de dezembro de 1990.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Comissões, 13 de junho de 1990.
— Severo Gomes, Presidente — João Calmon, Relator — José Fogaça — Cid Sabóia de Carvalho — Maurício Corrêa — Roberto Campos — Francisco Rollemberg — Meira Filho — Chagas Rodrigues — Mansueto de Lavoura — Nabor Júnior — Jorge Bornhausen — Fernando Henrique.

PARECER Nº 198, DE 1990

Da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre o Ofício nº S/19, de 1990 (nº 3.417, na origem), do Senhor Presidente do Banco Central do Brasil, encaminhando ao Presidente do Senado Federal, pedido formulado pelo Estado do Rio Grande do Sul, no sentido de que seja autorizada àquele Estado a emissão e colocação no mercado de Letras Financeiras do Tesouro do Estado do Rio Grande do Sul (LFTRS), cujos recursos serão destinados ao giro de 107.862.370 LFTRS.

Relator: Senador José Fogaça

Nos termos do que dispõe o artigo 9º da Resolução nº 94, de 1989, do Senado Federal, o Senhor Governador do Estado do Rio Grande do Sul submete à consideração desta Casa a proposta no sentido de que seja autorizada àquele Estado a emissão e colocação no mercado, através de ofertas públicas, de Letras Financeiras do Tesouro do Estado do Rio Grande do Sul (LFTRS), cujos recursos, advindos de tal emissão, serão destinados ao giro de 107.862.370 LFTRS com vencimento em 1990.

O processo se acha convenientemente instruído, incluindo elementos que demonstram que a operação ficará dentro dos limites fixados nos artigos 2º e 3º da Resolução nº 94, de 1989, desta Casa. Consta, também, do processo documento atestatório da necessária apreciação e aprovação do Banco Central.

Quanto ao fato do pleito não ter vindo acompanhado de documentação comprobatória de que a operação pretendida se acha devidamente autorizada pelo Poder Legislativo do Estado do Rio Grande do Sul, cabe observar que tal requisito não constitui exigência prevista na Resolução nº 94/89-SF, no caso de operações de crédito interno intralimite, para a autorização por parte do Senado Federal, por entendê-lo como matéria interna do Estado.

As condições básicas da operação, nos termos da proposta do Governo do Estado do Rio Grande do Sul e do voto DIPOM, nº 90/132 (BCB nº 488/90), do Banco Central do Brasil, são as seguintes:

a) quantidade: a ser definida na data de resgate dos títulos a serem substituídos, deduzida a parcela de 12% a título de juros;

b) modalidade: nominativa-transferível;

c) rendimentos: igual ao das Letras Financeiras do Tesouro Nacional (mesma taxa referencial);

d) prazo: 2.555 dias

e) valor nominal: Cr\$ 1,00

f) forma de colocação: através de ofertas públicas, no termos da Resolução nº 565, de 20-9-79, deste Banco Central.

Em termos de impacto da operação sobre os limites de endividamento estabelecidos pelo Senado Federal — através da Resolução nº 94, de 1989 — o voto da Diretoria do Banco Central do Brasil assinala, com base nas avaliações de seus setores técnicos, que a alteração pretendida não possui efeitos significativos no endividamento do Estado do Rio Grande do Sul e que, mesmo após sua efetivação, tal Estado ficará abaixo dos limites operacionais indicados no artigo 3º da resolução supra, manifestando-se favoravelmente ao pleiteado por aquela unidade da federação e ao encaminhamento do registro respectivo.

Assinale-se que a apreciação prévia pelos setores técnicos de tal instituição, previstas no artigo 9º da resolução supra, decorre do interesse do Senado Federal, ao tirar partido da estrutura do Banco Central, para a adequada instrução dos processos, de viabilizar o exercício de um apropriado nível de controle sobre o acatamento às normas e limites estabelecidos sem a necessidade da criação de novas estruturas.

Quanto à parte formal, cabe assinalar que, segundo o que estabelece o artigo 15, da Resolução nº 94/89-SF, as resoluções autorizativas deverão incluir, as seguintes informações:

a) valor da operação;

b) objetivo da operação e órgão executor;

c) condições financeiras básicas da operação;

d) prazo para o exercício da autorização.

Assim, considerados tais aspectos e, especialmente, o fato do Estado do Rio Grande do Sul dispor de margens utilizáveis de endividamento, à luz dos critérios estabelecidos, somos pelo acolhimento do pedido de autorização, nos termos do seguinte:

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 23, DE 1990

Autoriza o Governo do Estado do Rio Grande do Sul a emitir e colocar no mercado de Letras Financeiras do Tesouro do Estado do Rio Grande do Sul (LFTRS), cujos recursos, advindos de tal emissão, serão destinados ao giro de 107.862.370 LFTRS.

Art. 1º É o Governo do Estado do Rio Grande do Sul autorizado, nos termos do que dispõe o artigo 9º, da Resolução nº 94, de 1989, do Senado Federal a emitir e colocar no mercado o montante de Letras Financeiras do Tesouro do Estado do Rio Grande do Sul (LFTRS) necessário para o giro de

107.862.370 LFTRS, com vencimento em 1990.

Parágrafo único. A emissão e a colocação dos títulos a que se refere este artigo será efetuada com observância às seguintes condições básicas:

a) quantidade: a ser definida na data de resgate dos títulos a serem substituídos, deduzida a parcela de 12% a título de juros;

b) modalidade: nominativa-transferível;

c) rendimentos: igual ao das Letras Financeiras do Tesouro Nacional (mesma taxa referencial);

d) prazo: 2.555 dias

e) valor nominal: Cr\$ 1,00

f) forma de colocação: através de ofertas públicas, nos termos da Resolução nº 565, de 20-9-79, do Banco Central do Brasil.

Art. 2º A presente autorização será exercida até 30 de novembro de 1990.

Art. 3º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 13 de junho de 1990.
— Severo Gomes, Presidente — José Fogaça Relator — Cid Sabóia de Carvalho — Fernando Henrique — Jorge Bornhausen — Nabor Júnior — Mansueto de Lavor — João Calmon — Maurício Corrêa — Roberto Campos — Francisco Rollemberg — Meira Filho — Chagas Rodrigues.

PARECER Nº 199, DE 1990

Da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre o Ofício "S", nº 21, de 1990, (Ofício/GG/OQ/005/90, na origem) do Senhor Governador do Estado de São Paulo, solicitando autorização do Senado Federal, para contratar operação de crédito externo no valor de DM 23,0 milhões (vinte e três milhões de marcos alemães), a ser firmada entre a CESP — Companhia Energética de São Paulo e o Ansaldo GIE S.P.A., de Milão — Itália.

Relator: Senador José Fogaça

Com o Ofício nº 21, de 1990, o Senhor Governador do Estado de São Paulo solicita autorização do Senado Federal para que a CESP — Companhia Energética de São Paulo, contrate junto ao Ansaldo GIE S.P.A., de Milão-Itália operação de crédito externo, no valor de DM 23,0 milhões (vinte e três milhões de marcos alemães), destinados a financiar a aquisição de equipamentos de origem italiana para a Usina Hidroelétrica de Rosana que a CESP está construindo na localidade chamada Pontal do Parapanema, com as seguintes condições:

Devedor: Cia Energética de São Paulo — CESP

Garantidor: Tesouro do Estado de São Paulo

Credor: Ansaldo Gie Spa

Valor: DM 23,0 milhões (85 PCT)

Juros: 8,68 PCT A.A. (Taxas e consensus para DM)

Condições de pagamento:

— Do down payment:

A) Referente a reajuste de preços — DM 3.240.000,00: mediante apresentação das respectivas faturas.

B) Referente ao montante provisional — DM 210.217,00.

B.1 — Equipamentos, peças de reposição, custos de pré-financiamento e frete de seguro — 1 pct.

— Dentro de 45 dias da Emissão das Guias de Importação.

B.2 — Frete e Seguro.

— Mediante recebimento pela CESP dos Documentos de embarque e apresentação das respectivas faturas.

B.3 — Serviços: 90 dias antes do início dos serviços, após a averbação do contrato pelo INPI e mediante apresentação das respectivas faturas.

B.4 — Demais itens: Mediante apresentação das faturas.

Do principal:

— Em 20 parcelas semestrais, iguais e consecutivas, vencendo-se a primeira em 30-7-91.

Dos juros:

— Na carência: semestralmente vencidos e incorporados ao principal.

— Na amortização: semestralmente vencidos, juntamente com as parcelas do principal financiado.

O pedido, assim, não só está devidamente instruído na forma da Resolução nº 94, de 15-12-89, deste Senado Federal, como obedece todas as disposições nela contidas.

Do exposto, inexistindo óbice a que seja concedida a autorização pretendida pelo Estado de São Paulo, nos termos do seguinte:

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 24, DE 1990

Autoriza a Companhia Energética de São Paulo a ultimar contratação de crédito externo no valor equivalente a DM 23,0 milhões (vinte e três milhões de marcos alemães), junto ao Ansaldo GIE S.P.A., de Milão — Itália.

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É a Companhia Energética de São Paulo nos termos dos incisos V e VII do artigo 52 da Constituição Federal, autorizadas a contratar operação de crédito externo com o aval do Estado de São Paulo no valor de DM 23,0 milhões (vinte e três milhões de marcos alemães) junto ao Ansaldo GIE S.P.A., de Milão — Itália, destinada a financiar a aquisição de equipamentos de origem italiana para a Usina Hidroelétrica de Rosana, na localidade de Pontal do Parapanema — SP.

Art. 2º A operação deverá obedecer às seguintes condições financeiras básicas:

a) Condições de pagamento:

1 — do principal — em 20 parcelas semestrais, iguais e consecutivas, vencendo-se a primeira em 30-7-91;

2 — dos juros, durante o período de carência: semestralmente vencidos e incorporados ao principal e durante a amortização; semes-

tralmente vencidos, juntamente com as parcelas do principal financiado.

Art. 3º A autorização de que trata esta Resolução valerá pelo prazo de 12 meses a contar da data de sua publicação.

Art. 4º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Comissões, 13 de junho de 1990.
— Severo Gomes, Presidente — José Fogaça, Relator — Mansueto de Lavor — Cid Sabóia de Carvalho — Francisco Rollemberg — Meira Filho — Chagas Rodrigues — Roberto Campos — João Calmon — Maurício Corrêa — Jorge Bornhausen — Fernando Henrique — Lourival Baptista — Nabor Júnior.

O SR. PRESIDENTE (Pompeu de Sousa)

— O expediente lido vai à publicação. (Pausa.)

Foram encaminhados à publicação pareceres da Comissão de Assuntos Econômicos que concluem pela apresentação dos Projetos de Resolução nº 21, 22, 23 e 24, de 1990, relativos a Operações de Crédito. As matérias ficarão sobre a mesa, durante cinco Sessões Ordinárias, para recebimento de emendas, nos termos do disposto no art. 235, II, f, combinado com o art. 277 do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Pompeu de Sousa)

— Há oradores inscritos.

Concedo a palavra ao nobre Senador Lourival Baptista.

O SR. LOURIVAL BAPTISTA (PFL — SE. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, no último dia 8, sexta-feira, fiz pronunciamento desta tribuna exaltando a vida e a obra do inesquecível e pranteado amigo e Senador Luiz Viana Filho, que Deus levou de nosso convívio há pouco mais de uma semana.

Disse palavras que iam fundo no meu coração, ressaltando a importância de Luiz Viana para a vida pública brasileira em muitas décadas, ele que exerceu tantos e tão importantes cargos e desempenhou tantas e tão complexas e espinhosas missões, sempre com êxito.

Mais do que isto, abordei aspectos da vida pessoal de Luiz Viana e dos laços de amizade, de verdadeira irmandade que com ele mantivemos, minha família e eu, ao longo de quase 50 anos de nossas vidas.

Pedi, na ocasião, que fossem transcritos artigos que quase toda a imprensa brasileira publicou a respeito dele, exaltando-lhe a figura humana e o profissional, o político, o executivo.

Lendo o jornal A Tarde, de Salvador, de ontem, encontrei uma verdadeira peça literária escrita pelo imortal Josué Montello, igualmente amigo fraterno de Luiz Viana, no qual enaltece outras qualidades inerentes ao nosso saudoso Luiz Viana.

Eu não poderia deixar de me referir a esse brilhante artigo da lavra fértil desse grande escritor brasileiro que é Josué Montello so-

bretudo pelos aspectos que ele menciona sobre Luiz Viana.

Por esta razão, Sr. Presidente, Srs. Senadores, é que solicito que o artigo de Josué Montello seja igualmente incorporado a este meu pronunciamento.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE
O SR. LOURIVAL BAPTISTA EM
SEU DISCURSO:**

A Tarde

Salvador — Bahia, quinta-feira, 14-6-1990

O AMIGO FRATERO

Josué Montello

Guarda a Bahia, desde a última quarta-feira, no seu chão glorioso, o meu querido amigo Luiz Viana Filho.

Com ele desaparece não apenas o companheiro dileto, meu confrade da Academia, mas sobretudo o grande escritor, o político eminente, governador de sua terra, herdeiro da linhagem política de seu ilustre pai, e o mais polido de seus contemporâneos, onde quer que estivesse. Aquele a quem Alceu Amoroso Lima, com a sua autoridade de grande crítico literário, definiu como o príncipe de nossos biógrafos. O parlamentar que soube honrar com seus discursos a Tribuna da Câmara e do Senado, e a quem este confiou a direção de seus trabalhos, confirmando-lhe os méritos.

Tudo isso explica a consternação da Bahia, ao ver desfilar-lhe o coche fúnebre, pelas ruas de Salvador depois de o ter velado, por uma noite, com o pranto de seu povo, no mesmo palácio de que ele foi titular.

Fui amigo de Luiz Viana Filho durante 50 anos. Sem uma divergência, sem um desentendimento, embora fossem opostas, muitas vezes, as nossas convicções. Por esta razão natural: a amizade não é uma subordinação ou uma concordância perpétua, é sobretudo um diálogo em que o respeito mútuo corrige as divergências dos interlocutores.

Digo diálogo, e sei que digo bem. Porque o amigo é também o companheiro que sempre dá assunto para a conversa diária. O silêncio, quanto mais espaçado, mais nos distancia: acaba por interromper a conversa, levando-a ao silêncio excessivo que freqüentemente a exaure, para deixar apenas uma lembrança quase desfeita.

Mas Luiz Viana Filho não foi apenas meu amigo. Estou inclinado a concluir que a amizade era nele um dom natural. Nascera para ser amigo, com o gosto de admirar, de servir, de diluir os antagonismos excessivos. Daí ter sido amigo de muitos. Com a faculdade de longos silêncios, sem que, com estes hiatos, o sentimento da afeição se desmanchasse. Bastava-lhe um encontro fortuito, uma palavra, um simples cartão de Natal, para que a afeição se reavivasse, reafirmando. A brasa da cordialidade estava acesa sob a cinza do tempo.

Há poucos dias, num programa de televisão, ouvi esta gorda bobagem: que Luiz Viana

representava a mais antiga oligarquia baiana. Daí — dizia o locutor — a continuidade de suas vitórias eleitorais, como deputado, como senador, como governador.

Nada disso. Luiz devera seus triunfos a circunstâncias de ter sido, por 60 anos contínuos, um modelo de polidez, de austeridade, de equilíbrio. Estou mesmo inclinado a concluir que, ao longo de todas essas décadas, ele soube ser, exemplarmente, o mais civilizado dos brasileiros. Ou um deles, entre poucos.

Não sei se foi o Jacinto, de A cidade e as serras que o levou à descoberta e ao convívio de Eça de Queiroz, de quem acabaria por ser o último grande biógrafo. Aquelas virtudes superiores que o romancista português deu a seu personagem eram as virtudes de Luiz Viana Filho — sem o tédio da vida realizada. Tanto teria gosto na leitura de Platão quanto no ato de correr os olhos por um velho número do Diário de Notícias.

Dois dias antes de sua morte, estive ele comigo, na sala em que escrevo, rodeado de livros. Gostava de ficar aqui, distraído-se com aquele mexerico superior que é, por vezes, o encanto da conversa prolongada. Passamos uma revista geral em nossos problemas, aludimos a amigos comuns; avivamos figurinhas e figurões; reorganizamos o universo, para acabar concluindo que o País fazia muito mal em não estar ali, por trás da porta, a ouvir nossos conselhos e advertências.

Antes que ele se fosse, fiz-lhe uma surpresa: tirei dos meus guardados um recorte de jornal, que encontrei nos papéis de Constância Alves, com uma carta de Rui Barbosa, de 1915, sobre Pinheiro Machado.

Estou vendo Luiz pôr os óculos, buscar a melhor incidência da luz, contrair as sobrancelhas, e por fim dizer-me, com o ar feliz de quem achara um dado a mais para a biografia de Rui:

— eu desconhecia esta carta.

E com a ansiedade natural de quem não quer perder de vista o documento:

— Que é que você vai fazer com ela?

— Confia-la a você para que a transfira depois à Casa de Rui Barbosa.

Luiz tirou do bolso uma gorda caderneta repleta de papéis e ali guardou o papelucho, enquanto passávamos a discorrer sobre a inveja tenaz, neste nosso mundo literário, para concluir que nunca se deve castigar o invejoso, visto que este, com a própria inveja, já está devidamente castigado.

Nascido para ser invejado — por sua inteligência, por seu porte físico, por sua cultura, por suas vitórias —, Luiz há de ter pago, pelo caminho, esse imposto existencial, próprio da condição humana. Mas sobrepassou ao fisco de semelhante miséria, para nele prevalecer, luminosa; superior, a elevada convicção de que a vida há de ser um tirocínio de tolerâncias, no esforço para compreender, para conciliar, e que nada se compara ao prazer de admirar e de aplaudir.

As biografias de Luiz Viana Filho bastam para definir-nos o grande biógrafo. Elas, em resumo, nada mais são do que a justificativa documentada de suas mais puras administra-

ções: Rui, Joaquim Nabuco, Rio Branco, Machado de Assis, Eça de Queiroz. Mestres que não tiveram inveja de ninguém. Rui, como modelo político; Nabuco, como modelo parlamentar; Rio Branco, como modelo diplomático; Machado e Eça, como modelos literários.

Opinando sobre a biografia de Machado de Assis, eu tive oportunidade de lhe resumir os altos méritos, no texto que figura na capa de sua última edição: "Pelo interesse crescente de sua composição e pelo rigor da exatidão factual, uma biografia de Luiz Viana Filho, como esta de Machado de Assis, pode ser lida como se ler um romance, no qual a verdade da imaginação fosse substituída pela verdade histórica".

O próprio Luiz Viana Filho, no prefácio a essa mesma edição, adiantou-nos, explicando o seu processo: "Ser exata, verdadeira, é o primeiro dever de uma biografia. Tornar-se uma obra de arte é o mérito do autor. Sem a arte, os fatos, observou Litton, Strachey, serão apenas inexpressiva compilação". E foi esse, realmente, o patamar que ele alcançou, desde a biografia de Rui, em 1941, e que tratou de aprimorar, a cada nova edição.

Vale recordar aqui a biografia do próprio Luiz, o episódio de que fui testemunha e artífice, ao tempo do Presidente Castello Branco, de quem o grande biógrafo foi auxiliar imediato, como chefe de seu gabinete civil, e quando Negrão de Lima era o então governador do Estado da Guanabara.

Uma tarde, com voz alterada, Negrão me telefona:

— Preciso falar contigo, e vou aí. Nunca eu o tinha visto assim tenso. Chegava a estar desfigurado, com a fisionomia contraída. Queria ler-me a carta que acabara de escrever, dirigida ao Presidente Castello Branco.

Éramos ele e eu, nesta minha sala. Em poucas linhas exprimia ele a sua revolta: a despeito de sua respeitabilidade, tinha sido arrolado como freqüentador de umas reuniões de marginais, em Copacabana, na rua Paula Freitas, e isso, essa miséria, essa podridão, constituía objeto e matéria de um processo reles, nos tribunais secretos da Revolução.

A carta de Negrão, dirigida ao Presidente da República, era mais do que um protesto, um assomo de revolta — era um rompimento, o ponto de partida de uma crise política.

Ouvi-lhe a leitura com a calma necessária. E perguntei a Negrão de Lima, quando ele a concluiu:

— Já a mandou ao presidente?

— Não quis mandá-la sem que você a ouvisse.

E eu, devidamente sereno:

— Neste caso, deixe-a comigo. O Luiz Viana, todos os sábados, ao chegar de Brasília, vem aqui. Quero primeiro ouvi-lo.

Sem mostrar a carta a Luiz, resumi-lhe a miséria. E mandou este recado a Negrão de Lima:

— Diga-lhe que, na segunda-feira, cedo, à hora do despacho, tratarei do caso com o presidente.

E na segunda-feira deu-me a boa notícia: o presidente avocara a si o processo, lera-o, e rasgara-o, indignado, no mesmo instante, diante de Luiz Viana.

No sábado seguinte, fiz que Luiz Viana e Negrão de Lima se encontrassem debaixo de meu teto. E estou a ver o contentamento dos dois.

Esse o Luiz Viana Filho que todos nós perdemos na semana passada. Íntegro: Superior. Obra-prima do bom gosto de Deus. O mesmo Luiz Viana que atendeu a outra de minhas ponderações, para servir a outro amigo, e foi dizer na Hora do Brasil que a cassação do mandato do Presidente Kubitschek e a suspensão de seus direitos políticos, conforme relatei no meu *Diário da Tarde*, tinham sido atos políticos. Graças a essa declaração oficial, pôde Juscelino atravessar de cabeça erguida o seu exílio.

Sei que vai levar muito tempo para que eu enxugue estes meus olhos. A saudade do Luiz veio morar comigo.

O SR. PRESIDENTE(Pompeu de Sousa) — Concedo a palavra ao nobre Senador Mário Maia.

O SR. MÁRIO MAIA (PDT — AC. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, sirvo-me deste momento para mandar um recado aos meus conterrâneos, seringueiros, seringalistas e usineiros, que estão ansiosos por receber notícias sobre assuntos de que estou tratando, do seu interesse, junto ao Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento. O recado é o seguinte: esteve com o Dr. Neumar Castro Batista, um dos Secretários de Economia do Ministério, e como resposta a um abaixo-assinado que entreguei a esse Ministério, por seu intermédio, e do Dr. João da Silva Maia, estou recebendo a resposta, que transmiro agora aos meus conterrâneos que se dedicam à faina diária da exploração da borracha. O Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento fez uma recomendação ao Banco Central, para permitir ao Banco do Brasil e ao Banco de Operações com Crédito de Comercialização e Custeio da Borracha, conforme o que está previsto no "Manual de Crédito Rural".

Por outro lado, também o pleito sobre a defasagem de preços relativo à última safra da borracha, para a entrega no decorrer deste ano, o Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento informa que foi autorizada a prorrogação do pagamento do financiamento, conforme Resolução nº 1.731, do Banco Central.

Portanto, Sr. Presidente, agradeço a V. Ex. e aos companheiros Senadores, a atenção que dão, neste momento, a este verdadeiro recado para a Amazônia, porque não são só os seringueiros do meu Estado como, também, os seringalistas e usineiros de toda a Amazônia estão esperando uma palavra de conforto para o seu trabalho, a produção da bor-

racha, tão penosa na sua faina diária. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE(Pompeu de Sousa) — Concedo a palavra ao nobre Senador Odacir Soares.

O SR. ODACIR SOARES(PFL — RO. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, no dia 1º de junho, pronunciei rápido discurso no qual assinalava a primeira visita do Senhor Presidente da República, Dr. Fernando Collor, ao Estado de Rondônia. E a preocupação do primeiro mandatário da Nação se atinha às condições infra-humanas dos colonos assentados no Projeto Cujubim, bem como à denunciada malversação de dinheiro público, oriundo do Banco Mundial, no montante de 6,5 milhões de dólares. Naquela oportunidade, ao tempo em que louvava a ação preventiva do Presidente da República contra novas investidas dos corruptos ao erário público, assumi o compromisso de voltar ao tema da colonização oficial em Rondônia.

Tratar de impor a sua vontade à natureza não é um fato recente para o homem amazônico. Na época pré-cabralina, limitada a subsistência apenas à caça e à atividade de coleta, o homem da Amazônia voltou-se a uma maior utilização dos recursos do solo, praticando, inicialmente, uma agricultura incipiente, em que apenas raízes e tubérculos eram cultivados. Posteriormente, praticou uma agricultura intensiva com plantas diversas em parcelas maiores de terra.

Certamente, naquela época, o impacto do homem sobre o meio, quanto ao nível de perturbações impostas ao meio ecossistema, eram desprezíveis.

Mais "agente" da natureza do que seu "dominador" propriamente dito, o homem vivia em interação e integração com o meio ambiente, contribuindo, inclusive, para o amadurecimento e o equilíbrio do ecossistema natural.

Outro fator a ressaltar é que a tecnologia autóctone, a tecnologia cabocla, refletia exatamente o estágio cultural dos seus usuários e ajustava-se ao ambiente onde era empregada. Como as demandas dos grupos sociais de então apenas asseguravam a reprodução social, sem cálculos de acumulação ou exercício do poder, essas tecnologias não eram agressoras.

A conquista e tentativas de colonização da área atualmente correspondente ao Estado de Rondônia datam do século XVIII, através da obra de catequese dos silvícolas pelos padres jesuítas. A colonização, porém, somente veio a se consolidar com a exploração e valorização da borracha no mercado internacional, e com a construção da estrada de ferro Madeira-Mamoré, em decorrência do Tratado de Petrópolis, firmado entre Brasil e Bolívia, em 1903.

Em 1915, concluída a ferrovia, a população da região atingia 40 mil habitantes, cuja atividade econômica principal era a exploração dos seringais nativos para a produção da bor-

racha no mercado internacional, no período pós-Primeira Guerra Mundial, acarretou incalculáveis prejuízos à economia regional e seu consequente esvaziamento populacional. A população da região Norte e de Rondônia voltou a crescer em função de nova valorização da borracha, no período da Segunda Guerra Mundial, e após a criação do Território Federal do Guaporé, em 1943. No período da Segunda Guerra Mundial, o fechamento dos seringais de cultivo do Oriente ao comércio com as Nações Aliadas, fez surgir a "Batalha da Borracha", com o apoio do Governo norte-americano, através da Rubber Development Corporation, que levou novas e sucessivas levas de nordestinos para a Amazônia, no que se denominou de exército dos "Soldados da Borracha".

Antes que a Amazônia fosse inserida nos chamados "objetivos nacionais" — e isso aconteceu logo após a Segunda Guerra Mundial, com a criação da Superintendência de Valorização Econômica da Amazônia — SP-VEA, em 1946, hoje Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia — Sudam, do Banco da Borracha, depois Banco de Crédito da Amazônia e hoje Banco da Amazônia, o desenvolvimento e a ocupação da região, embora lento, faziam-se dentro de limites de tolerância e não agressão à natureza.

Os chamados "objetivos nacionais" se materializam através da política de incentivos fiscais, em 1966, através da Sudam, ou, em 1967, através da Superintendência da Zona Franca de Manaus — Suframa. Com o Governo do Presidente Emílio Garrastazu Médici, em 1969, houve o lançamento do Programa de Integração Nacional — PIN, seqüenciado, no Governo Ernesto Geisel, pelo Programa dos Pólos Agropecuários e Agrominerais — Polamazônia.

Em Rondônia, antes tivemos a construção da Estrada de Ferro Madeira — Mamoré, de 1903 a 1912; a construção da Linha Telefônica, do Marechal Rondon, em 1917; e, até mesmo, as tentativas de Colonização Agrícola, com a Colônia Agrícola Presidente Dutra, conhecida como Iata, situada às margens da Madeira — Mamoré, nas vizinhanças de Guajará-Mirim, ou da Colônia dos Candéias, 7 de Setembro, Periquitos e Areia Branca, na periferia da cidade de Porto Velho, que poucos danos causaram à ecologia e à floresta.

Sr. Presidente e Srs. Senadores em 1950 Rondônia tinha pouco mais de 500 estabelecimentos agrícolas e as pessoas ligadas à agricultura não chegavam a cinco mil indivíduos. Muito embora a ocupação já se processasse com tecnologias importadas, quatro fatores podem ser mencionados como responsáveis pela baixa taxa de danos ecológicos:

a) O tamanho do negócio, geralmente pequeno, significava que os empreendimentos respondiam mais aos interesses locais, que externos à Rondônia. A Estrada de Ferro Madeira — Mamoré, ligando Porto Velho a Guajará-Mirim, tinha apenas 366 quilômetros; o Núcleo de Colonização do Iata, próxi-

mo a Guajará-Mirim, não assentou mais que umas 600 famílias, em lotes de 25 hectares.

b) A inexistência de conflitos de valores e interesses antagônicos ao uso dos recursos ambientais. Não consta que os investimentos daquela época fossem contrários a certos interesses, dos povos indígenas, por exemplo.

c) O parcial isolamento de Rondônia em relação ao resto do País, ao lado de uma organização social rural de subsistência e extrativista, sem a violência da recessão econômica, da crise de alimentos e de energia.

d) As políticas públicas, apesar de perseguirem objetivos subordinadores da natureza, não tiveram consequências danosas ao meio ambiente. Podem-se mencionar, por exemplo, as políticas de redução de endemias urbanas e rurais, como a malária e a febre amarela, e o aumento da produção de borracha natural (a já referida "Batalha da Borracha").

Nos últimos 20 anos, as políticas desenvolvimentistas em Rondônia foram marcadas por atividades que alteraram sensivelmente o uso dos seus recursos naturais, assim:

1º) A descoberta e a exploração de minério de estanho, a cassiterita, a partir de 1958, com extensa mineralização de elevado teor, representou um dos maiores acontecimentos ligados à economia mineral do Brasil, com o surgimento da Província Estanífera de Rondônia. Os principais depósitos estão localizados na bacia do rio Jamari, médio rio Machado, região da serra dos Três Irmãos, região da Massangana, bacias dos rios Preto e Candeias.

Desde a descoberta até o ano de 1971, a lavra de cassiterita foi realizada através de garimpeiros autônomos, na predação da "pá e picareta", de forma rudimentar, com a utilização de grande quantidade de força humana, nas operações de desmonte e lavagem.

Após regulamentação, em 1971, em pouco tempo passou a exploração para equipadas e capitalizadas empresas nacionais e transnacionais.

2º) A abertura da BR-29, no Governo Juscelino Kubitschek, em 1960, a hoje asfaltada BR-364. A abertura desta via de interligação com o Centro-Sul, possibilitou a descoberta de manchas expressivas de solos férteis, entre o povoado de Caritinas, próximo ao município de Ariquemes, até Cacoal. A ocorrência destes solos de aptidão agrícola favorável, foi documentada, em 1965, através do trabalho de um grupo de técnicos da Food and Agricultural Organization — FAO, e de técnicos da Comissão de Solos, do Ministério da Agricultura, que fizeram o recorrido em caminhos de serviço da antiga BR-29, liderados pelos pedólogos Bramão e Beneman, no Relatório Soil Resources Expedition in Western and Central Brazil.

3º) Com a abertura da BR-29 (Porto Velho—Cuiabá) se iniciou o processo de colonização, com a implantação de uma constelação de grandes e ambiciosos projetos pelo Instituto Brasileiro de Reforma Agrária — Ibra, depois Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária — Incra, a partir de 1970,

quando foi criado o Projeto Integrado de Colonização Ouro Preto.

4º) A construção da primeira Usina Hidrelétrica em Rondônia, no trecho encachoeirado do rio Jamari, hoje denominada de Samuel. Já em início de operações, com uma capacidade instalada de 216 megawatts.

O impacto desses eventos no uso dos recursos pode ser apreciado através dos seguintes resultados:

1º) Rondônia se tornou o maior produtor de minério de estanho e o Brasil passou da condição de importador a exportador de estanho metálico. Nos dias atuais, a produção de cassiterita em Rondônia oscila ao redor das 30 mil toneladas/ano, de minério de estanho, reconquistando a condição de maior produtor nacional.

2º) A população de Rondônia entre 1950 e 1985, passou de 36.935 pessoas, para 908.900, ou seja, um crescimento de 2.460%;

3º) O número de estabelecimentos agrícolas no período 1950 a 1985 passou de 530 para 81.582, com a área dos estabelecimentos crescendo de 693.775 hectares para 6.090.644 hectares, ou seja, um crescimento de 880%, no mesmo período.

Em nenhuma outra região brasileira, Sr. Presidente, e Srs. Senadores, nas últimas duas décadas, a pressão sobre os recursos naturais foi tão acentuada. O Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais — INPE, estima que aproximadamente 12% das florestas de Rondônia já desapareceram, cedendo lugar à exploração agropastoril, florestal e mineral, sem se contabilizar as áreas de florestas que cederam lugar para o surgimento dos núcleos urbanos, principalmente ao longo da BR-364, onde se localiza a maior aglomeração humana do Estado de Rondônia. No Quadro nº 1, "Evolução da População, do Número de Estabelecimentos Agrícolas e da Área dos Estabelecimentos em Rondônia, 1950-1985", se pode configurar, com riqueza de detalhes e em base de dados do IBGE, a evolução populacional e econômica de Rondônia. Um dado que gostaria de ressaltar é o fato de que para uma área geográfica de 243.040 quilômetros quadrados, quase o equivalente ao Estado de São Paulo, a densidade populacional, em 1950, era de 0,15 habitantes/km²; em 1960 passou para 0,29 habitantes/km²; em 1970 ascendera para 0,45 habitantes por quilômetro quadrado ou seja, cada dois quilômetros quadrados se identificava um habitante. Na década de 1970 em diante, com o advento das migrações espontâneas, o adensamento populacional do meu Estado se projetou, passando para 2,02 habitantes/km², em 1980, alcançando em 1985, a marca de 3,74 habitantes/km². O vazio começou a ser ocupado.

A marcha da ocupação do vazio demográfico de Rondônia ganhou ritmo depois da abertura da BR-364, Cuiabá-Porto Velho, e do primeiro projeto de Colonização, de natureza privada, que contemplou Rondônia. A empresa Colonizadora Calama S/A, entre 1966/1967, começou a vender lotes de terras no Estado do Paraná. Os primeiros colonos

começaram a chegar, ocupando terras já ocupadas, criando-se uma área de tensão social e lutas, que ensejaram a direção do Ibra determinar estudos, em 1968, para a primeira ação de colonização oficial, que se iniciaria no ano de 1970.

No Quadro nº 2, "Evolução do Fluxo Migratório no Estado de Rondônia, 1977 a 1989", estão assinalados, ano a ano, o número de migrantes que adentraram o Território de Rondônia. A chegada de migrantes se fazia mais e mais acentuada de ano para ano, devendo-se ressaltar o período do Governo do Cel. Jorge Teixeira de Oliveira, de 1978 a 1983 que recebeu do Governo Federal a tarefa de criar o Estado de Rondônia. No Governo Jorge Teixeira se iniciam e concluem as obras de asfaltamento da BR-364, a Construção de Hidroelétrica de Samuel e a criação do novo Estado de Rondônia, em 21-12-81. No período 1983 a 1987, estão concentradas as mais expressivas migrações para Rondônia, e isso se pode explicar: a) pelo asfaltamento da BR-364; b) pelos assentamentos feitos pelo Incra, na década de 1970-1980; c) pelos resultados favoráveis que estavam obtendo os migrantes ao alcançarem o sonho de obterem "seu pedaço de terra", e d) a intensa propaganda oficial do Governo de Rondônia. No período retromencionado de 1983-1987, chegaram a Rondônia cerca de 70% do contingente total de 961.661 migrantes. No período mais recente, de 1988 a 1989, o fluxo migratório sofreu uma desaceleração. Em 1988 Rondônia recebeu 52.109 migrantes e, em 1989, 23.073. Esta queda se deveu em muito à atuação do Incra, na década 1980 a 1990, a "década perdida", tão falada e comentada do agravamento da crise econômica que atingiu o Brasil.

O Quadro nº 3, Sr. Presidente e Srs. Senadores, descreve a situação de localização da "População Residente Estimada em Rondônia, Segundo os Municípios, em 1º de setembro de 1989". Naquela data, o IBGE estimava uma população de 1.021.229. Em uma linha diagonal, partindo de Porto Velho, no Norte, às margens do Rio Madeira, até Vilhena, no Sul, estão assentados nove municípios, com uma população de 702.515 habitantes. Esses municípios estão localizados diretamente na espinha dorsal de Rondônia, a BR-364. Daí se pode deduzir, ou inferir, Sr. Presidente e Srs. Senadores, a importância geopolítica e econômica da BR-364 para o Estado de Rondônia. Antes, o Território de Rondônia vivia preso à ocupação ciliar dos rios que compõem as bacias dos rios Madeira, Guaporé-Mamoré, do Ji-Paraná ou Machado e seus afluentes. Em outro tempo histórico, tivemos a ocupação de Rondônia, guiada pelos trilhos da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré.

Pela ocupação rápida de Rondônia na década 1950/60, não houve profundas modificações nos ecossistemas, protegidos ou resguardados pela baixa densidade populacional, completada a ocupação pela atividade básica do extrativismo. No novo período, Rondônia passou a ter as suas florestas substi-

tufadas por explorações agropecuárias ou minerais, que trouxeram o panorama descrito para Rondônia no contexto Amazônico, que se pode apreender no Quadro nº 4, "Alteração da Cobertura Vegetal da Região Norte, até o ano de 1988".

As informações estão contidas em documento de respeitabilidade, produzido pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais — INPE, denominado "Avaliação da Floresta Amazônica, 1988". Tristemente Rondônia é o Estado líder, o campeão das queimadas. Pelas informações do Inpe, estariam comprometidos em Rondônia, para uma área de 238.017, km², 30.046,40 km², ou seja, 12,6% da área do Estado. E pergunta-se, criticamente, Sr. Presidente e Srs. Senadores, com que finalidade é o que temos a pretensão de explicar, ao discutirmos o Quadro nº 5, "Economia de Rondônia: Extrativismo Vegetal, Produção Agrícola, Rebanho Bovino e Mineração, 1987".

Nos seus três séculos e meio de civilização, a Amazônia manteve as seguintes conjunturas sócio-econômicas: de 1617 a 1760, ou seja, em cento e quarenta e três anos, produção de "drogas do sertão", o cacau, a salsaparrilha, o urucum, o cravo, a canela, o anil, as sementes oleaginosas, as raízes aromáticas, o puxuri, a baunilha e também as madeiras, e especiarias; de 1750 a 1822, em setenta e dois anos, a configuração do período anterior acrescentar da agropecuária; 1822 a 1850, em vinte e oito anos, cresce-se a borracha, ainda hesitante; de 1850 a 1912, em sessenta e dois anos, a borracha eliminando ou demais produtos e tornando-se a única economia; de 1912 a 1969/70, ou seja, em cinquenta e oito anos, a produção diversifica-se e inicia-se, timidamente, a industrialização.

A partir de 1970/71, o início da etapa atual de participação direta e efetiva do Poder Central, através da execução de uma série de políticas tendentes a promover a integração da Amazônia e de Rondônia, no contexto da economia nacional. Na Amazônia e em Rondônia, predominava, o extrativismo das riquezas da floresta. O Cabloco de Rondônia, integrava sua renda familiar somando os ganhos obtidos na coleta do látex em seringais nativos, na apanha dos frutos da castanha-do-pará, em castanhas também nativos, na extração de óleos, como a copaíba, andiroba, ucuúba e murú-murú, em grandes maciços florestais.

Todas estas atividades de recoleção, aliadas à caça, à pesca, à comercialização de peles e couros de animais silvestres eram a base da economia regional e, de modo particular, do Estado de Rondônia. Em Rondônia, confrontando-se as médias de valor da produção de 1960/67, com o ano de 1970, tinha-se que, no primeiro período, o valor da produção extrativista fora de cinco vezes maior, anotando-se Cr\$ 2.419 mil para castanha-do-pará, borracha e madeira, contra apenas Cr\$ 521 mil cruzeiros para os produtos agrícolas, arroz, feijão, milho e mandioca.

Já no período correspondente ao Censo de 1970, a relação de 15.323 cruzeiros para

a produção extrativa vegetal comparava-se com os 9.205 cruzeiros para os produtos agrícolas selecionados, isto é, a relação baixara para apenas uma vez e meia.

Esta situação, historicamente diferenciada para Rondônia, em relação à Amazônia, resultava da consolidação da BR-364, que possibilitou o acesso *hinterland* de vinculou o Estado ao centro-Sul dinâmico e, especialmente migrações espontâneas em busca das terras férteis da parte central do meu Estado, seqüenciada pela já referida colonização oficial patrocinada pelo Incria

Ao analisarmos o Quadro nº 5, "Economia de Rondônia: extrativismo vegetal, produção agrícola, rebanho bovino e mineração, 1987 e, pode-se notar como foram rápidas e profundas as transformações econômicas, ao lado das transformações já referidas, graças ao processo migratório, basicamente.

Enquanto o extrativismo da borracha e da castanha entrava em franco declínio, decorrente dos desmatamentos e da desorganização dos seringais, anota-se um crescimento para o abate de árvores. Em anotações do Serviço de Geografia e Estatística de Rondônia, no triênio 1965, 1966 e 1967, produziu-se respectivamente, 44.769m³; 61.746 m³ e 70.120m³. Já no ano de 1987, o IBGE referia uma estatística de 2.551.623 m³ — é isso mesmo, dois milhões e quinhentos mil metros cúbicos de madeira em toras! —, com um valor de Cr\$ 5.705.694.000,00. A produção de arroz, a mais expressiva para o triênio 1965, 1966 e 1967, com respectivamente 1.800 toneladas, 1.749 toneladas e 5.220 toneladas, está distante 4.086% da produção de 213.322 toneladas de arroz em casca produzido no ano de 1987.

Subtraindo-se o abate de árvores, que é uma prática decorrente da abertura da frota agrícola, os dois mais típicos produtos do extrativismo florestal, castanha e borracha, somados, perfaziam Cr\$ 184.025 mil, valor que, comparado ao da produção de arroz em casca, banana, feijão, mandioca e milho, era irrelevante. A soma dessas lavouras temporárias perfazia Cr\$ 5.019.616.000,00 (cinco bilhões e dezenove milhões seiscentos e dezesseis mil cruzeiros), aos quais se deve somar os Cr\$ 3.841.459.000,00 (três bilhões e oitocentos e quarenta e um milhões quatrocentos e cinquenta e nove mil cruzeiros) do cacau e café, resultando Cz\$ 8.861.075.000,00 (oito bilhões e oitocentos e sessenta e um milhões e setenta e cinco mil cruzeiros), uma relação de 4.815% de diferença.

O crescimento do rebanho bovino de Rondônia foi também igualmente espetacular. No triênio de 1965, 1966 e 1967, o efetivo do rebanho bovino foi de cinco, seis e nove mil cabeças, para ascender em 1987 para um rebanho de um milhão de cabeças, o segundo maior rebanho bovino da região Norte, depois do Pará.

É preciso que se acrescente ainda, Sr. Presidente e Srs. Senadores, que as áreas colhidas do café e do cacau são inferiores às áreas efetivamente já implantadas. Para o caso do cacau, por exemplo, quando o IBGE informa

uma área colhida de 29.998 hectares, anota-se, segundo informações da Ceplac, uma área plantada acima dos 50 mil hectares de cacauais. E quando esta área cacauaieira estiver em plena produção, estará contribuindo com umas 50 mil toneladas de cacau anualmente.

É mister ainda informar a ocorrência de uma área plantada de 17 mil hectares de seringueis de cultivo, que ainda não entraram em produção, apesar de estarem enfrentando problemas de convivência com enfermidades como o "mal das folhas" e outras pragas dos seringais.

Em termos de área sob exploração agrícola, temos uma área para lavouras permanentes de 172 mil hectares (café: 105ha, cacau: 50ha, seringueira: 17 mil hectares) e uma área de 361 mil hectares de lavouras temporárias, que certamente deverão estar acrescidas de outras alternativas que não foram listadas no Quadro nº 4.

Rondônia já figura, Sr. Presidente e Srs. Senadores, como o segundo produtor de cacau nacional, logo depois da Bahia; na produção cafeeira o Estado está em 5º lugar, depois de Minas Gerais, Paraná, São Paulo e Espírito Santo.

A produção de minério de estanho, a cassiterita, foi de 30.405 toneladas, em 1987, sendo sua maior parte proveniente do Estado do Amazonas que, com surgimento de Pititanga, sobrepassou a produção de cassiterita rondoniense no início da década passada.

Mas o surgimento de novos depósitos de estanho no garimpo do Bom Futuro, na linha C-75 do projeto de Assentamento Burareiro, em Ariquemes, levou Rondônia para o 1º lugar da produção de cassiterita.

Contudo, Sr. Presidente e Srs. Senadores, não trago aqui apenas ufanismo do grande salto que deu Rondônia em direção à ocupação dos seus vazios demográficos, a ocupação de suas extensas faixas de fronteira ao crescimento da produção agrícola, do acrescentamento do rebanho bovino, e da produção mineral. Há que se perguntar como bem sendo feita esta ocupação, a quem está beneficiando este crescimento da produção e para onde estão indo os recursos florestais de Rondônia.

Ao fazermos um simples exercício, verifica-se que da área registrada no Quadro nº 4, da alteração da cobertura vegetal, em 1988, anotava-se para Rondônia uma alteração de 30.000km², ou seja, cerca de três milhões de hectares. Por outro lado, o somatório da área de pastagens, na relação de uma cabeça = um hectare, de 1.000.000 hectares, considerando-se o rebanho bovino, até 1987, de um milhão de cabeças, lavouras temporárias com 361.000ha., e lavouras permanentes com cerca de 172.000 hectares, teríamos uma utilização total de 1.533.000 hectares, ou seja, apenas a metade da área alterada pela mão do homem. Como estará a outra metade perguntada: encapoeirada? Em abandono? Reservada à ocupação? Há que se pesquisar e recuperar estas parcelas, por certo muito úteis, e, hoje, inúteis para a sociedade-rondoniense.

se. Ao invés de se ir buscar novas áreas para novas aberturas, dever-se-á, primeiro, dar uso mais intensivo, pleno e adequado, a estas áreas já tocadas pela mão do homem, já alcançadas pela ação antrópica.

Um aspecto muito importante a analisar é o referente à estrutura agrária que resultou da ação colonizadora do Incra e da atuação relativa à regularização fundiária e cadastramento.

Compulsando um cadastro do antigo IBRA, de 1966, verifiquei que Rondônia tinha uma estrutura tipicamente latifundista, pois em uma listagem dos 26 maiores proprietários de Rondônia, todas elas com mais de 25 mil hectares, chegava-se a totalizar 3.533.061 hectares, ou seja, 35.330 Km², correspondente a 14,5 por cento da área territorial de Rondônia.

A maior propriedade, pertencente a Calama S/A, detinha sozinha 1.084.627 hectares, igual a oito vezes o antigo Estado da Guanabara. Cinco maiores propriedades tinham uma extensão de terras superior ao Estado de Sergipe, e nove propriedades possuíam uma área do mesmo tamanho que o da área do Estado de Alagoas.

Dando-se um pulo no tempo, Sr. Presidente e Srs. Senadores, e analisando-se os Quadros nº 6 e 7, "Estabelecimentos Recenseados, por Grupos de Área Total, no Brasil, na Região Norte e em Rondônia, 1985" e "Área dos Estabelecimentos Recenseados, por Grupos de Área Total, no Brasil na Região Norte e em Rondônia, 1985", logrou-se construir o Quadro nº 8, que trata de estabelecer "Relações Percentuais Comparativas do Número de Estabelecimentos e Área dos Estabelecimentos, por Grupos de Área Total, no Brasil, na Região Norte e em Rondônia, 1985". A construção ou elaboração deste Quadro nº 8, resulta de análise percentual simples das informações dos Quadros nº 6 e 7, buscando-se fazer correlações entre os números dos estabelecimentos e as áreas por eles detidas, por Grupos de Área Total. Estes Grupos de Área Total são os concebidos pelo IBGE nos Anuários Estatísticos e represen-

tam agrupamentos tais como: a) Menos de 10 hectares; b) de 10 a menos de 100 hectares; c) De 100 a menos de 1.000 hectares; d) De 1.000 a menos de 10.000 hectares e e) De 10.000 e mais hectares.

A visão minifundista evidencia-se quando se conclui que 52,28 por cento do número de estabelecimentos existentes no Brasil são de grupo de área total de menos de 10 hectares, e somente controlam 2,66 por cento da área total dos estabelecimentos recenseados; para a Região Norte, o número de estabelecimentos de menos de 10 hectares somava 33,12 por cento e controlava, paradoxalmente, 1,38 por cento da área dos estabelecimentos. Já Rondônia se apresentava com um percentual bem mais baixo, com quase a metade da figura expressa para o Brasil e um pouco melhor que a Região Norte, Rondônia contava com 27,82 por cento do número de estabelecimentos com menos de 10 hectares, totalizando 1,64 por cento da área recenseada.

Para o Grupo de área total de 10 a menos de 100 hectares, Rondônia apresenta o mais alto percentual do número dos estabelecimentos e tem uma expressão de 33,19 por cento da área dos estabelecimentos recenseados. Na Região Norte, em termos de número de estabelecimentos, a figura é bem próxima à de Rondônia, só que com um percentual mais baixo para o da relação da área dos estabelecimentos.

Ao se analisar Grupo de Área total de 100 a 1.000 hectares, com características médias, nem muito pequenas nem muito grandes, aparece novamente Rondônia com uma representação mais favorável para o Brasil e para a Região Norte, pois em termos de percentual da área dos estabelecimentos tem praticamente os mesmos valores (Brasil: 35,05%; Região Norte: 30,20% e Rondônia: 35,60%). Mas quando se verificam os números percentuais para o número dos estabelecimentos, Rondônia se destaca com maiores valores. Assim: Brasil: 8,89%; Região Norte: 15,90% e Rondônia: 19,10% dos estabelecimentos são desta categoria média e globa-

lizam 1/3 parte da área dos estabelecimentos recenseados.

Por último, Sr. Presidente e Srs. Senadores, ao enfocarmos a visão latifundista do País e da Região Norte, englobando os Grupos de Área Total de 1.000 a menos de 10.000 hectares e de 10.000 e mais hectares, encontramos o Brasil com 0,86 por cento do número de estabelecimentos somando 47,96 por cento da área dos estabelecimentos muito poucos estabelecimentos, com quase a metade da área. Rondônia somava 0,57 por cento do número dos estabelecimentos, mas não alcançava os 30 por cento da área total.

Com estas características que acreditamos favoráveis, percebe-se que o papel do Incra na regularização e definição da estrutura fundiária do meu Estado foi positivo socialmente, evitando o excessivo minifundismo — muitos proprietários com pouquíssima terra — e conseguindo minorar o problema do latifundismo, ao mesmo tempo em que se constituiu uma classe média, do grupo de área total de 100 a 1.000 hectares, com bastante expressão numérica.

Sr. Presidente e Srs. Senadores, em próximo pronunciamento nosso nesta Casa trataremos do processo de Colonização Oficial de Rondônia, através do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária Incra, a instalação da constelação de Projetos Integrados de Colonização (PICs) dos Projetos de Assentamento Dirigidos (PADs) e dos Projetos de Assentamento Agrários, e também analisaremos todos os aspectos da política do Governo Estadual, através do Instituto de Terras e Colonização de Rondônia — Iteron. Muito obrigado.

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR. ODACIR SOARES EM SEU PRONUNCIAMENTO:

QUADRO 1

Evolução da População, do Número de Estabelecimentos Agrícolas e da Área dos Estabelecimentos em Rondônia.

1950 - 1985

Ano	Número de Habitantes	Número de Estabelecimentos	Área dos Estabelecimentos (Hectares)
1950	36.935	530	693.775
1960	69.792	1.012	303.316
1970	111.064	7.082	1.631.640
1980	491.069	48.371	5.223.631
1985	908.900	81.582	6.090.644

Fonte: IBGE, "Anuário Estatístico do Brasil 1989."

Nota: Para uma área territorial de 243.040 km², Rondônia tinha uma densidade populacional de

0,15 habitantes/km² em 1950, passando sucessivamente para 0,29 habitantes/km² em 1960; 0,45 habitantes/km² em 1970; 2,02 habitantes/km² em 1980 e 3,74 habitantes/km² em 1985.

QUADRO 2
Evolução do Fluxo Migratório no Estado
de Rondônia.
1977 - 1989

Ano	Número de Migrantes	%
1977*	3.140	0,32
1978	12.658	1,31
1979	36.791	3,82
1980	49.205	5,11
1981	60.218	6,26
1982	58.052	6,03
1983	92.723	9,64
1984	153.327	15,96
1985	151.621	15,78
1986	166.899	17,27
1987	102.845	10,69
1988	52.109	5,41
1989	23.073	2,40
Total	961.661	100,00

Fonte: NURE/Seplan - Rondônia.

* 2º Semestre de 1977.

QUADRO 3
População Residente Estimada em Rondônia,
Segundo os Municípios - 1º de Setembro
de 1989.

Municípios	População Residente	Diretamente no Eixo da BR-364
Alta Floresta d'Oeste	18.549	-
Alvorada d'Oeste	11.849	-
Ariquemes	82.256	82.256
Cabixi	8.687	-
Cacoal	64.701	64.701
Cerejeiras	19.863	-
Colorado d'Oeste	37.171	-
Costa Marques	13.851	-
Espigão d'Oeste	20.216	-
Guajara Mirim	29.732	-
Jaru	64.398	64.398
Ji-Paraná	76.709	76.709
Machadinho d'Oeste	38.539	-
Nova Brasilândia d'Oeste	23.539	-
Ouro Preto d'Oeste	61.594	61.594
Pimenta Bueno	68.560	68.560
Porto Velho	216.254	216.294
Presidente Médici	35.100	35.100
Rolim de Moura	50.784	-
Santa Luzia d'Oeste	16.981	-
São Miguel do Guaporé	14.768	-
Vila Nova do Mamoré	13.762	-
Vilhena	32.943	32.943
Rondônia	1.021.229	702.515

Fonte: IBGE, "Anuário Estatístico do Brasil - Suplemento, 1989."

Nota: Nos nove (9) municípios com sede municipal assentada diretamente no eixo da BR-364, Porto

Velho/Cuiabá, reside uma população correspondente a 68,8% da população total residente no Estado de Rondônia.

QUADRO 4

Alteração da Cobertura Vegetal na Região Norte, até o Ano de 1988.

Unidade Federativa (UF)	Área em Km2	Alteração até 1988 (Km2)	% de Alteração (UF)
Acre	153.697,5	5.509,64	3,585
Amapá	142.358,5	842,25	0,592
Amazonas	1.567.953,7	12.836,58	0,819
Pará	1.246.833,1	88.741,45	7,117
Rondônia	238.378,7*	30.046,40	12,604
Roraima	225.017,0	2.187,40	0,972
Total Região Norte	3.574.238,5	140.163,72	3,921

Fonte: INPE, "Avaliação da Floresta Amazônica - 1988."

* A área territorial de Rondônia é de 243.044 km². A anotação referida pelo INPE se explica pela zona

em disputa na faixa de fronteira com o Estado do Acre "Extrema."

QUADRO 5. Economia de Rondônia: Extrativismo Vegetal, Produção Agrícola, Rebanho Bovino e Mineração - 1987.

Itens	Área Colhida (Ha)	Quantidade (Tonelada)	Valor (Cz\$ 1.000)	Total
1) Extrativismo Vegetal:				
. Borracha Coagulada	-	4.605	176.938	
. Castanha do Pará	-	784	7.087	
. Madeira em Toras	-	2.551.623 (a)	5.705.694	5.889.719
2) Produção Agrícola:				
<u>Lavoura Temporária:</u>				
. Arroz em Casca	136.913	213.322	1.046.632	
. Banana	15.151	12.308 (b)	395.117	
. Feijão	75.019	44.075	923.857	
. Mandioca	26.722	414.456	1.808.211	
. Milho	106.776	173.112	845.799	5.019.616
<u>Lavoura Permanente:</u>				
. Cacau em Amêndoas	29.998	29.123	1.644.064	
. Café em Cão	105.350	118.500	2.197.395	3.841.459
3) Pecuária:				
Rebanho Bovino		1.051.067 (c)	8.551.350	8.551.350 (d)
4) Mineração:				
Minério Estanho (Cassiterita)		30.405	2.483.114	2.483.114

Fonte: IBGE, Anuário Estatístico do Brasil - 1989.

(a) - Madeira em Toras, em M3.

(b) - Banana em 1.000 cachos.

(c) - Rebanho Bovino em número de cabeças.

(d) - Valor do Rebanho.

QUADRO 6 . Estabelecimentos Recenseados por Grupos de Área Total no Brasil, Região Norte e Rondônia - 1985.

	Estabelecimentos Recenseados					
	Total	Grupos de Área Total (Hectares)				
		Menos de 10	De 10 a Menos 100	De 100 a Menos 1.000	De 1.000 a Menos 10.000	De 10.000 e Mais
Brasil	5.834.779	3.085.841	2.166.424	518.618	47.931	2.174
Norte	499.775	165.512	249.387	79.469	4.190	278
Rondônia	81.582	22.698	42.771	15.581	445	29

Fonte: IBGE, "Anuário Estatístico do Brasil - 1985."

Nota: Foram recenseados, sem declaração de área, 13.791 estabelecimentos no Brasil, 929 na Região Norte e 58 estabelecimentos em Rondônia.

QUADRO 7 . Área dos Estabelecimentos Recenseados, por Grupos de Área Total no Brasil, Região Norte e Rondônia - 1985.

	Área dos Estabelecimentos Recenseados					
	Total	Grupos de Área Total (Hectares)				
		Menos de 10	De 10 a Menos 100	De 100 a Menos 1.000	De 1.000 a Menos 10.000	De 10.000 e Mais
Brasil	376.286.577	10.029.780	69.678.938	131.893.557	108.397.132	56.287.168
Norte	44.884.364	620.262	9.258.591	13.559.578	9.462.327	11.983.593
Rondônia	6.090.647	100.156	2.021.804	2.168.490	951.557	848.637

Fonte: IBGE, "Anuário Estatístico do Brasil - 1985."

QUADRO 8 . Relações Percentuais Comparativas, Número de Estabelecimentos e Área dos Estabelecimentos por Grupos de Área Total no Brasil, Região Norte e Rondônia - 1985.

Grupos de Área Total	BRASIL		REGIÃO NORTE		RONDONIA	
	Número de Estabelecimentos	Área	Número de Estabelecimentos	Área	Número de Estabelecimentos	Área
Menos de 10	52,28	2,66	33,12	1,38	27,82	1,64
De 10 a Menos 100	37,13	18,50	49,90	20,63	52,43	33,19
De 100 a Menos 1.000	8,89	35,05	15,90	30,20	19,10	35,60
De 1.000 a Menos 10.000	0,82	28,80	0,84	21,08	0,54	15,62
De 10.000 e Mais	0,04	14,96	0,05	26,70	0,03	13,93

Fonte: Elaboração com Base nos Dados do IBGE - Quadros 6 e 7

O SR. PRESIDENTE (Pompeu de Sousa) — Concedo a palavra ao nobre Senador Jarbas Passarinho.

O SR. JARBAS PASSARINHO (PDS — PA. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, depois da conferência magnífica do Senador Odacir Soares — vou pedir a S. Ex^a uma cópia do seu discurso — rejubilo-me de ter tido parte, na Constituinte, no sentido de impedir aquilo que a esquerda desejava como reforma agrária. Exatamente porque, conversando com as Lideranças da Esquerda, eu, na ocasião, disse-lhe que eles mesmos haviam prejudicado a possibilidade de fazer reforma agrária no Brasil, na medida em que, preocupados com o Sr. Ronaldo Caiado e a UDR, na época, colocaram, desde logo, nas suas emendas, a intocabilidade no minifúndio e a intocabilidade da empresa média; essas seriam insuscetíveis de desapropriação para fins de reforma agrária.

O que leu agora em sua magnífica conferência o Senador Odacir Soares, mostra bem o problema do minifúndio até em áreas de extensão territorial tão grande como a Amazônia.

E o que dizer do minifúndio no Nordeste do Brasil? E o que dizer do minifúndio no próprio Rio Grande do Sul? Se tivéssemos de fazer — e devemos um dia fazer — uma reforma agrária, ela não pode deixar de passar, evidentemente, pelo remanejamento dos minifúndios. E a nossa área da Amazônia, uma empresa média terá mais de mil hectares, pelos módulos que são levados em consideração. Isso significará que essa empresa pode ficar esperando, como reserva de valor à própria terra, que passe lá uma estrada, que passe a linha de eletricidade, para ela se valorizar.

De modo que aí está a razão pela qual muitas pessoas equivocadas dizem: "Ah! O Senador Jarbas Passarinho foi contrário à reforma agrária!" Não fui contrário à reforma agrária. Fui contrário à tese que se defendia, que era, por si, contrária à reforma agrária.

Mas o objetivo de tomar a atenção, hoje, também, do Senador Mauro Benevides, que está presente, — citei apenas o Senador Odacir Soares, mas estamos honrados com a presença da Liderança do PMDB, — é falar sobre os cortes de pessoal que o Governo pretende fazer, chegando a um número, provavelmente cabalístico, de 360 mil pessoas e não 359 mil e 700, por exemplo, mas 360 mil.

O Sr. Odacir Soares — Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. JARBAS PASSARINHO — Ouço o conferencista da manhã, que é o nobre Senador Odacir Soares.

O Sr. Odacir Soares — Agradeço a V. Ex^a o fato de ter escutado o meu discurso, e não pelo fato de ter ficado silencioso, mas de tê-lo escutado com atenção.

O SR. JARBAS PASSARINHO — Até cheguei a dizer — no momento parece que V.

Ex^a estava falando com o pessoal do plenário — que eu gostaria de ter o discurso de V. Ex^a

O Sr. Odacir Soares — Eu o passarei às mãos de V. Ex^a Eu queria apenas ratificar a colocação que V. Ex^a fez acerca da questão da reforma agrária, quando disse que ela terminou como uma bandeira das esquerdas, ou terminou sendo ideologizada. E, a meu ver, o plano ambicioso do Governo José Sarney de assentar durante o seu Governo cerca de um milhão de famílias, a meu ver, foi frustrado pela ideologização da questão agrária no Brasil. Eu que, de certa forma, tenho estudado essa questão, do ponto de vista político, do ponto de vista profissional, como advogado. Há muito tempo me vejo envolvido nessa questão de terras, principalmente no Estado de Rondônia, no Brasil — penso que um dos grandes defeitos de todas as políticas de reforma agrária que todos os Governos tentaram implementar no Brasil, exceto no início da implantação do Estatuto da Terra, foi o fato de ter-se deliberadamente excluído da questão da reforma agrária ou da colonização no Brasil as empresas particulares, as empresas privadas. Em Rondônia temos uma experiência de colonização particular através da Calama S/A, a qual me referi no meu discurso; temos as experiências do Sul do País, no Paraná, que foram, inclusive, bem-sucedidas e depois disto, apesar de a figura da empresa privada, particular ser objeto do Estatuto da Terra, na realidade, ela não foi utilizada. Mesmo em terra pública, defendendo a presença da colonização particular, através de pressupostos ou de parâmetros que o Governo Federal deveria e deve, tem a obrigação de estabelecer para que a colonização particular se faça, deixando de lado a colonização oficial que tem sido caríssima para o Brasil e tem sido fonte permanente de corrupção. De modo que queria me solidarizar com V. Ex^a na medida em que faz o registro de que uma das razões pelos insucessos de todos os programas de reforma agrária no Brasil tem sido e foi — e é do conhecimento da Nação —, a questão da ideologização dessa questão da reforma agrária.

O SR. JARBAS PASSARINHO — Agradeço a V. Ex^a o aparte e lembraria, na tese que V. Ex^a recorda agora, e traz à baila, que já houve experiências, infelizmente malogradas, da colonização feita pela iniciativa privada.

No meu Estado do Pará, que represento aqui, tenho que dizer o meu Estado que represento e não o Estado em que eu nasci, houve um projeto extraordinariamente bem articulado, bem planejado para a região de São Félix do Xingu, que era o Projeto Tucumã, feito pela Andrade Gutierrez. Eu tive a oportunidade, nobre Senador Odacir Soares, de visitar esse projeto. Era alguma coisa racional, correta e muito bem administrada. Foi prejudicado pela ideologização a que V. Ex^a se refere, porque, em seguida, houve a invasão do território e as invasões foram em tal quantidade, em tal número, que o Projeto

ficou inteiramente malogrado. A empresa resolveu pedir ressarcimento das suas despesas ao Governo Federal e, hoje, aquilo que estaria preparado para uma produção racional, efetiva e eficiente, está transformado numa série de minifúndios de famílias que ocuparam aquela região de maneira desordenada.

Fazendo uma conferência para a Escola Superior de Guerra, durante toda uma manhã de quarta-feira, tive a oportunidade de falar sobre os problemas dos partidos políticos e a diferença entre a retórica política e a ação política, a diferença entre o programa que está escrito e aquilo que o partido faz. Porque, desgrazadamente, entre nós, embora um participante, um militante do partido, a assinar uma ficha para entrar no partido, em que ele se obriga a respeitar o programa e o estatuto, ele não lê nem o programa e nem o estatuto. Então, eu comecei por analisar, exatamente, que a debilidade dos Partidos políticos no Brasil provinha disso: da falta da nossa cultura política. Acontece que nesse campo da reforma agrária, eu comecei a analisar os programas dos partidos principais. Ora, eles eram, até há bem pouco tempo, dezesseis ou dezessete partidos com registro definitivo, vinte e nove partidos com registro provisório e dois em andamento. E algumas coisas curiosas, como já citei: o Partido Sertanejo Brasileiro, o Partido Brasileiro da Mulher, o Partido Nacional dos Aposentados, em que houve um cisma, e já tem o PNA do B — Partido Nacional dos Aposentados do "B". Não levei esses Partidos em consideração, evidentemente, quando analisei essa questão. Mas, quanto à reforma agrária, por exemplo, quando tive o encargo dado pelo nobre Senador José Sarney, que era então Presidente do PDS, de fazer o documento original para o Programa do PDS, evidentemente coloquei a questão sob forma também de preocupação com a área fundiária, com o nome de reforma agrária. Mas, discutindo a matéria com o General Golbery, antes de termos o encontro com o Partido, S. Ex^a me pediu para mudar o nome de reforma agrária para política agrária. Então, tínhamos uma política agrária, aliás, um pouco de cacófato, expressão essa que ficava melhor para S. Ex^a do que reforma agrária.

Analizando os outros programas, verifiquei, por exemplo, que o PT não desejava uma reforma agrária; ou, quando falava numa reforma agrária radical, o PT pregava a eliminação da estrutura fundiária. Primeiro tinha que eliminar a estrutura fundiária atual para, depois, pensar, então, numa organização que fosse, em grande parte, coletivista.

O PDT, do nobre Engenheiro Leonel Brizola, no seu primeiro programa falava em reforma agrária com toda a ênfase. Mais tarde, quando S. Ex^a foi candidato à Presidência da República, desapareceu a expressão "reforma agrária" do Programa do PDT. Por quê? Porque S. Ex^a achava que aquela expressão estava de tal modo marcada pela ideologia que lhe causaria problemas.

O Sr. Odacir Soares — Perderia votos.

O SR. JARBAS PASSARINHO — Perderia votos. Então, vi, com algumas surpresas — apenas algumas — que o segundo programa do PDT já não fala claramente em reforma agrária. O PMDB, por exemplo, fala em reforma agrária, o PDS, o PL, o PSDB, falam colocando sempre a questão de que a propriedade privada é respeitada — deve ser a norma —, entretanto, subordinada ao bem comum, ao interesse social, à função social. Contra o que me bati, em parte — defendi, mas me bati, em parte — na Constituinte; foram os quatro pressupostos de função social.

O primeiro é de que a empresa cumprisse a lei trabalhista no Brasil. Perfeitamente, não há dúvida de que isso é uma obrigação.

Segundo, que fosse produtiva. Ora, se não fosse produtiva, é evidente que, em pouco tempo, iria à falência. Estávamos, também, inteiramente de acordo.

Terceiro, que respeitasse o meio ambiente. Aí já começava a ficar um pouco difícil, porque não sabia o que ocorreria se um funcionário do Incra chegasse lá e soubesse que um riacho que passava ali estaria ou não sendo comprometido por dejetos, por exemplo, da área habitada. Já começava a ser um pouco subjetiva.

E o pior de todos dizia que precisava satisfazer aos interesses do proprietário e dos empregados, o bem-estar do proprietário e dos empregados, o que considerei altamente subjetivo.

Citei, por exemplo, a Fazenda Itamaraty. Na Fazenda Itamaraty — 50 mil hectares, se não estou equivocado, maior produção isolada de soja no mundo — existe a casa dos administradores, engenheiros, quase todos engenheiros agrônomos; trabalho de irrigação e as casas dos trabalhadores. Mas poderia ser que alguém chegasse lá e achasse que as casas dos trabalhadores significavam a senzala do passado e a casa grande do lado de cá. E poderia reclamar também.

Então, a função social para mim é absolutamente necessária para ser comprometida. Ela deve fazer parte desse sistema. E isso mostra que estávamos certos quando discutíamos o programa de reforma agrária, porque queríamos trabalhar — o PDS, como os partidos de quadro, em geral, não os partidos de massa — com o assentamento das pessoas sem terra, levando, evidentemente, a resolver aquele impasse de que Oliveira Viana falava: "Numa área há terra sem o homem e noutra área há o homem sem a terra". Então, seria uma questão de vasos comunicantes.

O Sr. Odacir Soares — Senador Jarbas Passarinho, permite-me V. Ex.^a um aparte?

O SR. JARBAS PASSARINHO — Ouço V. Ex.^a, Senador Odacir Soares.

O Sr. Odacir Soares — Primeiramente queria voltar àquela questão dos partidos políticos, a que V. Ex.^a se referiu ainda há pouco, para concordar inteiramente com V. Ex.^a Inclusive, salvo engano, terça ou quarta-feira aprovamos aqui projeto que prorroga o prazo

de vigência dos registros provisórios dos partidos políticos.

O SR. JARBAS PASSARINHO — Aquilo foi um figurino típico só para o Partido Verde — PV.

O Sr. Odacir Soares — Exatamente. Então veja V. Ex.^a, estamos aí praticamente às vésperas de um plebiscito para definir se seremos uma República presidencialista ou parlamentarista, e a nossa experiência hoje, aquilo que estamos fazendo do ponto de vista legislativo, não nos leva a termos partido já consolidados do ponto de vista doutrinário ou do ponto de vista ideológico, mesmo do ponto de vista legal, como decorrência de pressupostos que assegurem uma fidelidade partidária que assegurem uma lealdade partidária, e assim por diante. Estamos às vésperas de um plebiscito que vai definir se seremos uma República parlamentarista ou presidencialista...

O Sr. Mauro Benevides — Ou monarquia.

O Sr. Odacir Soares — Ou uma monarquia, inclusive. Na realidade, não temos partidos políticos fortes, com doutrina definida, com pressupostos pragmáticos de funcionamento, na realidade não estamos nos preparando para essa experiência nova, que tudo leva a crer, pelas manifestações que recebemos de Deputados e Senadores, que vamos ser realmente uma República parlamentarista. A tendência parece-me ser esta. Sou presidencialista mas vejo que a coisa está caminhando para o parlamentarismo.

O SR. JARBAS PASSARINHO — Não se entregue desde logo, nobre Senador.

O Sr. Odacir Soares — De modo que vejo com muita apreensão esse fato que vem pela frente, porque não estamos criando mecanismos legais para que o País possa viver sob um regime parlamentarista, onde a lealdade partidária, os compromissos doutrinários ou programáticos se exercitem e se exerçam no dia-a-dia da atividade parlamentar.

O SR. JARBAS PASSARINHO — V. Ex.^a tem razão. A Arena e o PDS levaram vinte anos para poder entrar em desintegração; o PMDB, como é muito eficiente, levou cinco. (Risos.) E hoje, o que verificamos é que esses partidos fortes, como o foram, no bipartidarismo, a Arena depois PDS, MDB depois PMDB, o que eles sofreram foram cismas internos. O PFL, o que é? O PFL, partido a que V. Ex.^a pertence — conheci V. Ex.^a no meu partido, na Arena — o PFL é o "efeito Maluf".

O Sr. Odacir Soares — É verdade.

O SR. JARBAS PASSARINHO — O PFL foi a dissidência causada pela obstinação do Sr. Maluf em ser candidato insistindo em ser candidato e sabendo-se que ele perderia no Colégio Eleitoral. E o PMDB? O PMDB era uma frente partidária, e todo mundo que fazia oposição ao Governo instalava-se nas trincheiras do PMDB. De maneira que não seria

surpresa que o PMDB depois passasse a dar substância, como um médium espírita faz o ectoplasma, para a produção de novos organismos, e fizesse aparecer novamente os partidos comunistas, que tinham dupla militância dentro do PMDB, que foram ganhando legalidade e começaram a sair do PMDB.

Mas a dissidência mais forte do PMDB foi a dos Tucanos. Quando os Tucanos deixaram o PMDB, o PMDB perdeu aquilo que eu chamo "o grupo social-democrata intelectual do Brasil", onde estão Chagas Rodrigues, Mário Covas, Fernando Henrique Cardoso etc. E receio que esse grupo, apesar da social-democracia estar muito em moda no mundo hoje, a tal ponto que os comunistas passaram a ser social-democratas e eles tinham a social-democracia como maior inimigo, porque eram reformistas. Os comunistas hoje adotam a social-democracia. Mas receio que no Brasil tenhamos uma repetição do antigo PSB, do antigo Partido Socialista do Brasil, que tinha grandes cabeças e não tinha corpo, não era um partido obreiro.

O Sr. Odacir Soares — Nem voto.

O SR. JARBAS PASSARINHO — Então, esse é o problema que eu vejo hoje no PSDB.

Por outro lado, o PSDB parece ter desde logo se destinado a restringir-se, a ter um elitismo político na medida em que não pode aceitar presidencialista na sua grei; são só aqueles que fazem declaração firme de convicção parlamentarista.

Quando entrei para a política, entrei forrado no chamado solidarismo cristão. Era doutrina social da Igreja antes da Igreja ter aderido à análise marxista na CNBB, ou na CNBB do B. Acontece que, apenas naquela altura, eram a Doutrina Social da Igreja, as Encíclicas Papais, e eu entrei por acidente. Depois, achei que se fundássemos um Partido Solidarista Cristão ele também seria limitativo porque muçulmano não entraria nele, só os cristãos poderiam entrar.

Penso ser um equívoco do PSDB colocar isso como questão fundamental. Não estou, evidentemente, me oferecendo a sair do meu partido para ir para outro, morro na trincheira onde nasci. Isso pode ser um defeito e pode, também, ser uma virtude...

O Sr. Odacir Soares — Mas V. Ex.^a, também, é da social-democracia — Partido Social Democrático.

O SR. JARBAS PASSARINHO — Não, não! Aí há uma grande diferença. Não é apenas um jogo de palavras. A social-democracia, por exemplo, tem como social-democracia — não estou analisando exatamente apenas o programa do PSDB — uma tendência doutrinária grande de intervenção do Estado, ainda que limitada, se comparada com o PT, ou o PDT. Pelo programa do PDT, a intervenção é generalizada do Estado nos meios de produção. Todos eles, com raras exceções, estariam nas mãos do Estado — inclusive o sistema financeiro e o sistema bancário.

Já o PSDB não trata disso desta maneira. O PDT e o PT falam em coletivização — na empresa coletivizada, ou seja, é a Kolkhoz ou a Sovkhoz soviética, mais a Kolkhoz do que Sovkhoz. Então, a nossa posição partidária, no meu entender, Senador Odacir Soares, só não rearmou, já na tentativa de fazer partidos mais estáveis, porque infelizmente, quando houve a convocação da Assembleia Nacional Constituinte ela foi seguida de três eleições: no primeiro ano, tivemos logo eleição para prefeitos. Comecei a ver tanta gente da Direita votando com a Esquerda que não entendia porque. Depois é que entendi que ela queria votos, queria simpatias do eleitorado em relação às posições consideradas populares ou progressistas. Depois, veio a eleição para Presidente da República e, agora, a eleição principal para duas Casas do Congresso Nacional, a renovação da Câmara dos Deputados, de um terço do Senado Federal e dos Governos estaduais.

O Sr. Odacir Soares — E das Assembleias Legislativas.

O SR. JARBAS PASSARINHO — Então, não dava para se fazer novos partidos, porque não haveria tempo de organizá-los e divulgar, no marketing político, a sua legenda. Desde logo, foi uma coragem muito grande o PSDB se organizar como partido. Não quero ser irreverente, muito menos impolido em falar em certos partidos que estão proliferando aí e arranjando mais cinco Senadores, sete a dez Deputados etc., como o PRN, por exemplo, que, até hoje — acho que ninguém sabe qual é a sua filosofia de vida pregada — passa de um candidato para vinte; só não tem duzentos, porque o Presidente da República não quer. Então, esse que acho é o grande mal nosso.

O Sr. Mauro Benevides — Permite-me V. Ex^a um aparte, nobre Senador Jarbas Passarinho?

O SR. JARBAS PASSARINHO — Pois não, ouço V. Ex^a

O Sr. Mauro Benevides — A proliferação de partidos, numa campanha como essa, tem criado complicações legais até insuperáveis. Diria a V. Ex^a o seguinte: a lei eleitoral estabelece, no caso de configurar-se uma coligação, que os convencionais de cada partido deixem claro por manifestação expressa, numa cédula própria, se concordam com a coligação com esse ou aquele partido. Os responsáveis pelos partidos maiores, ao elaborarem as chapas, são compelidos a mencionarem as siglas. E como ocorreu no meu Estado, já em meio a convenção, recebemos o estímulo de outros partidos, cuja existência até se desconhecia, que desejavam ingressar na coligação. Ora, nobre Senador, não tínhamos antecipadamente preparado aquelas cédulas para incluir determinadas facções. Levantamos com dificuldades, algumas delas podendo até nos conduzir a uma realização, no prazo fatal de 24, de uma outra convenção

para admitir, na coligação majoritária, mais três ou quatro siglas daqueles partidos de menor densidade eleitoral.

O SR. JARBAS PASSARINHO — Que aderem à aliança. E há os fatos constrangedores. Eu, por exemplo, no meu Estado, considerado como o homem que sempre teve posições, a partir do momento em que estudei o marxismo e tive posições contrárias ao marxismo, então era considerado como reformista, e o sou — inclino-me a aceitar a posição reformista e não a posição revolucionária — e como tal era o inimigo figadal dos comunistas.

Estava eu com o meu Diploma apresentado aqui no Senado, eleito com uma coligação com o PC e o PC do B, que não me deram um voto, não me deram nenhum voto. Ao contrário, durante a campanha tive dificuldade de conviver com eles, grande dificuldade, menor aqui quando participei da Constituinte.

Eu vejo que o nosso Presidente está me alertando com a luz vermelha.

O SR. PRESIDENTE (Pompeu de Sousa) — Nobre Senador Jarbas Passarinho, apenas procuro cumprir o Regimento, apesar da manhã tão vazia de plenário. V. Ex^a com o brilho de sempre, anunciou a esta Presidência um pequeno discurso, cujo tema ainda não iniciou, pelo brilhantismo com que trata desses assuntos, aliás, multiplicado em brilho pelos seus apanteantes.

O SR. JARBAS PASSARINHO — Pelo brilhantismo dos apartes e pela intervenção da Presidência também.

O Sr. Odacir Soares — Senador Jarbas Passarinho, eu gostaria só de fazer um registro.

O SR. JARBAS PASSARINHO — Eu quero entrar realmente rápido no meu assunto fundamental, que é amazônico mas é brasileiro.

O Sr. Odacir Soares — V. Ex^a falou em coligações que constroem, em adesões e coligações que constroem. Há cerca de 20 dias, eu, conversando com um líder dos chamados partidos progressistas, ele me dizia que de modo algum aceitaria fazer uma coligação com o PCB ou com o PC do B, porque as bandeiras vermelhas perturbavam muito os comícios, as bandeiras vermelhas dos dois partidos tomavam conta do palanque e de toda a frente do povo e, portanto, perturbavam.

O SR. JARBAS PASSARINHO — Em compensação, veja V. Ex^a as notícias dos últimos dias do jornal, a respeito da coligação que o engenheiro Brizola pretende fazer no Rio de Janeiro. Têm sido malograda as suas tentativas; a última foi com o PSDB e malogrou. Ele pretendeu com um outro partido e malogrou. Agora aparece com a possibilidade de se ligar com o PRN, com o Presidente Collor, que foi atacado pelo engenheiro Brizola da maneira como foi. De modo que, infelizmente, esses partidos no Brasil,

com raras exceções, estão longe da definição do século XIX, de Benjamim Constant, o francês, quando ele diz: "Os partidos são reunião permanente de pessoas que professam a mesma doutrina". No Brasil isto não é verdade, com raras exceções.

Mas, Sr. Presidente, alertado pelo brilho da intervenção de V. Ex^a, também eu quero chegar ao motivo que me trouxe a esta bancada, — já não digo mais à tribuna, porque já não se usa a tribuna nesse meu terceiro mandato — para falar sobre os cortes de pessoal. O Presidente da República, dizem, tem um computador especial no qual, acionando, chegou à conclusão de que são 360 mil pessoas que devem ser demitidas para poder dar uma economia de 1,5% do PIB.

Quando fui Ministro pela primeira vez, o Presidente Costa e Silva foi atraído pelo gênio e talento de Hélio Beltrão, que também descobriu, naquela ocasião, números redondos: eram 170 mil ociosos. O resultado foi o pior possível da política adotada, porque, com a proposta de fazer obrigatoriamente a aposentadoria com o vencimento proporcional ao tempo de serviço ou voluntário, os que tinham capacidade, os que eram migradores de grandes vãos sabiam que podiam sair com um terço de um vencimento pequeno para fora e, lá fora, no mercado, obter um bom emprego. Mas havia uma economia em plena ascensão, diferentemente da atual, em que estamos vendo ameaça de um processo recessivo claramente indicado aí.

Ora, Sr. Presidente, o pior para mim — e hoje já temos mais Senadores no plenário. Comecei só me dirigindo a V. Ex^a e ao Senador Odacir Soares, mas agora já temos o Senador Chagas Rodrigues e o Senador Jutahy Magalhães, que é uma das presenças mais assíduas desta Casa — o pior para mim é chegar a um número e dizer: "é preciso cortar 27%, é preciso cortar 30%, linear", o que levou um Deputado a fazer uma imagem, que achei muito interessante. Ele diz: "Imaginem o Faustão... (este que está sendo objeto de programa muito bem-sucedido na Televisão Globo, agora, que se sabe que é um homem gordo, para não dizer obeso)... se devesse perder 30% do seu peso, então ele perderia 30% do cérebro; 30% do coração; 30% dos intestinos. Isso, então, seria a solução linear". É o que parece estar acontecendo.

Sr. Presidente, especialmente na minha Amazônia, há área de malária, o último reduto de malária no Brasil. E corta-se a Sucam, funcionários da Sucam, que é a Superintendência que sucedeu às antigas Superintendências das Endemias Rurais. Ora, o que está acontecendo, e ainda há pouco o nobre Senador Mário Maia que pediu desculpas de não estar aqui, porque tinha de viajar para o Acre, me dizia que na cidade em que eu nasci, na cidade de Xapuri, existem 8 funcionários da Sucam e nada podem fazer porque falta material. Quer dizer, além de faltar material para combater a malária ainda cortam o efetivo desse pessoal. Isso está acontecendo numa região onde a malária grassa, onde se

morre de coma de malária, porque já não é mais o *Plasmodium Vivax* é o *Plasmodium Falciparum*. Então, morrem da chamada terceira maligna. E nessa hora corta-se 30%.

O Sr. Odacir Soares — Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. JARBAS PASSARINHO — Concedo o aparte ao nobre Senador Odacir Soares.

O Sr. Odacir Soares — Esse fenômeno da Sucam também está ocorrendo em Rondônia. É lamentável porque, na realidade, a Sucam necessita de mais pessoal e equipamentos.

O SR. JARBAS PASSARINHO — Lembro-me de um cidadão Pinotti, que foi Ministro da Saúde do Governo Getúlio Vargas. Usava ele os cabelos muito grandes, na época em que os moços não usavam cabelo grande, só os maestros. Ele usava aquela cabeleira muito grande e, fazendo um discurso no Pará, disse que tinha acabado de erradicar a malária, e voltou para o Rio de Janeiro. O comandante da base naval teve a sua esposa com malária e, então, telegrafou pedindo que ele voltasse para acabar com o último foco que ainda existia em Belém.

O pior, Sr. Presidente, é que provavelmente a decisão de Pinotti pudesse ter sido a melhor possível. Esse é um fato interessante para que nós pensemos nele. Ele adotou um sistema. Como era muito difícil na Amazônia combater-se pelo DDT, porque no interior, na floresta, as próprias casas só têm o compartimento de procriação fechado, o resto é aberto, os gravatais, as árvores e as plantas que detêm a água da chuva, e ali prolifera o mosquito, o anofelino. Então, ele inventou uma coisa muito interessante: ele fazia com que as pessoas recebessem um sal cloroquinado. Isso aconteceu quando eu estava na Petrobrás, chefiando equipes. O sal comum era trocado por sal cloroquinado, e o clorofino no organismo impedia o desenvolvimento do hematozoário de Laveran, que é o causador do problema da malária. Então, ficava neutralizado. Era como se fosse quase uma vacina, mas que, permanentemente, ingeria.

Houve um sujeito terrível, alguém profundamente ruim, péssimo para este País, que inventou que a ingestão do sal cloroquinado causava deficiência na virilidade do homem. Em consequência, ninguém mais quis o sal cloroquinado. Jogavam-no fora e só tomavam o sal comum. E haja malária.

Esse é o quadro que temos, crônico no Brasil. Grande parte do Brasil livrou-se dele, mas ainda há partes e focos, e o último mais importante é o da Amazônia.

Há um Instituto no Pará que tem renome internacional, chamado Evandro Chagas, voltado para o estudo das doenças tropicais. Um grande baiano médico, Afrânio Peixoto, que eu li certa vez, não concordava com essa expressão de doenças tropicais; dizia que doenças tropicais, por exemplo, a malária, davam na Itália de Mussolini e na União Soviética. Então, talvez a única doença tropical

seja a leishmaniose. Fora disso não seria. Ele defendia a sua tese, mas nós ainda falamos em doenças tropicais.

Esse Instituto tem a maior significação científica no Brasil, com repercussão no mundo, e está com corte de pessoal.

A Fundação Sesp, que foi criada na Segunda Guerra Mundial, quando os americanos tinham interesse na produção de borracha no Brasil, para sair com material estratégico — fizeram o saneamento básico conosco — merece um monumento no Pará e na Amazônia.

Quando assumi o Governo do Pará, Sr. Presidente, apenas três lugares tinham hospital no interior, e todos três hospitais eram da Fundação Sesp.

Depois ela criou abrangência maior, nacional, e, agora, está debaixo de corte de pessoal, o que levará à sua inviabilização.

Estamos nós com este caso também no Museu Emlilo Goeldi que conseguiu, depois de muito tempo, um corpo de técnicos, de cientistas e pesquisadores da melhor qualidade. Esses homens também serão dispensados, inclusive porque não têm 5 anos de atividade.

O Sr. Mauro Benevides — Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. JARBAS PASSARINHO — Com muito prazer.

O Sr. Mauro Benevides — Entrelaçadamente a esse estágio do pronunciamento de V. Ex^a, eu me permitiria lembrar que recebi do meu Estado, de onde retornei na última quarta-feira, um apelo veemente no sentido de que se preservassem os agentes da Sucam, também desses cortes que incidiriam sobre os servidores federais. O trabalho desenvolvido pela Sucam no interior do Ceará — acredito que no País como um todo, mas sobretudo no Nordeste — é extraordinariamente valioso, e há um apelo no sentido de que se preservem esses agentes da Sucam, do anunciado corte a ser procedido pelo Governo Federal.

O SR. JARBAS PASSARINHO — O apoio de V. Ex^a é extraordinário para mim, tem grande valor, porque nós caracterizamos dois quadros diversos. No caso do Ceará deve ser apenas a manutenção do *status quo*; a malária praticamente não existe, porque está sendo neutralizada. No caso da Amazônia, estamos em plena fase de agudização da malária. Então, é mais grave ainda.

Lembro-me, com imensa tristeza, de que, quando assumi o Governo do Estado do Pará, com todo esforço extraordinário que o Presidente Castello Branco fez para modernizar este País, e pagou por impopularidade, inicialmente — hoje é bem julgado — eu tive de manter as turmas da Sucam pagas pelo Erário do Estado do Pará, porque o Governo Federal não tinha mais recursos para manter as turmas da Sucam trabalhando. Veja que é uma velha história.

Concluo, Sr. Presidente, a menos que o Senador Odacir Soares queira falar.

O Sr. Odacir Soares — Quero apenas solidarizar-me com V. Ex^a nessa parte também da Sucam, porque esse fenômeno — parece-me — vem ocorrendo em todo o País. É grave porque a Sucam tem poucos servidores. O Governo deveria redistribuir servidores para a Sucam, notadamente na região amazônica, onde seus efetivos estão aquém de suas necessidades.

O SR. JARBAS PASSARINHO — Muito obrigado a V. Ex^a. É a tradução de um quadro real que V. Ex^a faz. Nós que fazemos campanha na Amazônia, vivemos na Amazônia, vemos o pessoal morrendo de malária. Nos garimpos nem vale a pena falar: a morte é continuada. Agora, estamos vendo que inclusive nos Yanomamis, preocupando a CNBB e a todos nós, já há índios contaminados de malária, consequência do chamado avanço das fronteiras da civilização.

Que civilização, Sr. Presidente?

No momento, agradeço ao Sr. Presidente a tolerância pelo tempo que me deu e aos ilustres Pares a honra que me deram com os seus apartes. Penso que o Governo parece que começa a modificar o seu critério, já aceita uma economia que não seja necessariamente feita com a demissão de pessoal mas, sim, com a redução das despesas. Oxalá isso possa ser feito sem prejudicar esses serviços essenciais da minha terra.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Pompeu de Sousa) — Concedo a palavra ao nobre Senador Jutahy Magalhães.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES (PSDB — BA. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, não aparteei o nobre Senador Jarbas Passarinho, porque vi que V. Ex^a estava com a luz vermelha já piscando, preocupado com o tempo.

O nobre Senador Jarbas Passarinho abordou um tema que todos nós, representantes dos diversos Estados brasileiros, poderíamos apoiar com conhecimento de causa, porque esses efeitos se estão reproduzindo pelo Brasil inteiro.

É fácil dizer: vamos cortar 30%, e parecer que isso é uma solução adequada para a economia e para acabar com o déficit público. O que está acontecendo com esse corte linear de 30%? Primeiro, diz o Governo que só vai cortar os ociosos. Então, começa offendendo a todos os funcionários que serão demitidos, que irão ficar sem emprego, num momento de recessão e ainda são considerados ociosos. Entre esses ociosos, li nos jornais outro dia, está o Operário-Padrão da Vale do Rio Doce, com dezoito anos de serviço, eleito pelos colegas de trabalho e com o apoio dos diretores da empresa. E é agora demitido. Segundo as palavras do próprio Secretário João Santana, tão querido pelo Congresso Nacional, ele também é um ocioso.

Nobre Senador Jarbas Passarinho, não pude apartear V. Ex^a, mas quero aproveitar este

primeiro momento do meu pronunciamento para solidarizar-me com V. Ex^a e com todos os que aqui se manifestaram a respeito deste assunto. Está havendo reclamações das universidades a respeito do corte linear de 30% de seus quadros. Entendo serem situações diferentes, necessidades diferentes, porque o Governo não se preocupou em fazer um estudo sério a respeito dessa questão. Ele deveria, antes de fazer essa chamada reforma administrativa por demissão, fazer um estudo de cada setor e verificar quais as necessidades que existem, porque tirar pessoal, não dar condições...

Aqui já foi dito, não me lembro por quem, se pelo nobre Senador Jarbas Passarinho ou outro Senador, que não é indo a um hospital e criticando o quadro que lá encontra, sem olhar a falta de condições desse hospital para executar os seus trabalhos, os seus serviços de atendimento à população, a falta de material, a falta de esparadrapo, álcool e de outros materiais necessários a um bom atendimento, nem é demitindo pessoal que se vai chegar a uma solução.

Sr. Presidente, também quero aproveitar esta manhã de sexta-feira, voltando às nossas tertúlias de algum tempo atrás às sextas-feiras, para falar sobre o que temos visto através dos meios de comunicação, ou seja, uma solicitação muito forte por parte do Senhor Presidente da República para que os brasileiros economizem.

Ora, Sr. Presidente, o discurso e a realidade nos mandam economizar. Não sei se muitos brasileiros têm condições de economizar, se ganham o suficiente para ter poupança. Mas, quando uma autoridade faz uma campanha num sentido, ela deve dar o exemplo. E o que estamos vendo, nestes últimos dias? O Senhor Presidente da República, com uma comitiva, parece-me que de 20 pessoas, segundo os jornais, sendo 10 seguranças, vai a um restaurante em Paris onde o preço mínimo é de 150 dólares.

Aqui tenho um artigo, que li ontem no jornal, "uma cena a preço de Presidente". O articulista, o Sr. Pomodoro di Capri, faz um artigo muito interessante, quase que todo em italiano, mostrando os pratos solicitados pelo Senhor Presidente da República num restaurante, lá na Itália. E os preços! E no final ele diz apenas o seguinte:

"Multiplicado por 50 — número de **personas** atendidas sábado passado pelo **matre Daniele Sacco** na comitiva do **juvenile Collor** — 5 milhões e 400 mil-las no total."

Algo em torno de 4 mil e 500 dólares.

Então, vamos economizar, Senhor Presidente!

É esse é o grande exemplo que nós estamos tendo daquele que nos pede para economizar.

Em Paris, também não se vai à Casa Her-mes, vai-se à Casa Hermés. E lá na Casa Hermés, compra-se um blazer por um preço que muitos trabalham alguns meses para po-

der pagar. Talvez alguns anos, segundo diz o Senador Chagas Rodrigues. No entanto, nos mandam economizar. Essa é a diferença entre o discurso e a prática. E nós temos tido aqui muitos exemplos, citados pelo Senador Divaldo Suruagy, a respeito dessa diferença. Nós também escutamos o Senhor Presidente da República dizer que no Brasil as fábricas de automóveis fabricam carroças, que os representantes da elite merecem punição e que Sua Excelência seria severo com esses representantes da elite.

Também, o que se vê hoje na prática?

Hoje, li no *Correio Braziliense*, na coluna do Ari Cunha, um exemplo pequeno — para muitos pode parecer pequeno —, mostrando que o Governo não tem o direito de receber favores de empresas multinacionais. O que se fez? O Governo vendeu não sei quantas centenas de carros. No entanto, está alugando carros para a Presidência da República. Então, vêm a desculpa. Não, os preços são baixos, porque isto é feito diretamente com a fábrica. Foi-se procurar saber se as fábricas podem fazer isso para os Estados, para os Municípios, e não podem. Isso é um favor que está sendo feito. Aquele mesmo tipo de favor que se fez ao Sr. João Santana — novamente o Sr. João Santana —, quando uma empresa privada estava pagando as suas despesas aqui, em Brasília. É o mesmo favor que, também, sem nenhuma preocupação, sem nenhuma cerimônia, se faz quando dizem que estão pagando os apartamentos que os Srs. Ministros ocupavam até há pouco tempo — agora parece que já estão tendo os apartamentos funcionais — com preço especialíssimo, para a Ministra Zélia e o pessoal da área econômica terem condições de pagar.

Então, são esses tipos de favores que nenhum representante do poder deveria aceitar.

Essa, também, é a diferença entre o discurso e a prática, porque os montadores de automóveis, montadores de carroças estão sendo os hospedeiros do Presidente da República em Turim.

Sr. Presidente, deveríamos, acabar com isto no Brasil: o discurso totalmente diferenciado da prática. E a cada dia isso se repete, a cada dia o povo vem sendo enganado. Através dos jornais, da televisão e do rádio, vemos, a cada instante, a repetição dos equívocos a que o povo está sendo levado ao querer uma ação moralizadora que, na realidade, não tem nada de moral. Os exemplos não podem ser seguidos; o discurso, talvez, sim. Quando ouço dizer que nós, nós, não, porque eu não votei nele, mas que os brasileiros aprovaram o Plano que está em execução, através das eleições, é outro equívoco que se quer cometer, é outra maneira de querer enganar a opinião pública. Qual é o brasileiro que tinha conhecimento do chamado Plano Collor? Acho que ninguém, com exceção da equipe econômica — e Deus queira que mais ninguém —, somente uns poucos sabiam que aquilo ia ser feito no Brasil e não tinham conhecimento durante o período eleitoral dos projetos que estariam em execu-

ção com a eleição do Presidente da República.

Sr. Presidente, o que me trouxe aqui foi tratar desse aspecto do pronunciamento do Senador Jarbas Passarinho e trazer esse exemplo típico, quer dizer, o operário padrão é um ocioso! Se V. Ex^a não sabia, Senador Jarbas Passarinho, passa a saber que esse está entre os 30% de demissões que, segundo se diz, segundo se lê a cada instante, foram ordenados pela Presidência da República e estão sendo cobrados. Teríamos que completar isso dia 16, amanhã, no entanto, graças a Deus, não houve tempo para se chegar a essa degola total no funcionalismo público. E, não satisfeitos, ainda vêm avisando previamente que o funcionalismo público, este ano, terá aumento zero. Como a inflação é zero, estamos tendo um aumento zero para o funcionalismo público da União! Então, os funcionários são os grandes culpados pela inflação e pelo caos econômico que assola o País.

O Sr. Jarbas Passarinho — Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. JUTAHY MAGALHÃES — Pois não, Senador Jarbas Passarinho.

O Sr. Jarbas Passarinho — Agradeço a V. Ex^a a solidariedade à tese que defendi ainda há pouco. Gostaria de chamar a atenção de V. Ex^a para um fato da maior importância, que me parece estar conjugado com essa imagem de que é preciso economizar com os cortes de pessoal. Nós, evidentemente, sabemos que muitas empresas estatais incharam; houve, realmente, cabide de emprego à vontade. Daí por que creio que o corte a ser feito deve ser seletivo e não linear. Noto também que há uma pressão sobre o Legislativo, a partir dessas posições que considero pirotécnicas, porque dão um grande efeito para o grande público, o que chamávamos outrora de "jogar para a arquibancada", porque um jornalista — e sempre tratamos os jornalistas aqui com a maior cordialidade — escreveu há dois dias, num artigo do *Jornal do Brasil*, falando em dois "trens da alegria" que as duas Casas iriam fazer agora. A impressão que se teve — de quem leu aquilo e não conhece a Casa — é que estão ingressando, no momento, 5 mil novos funcionários no Congresso Nacional — Câmara dos Deputados e Senado Federal. A explicação dada pelo Presidente do Senado e pelo Presidente da Câmara ganhou um pequeno espaço no jornal. Mas ontem havia um editorial sobre o assunto. Tenho a impressão de que isso se faz muito na base do contraste, quer dizer, enquanto o Executivo está cortando, o Legislativo está empregando e empregando da pior maneira possível, quando, na verdade, é um plano de classificação de cargos que vai ser colocado em votação. E o outro fato é o cumprimento da Constituição, que preservou aqueles que há cinco anos estavam trabalhando continuamente. Esse quadro leva-me a ver com apreensão o futuro imediato nosso, porque o que é o fundamental? Esse Plano, realmente, surgiu com um ingrediente novo

que os planos anteriores não tiveram, que foi o congelamento — para não chamar confisco, porque o confisco só se dará se não devolverem mesmo — das nossas poupanças, das nossas economias. Quem está pagando por isso hoje, Senador Jutahy Magalhães — e tenho a impressão de que V. Exª concordará comigo — é apenas a classe média. Porque a ilustre Srª Ministra da Economia, Fazenda e Planejamento disse aqui não guardo de memória, mas lembro-me do número que S. Exª expressou, muito grande S. Exª disse aqui, repetiu, que bilhões de cruzados novos tinham sido transformados em cruzeiros por processos fraudulentos de empresários. O *Jornal do Brasil* de alguns dias declara que do total inicialmente congelado resta apenas um terço. Tive a oportunidade de conhecer esse rapaz da equipe da Ministra, chamado Antônio Kandir, que expõe com muita lógica e muita didática. É talvez um dos melhores expositores do Governo atual. Perguntei a ele se isso era verdade. Ele disse-me: "Não é bem isso". O que prova que está bem próximo de ser isso. Então, se já estamos com apenas um terço daqueles 105 bilhões de dólares que foram congelados, é evidente que a liquidez concordou comigo que aumentou, e muito. Ora, no momento em que aumenta a liquidez — e aqui tenho um ponto de vista pessoal, talvez V. Exª não concorde comigo, nas poucas vezes em que não concordamos — o Legislativo resolveu provar a sua autonomia no pior momento e com a pior natureza, que foi quando derrubou a medida provisória que suspendia as limitações para a concessão de aumentos pelos Tribunais Regionais do Trabalho. Ora, juntem-se o aumento da liquidez — dois terços dos cruzados transformados em cruzeiros —, os aumentos que começam a ser dados pelos Tribunais, na base de cento e sessenta e tantos por cento, cento e oitenta por cento, e assim por diante, e verifique-se o que isso pode significar em termos de contenção da inflação. Suponho que vai ser extremamente difícil contê-la. E o quadro imediato que vejo, sem querer colocar nenhum pessimismo nisso, é, com todos esses cortes, com todas essas atitudes que o Governo está tomando, a instalação da estagflação; vamos ter outra vez uma estagnação econômica e um processo inflacionário. Não sei se V. Exª admite, como eu, esse pensamento.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES — Veja V. Exª como nós concordamos praticamente em tudo, porque esse é o meu pensamento. Várias vezes tenho feito pronunciamentos nesta Casa. Sei que no início, quando criticávamos o Plano, éramos quase apredrejados por aqueles que achavam que era a grande salvação nacional....

O Sr. Jarbas Passarinho — Oitenta por cento de aprovação popular!

O SR. JUTAHY MAGALHÃES — ... quando torcíamos para que desse certo. Mas todos nós, como V. Exª, eu e tantos outros, pugnávamos para que fossem feitos alguns

acertos para melhorar o Plano e torná-lo exequível, porque, na realidade — V. Exª sabe muito melhor do que eu —, temos uma equipe econômica de primeira qualidade no País. Agora, essa equipe econômica que ocupava os órgãos administrativos do Planejamento, da Fazenda, dos Ministérios anteriores, foi colocada de lado e apenas vem essa nova equipe econômica, considerando-se sabedora de tudo, conhecedora de tudo.

O Sr. Jarbas Passarinho — E na qual, talvez, falte um pouco de cabelo branco.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES — Falta experiência. Além da idade, eles não tinham nenhuma prática de ordem administrativa, praticamente. E, por maior qualidade que tenha a Ministra, o único cargo executivo que havia ocupado anteriormente era de terceiro escalão, assim como os seus auxiliares mais imediatos. Foram jogando fora todos aqueles experimentados que tinham conhecimento da burocracia e que faltaram nessa hora para dar os seus conselhos e dizer: "Não, Srª Ministra, isso aí não é possível se fazer dessa maneira. A gente faz é desta ou daquela maneira". Aí teríamos evitado esse vaivém que estamos vendo a cada dia, porque, ao mesmo tempo em que podemos elogiar quando a pessoa reconhece o erro e procura consertá-lo, podemos também criticar aqueles que não sabem o que fazem e ficam a todo instante tendo que mudar de posição.

— Então, concordo com V. Exª, até quando fala na Medida Provisória nº 185. Apesar de achar que não era muito correta, entendo que ali o Governo perdeu o que não podia perder. Perdeu uma batalha que não poderia perder, também por inexperiência das suas lideranças. Como naquele episódio que quase aconteceu, também por inexperiência e falta de conhecimento.

O Sr. Jarbas Passarinho — Aí V. Exª me permita um aparte. A questão aí não foi de inexperiência, porque o responsável fundamental tem muitos mandatos exercidos.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES — Sim, mas não é só ter mandato, é ter experiência de liderança e ter conhecimento do que está fazendo.

Esta é a dificuldade que o Governo está encontrando. Veja V. Exª, que conhece muito melhor do que eu, que na área do Palácio do Planalto existiam funcionários que tinham conhecimento administrativo, e que funcionaram em todos os governos, para dar sua experiência, mostrar o que está certo e como deveriam ser feitos os decretos etc. que também foram deixados de lado. É lógico que quem não conhece não pode acertar. Aí está o resultado.

Quando falamos sobre a questão da estagflação, que é o grande drama que estamos vivendo, para ver se isso é possível ainda ser evitado, todos nós queremos ajudar. Por isso digo que não são as palavras, são os exemplos

que têm que ser mostrados para o brasileiro seguir, e não apenas o discurso. Quando pensamos nisso, vemos também — mudando um pouco de assunto — como se joga com os números.

Tem havido agora, Sr. Presidente, Srs. Senadores, uma campanha para mostrar que a inflação está diminuindo. Então, vêm os dados do Dieese, Fipe etc. dizendo que, realmente, era de 84%; passou para quarenta e tantos por cento e agora está em 8%, 9%, 12%, e irei nesta base, para mostrar que, se não se tivesse cometido o equívoco de dizer que a inflação em março era zero, nesta hora estaríamos todos satisfeitos com a inflação em menos de 10%.

Entretanto, como se joga com números, é fácil. É só perguntar ao Senador Roberto Campos o que S. Exª diz a respeito de estatística. Então, veremos como é fácil jogar com os números.

Agora, parece-me que, para comprovar que a inflação está diminuindo, o Governo já está aceitando que ela, em maio, vai atingir um percentual perto de 10%. Antes não aceitava isto. O Governo dizia que a inflação de março foi de 3% e em abril foi de 5%. Agora, já aceita que foi de 24% e 48%. Ao mesmo tempo, não admite perdas salariais.

Veja V. Exª como é fácil jogar com números. Para dizer que está diminuindo, acham uma grande coisa considerar que estamos com quase 10% de inflação. No entanto, até há poucos dias, discutia-se que estávamos com 3% a 5%.

Ora, Sr. Presidente, é preciso ser transparente — esta é uma palavra, hoje, mundial. Não podemos, aqui, no Brasil, deixar de fazer com que o Governo tenha a transparência necessária. Não podemos ficar querendo iludir a opinião pública. Não podemos ficar querendo discutir que temos, hoje, um ganho salarial para os empregados. Não podemos ficar a discutir que não é a classe média que está sendo sacrificada, porque os únicos que ainda têm cruzados novos bloqueados são os representantes da classe média.

Então, Sr. Presidente, vamos falar a verdade para o público. Vamos discutir dentro da verdade, dentro da realidade nacional, porque, aí, talvez, todos possamos ajudar, todos possamos apoiar o esforço do Poder Executivo, que deve ser no sentido de evitar aquilo que todos nós estamos com medo que aconteça no Brasil. Não é apenas o retorno da inflação, é a estagflação, a hiperestagflação, é quando vemos os Tribunais dando 166% de aumento, tudo isso por falta da transparência necessária para examinar os assuntos.

Então, Sr. Presidente, nesta sexta-feira, quis apenas tratar de vários assuntos, daquilo a que eu chamava de *pot-pourri* das sextas-feiras. Este foi o meu objetivo: abordar estes assuntos, chamar a atenção para eles e, posteriormente, discuti-los com mais profundidade.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE
O SR. JUTAHY MAGALHÃES EM
SEU DISCURSO:**

"UNA CENA A PREÇO DE PRESIDENTE-TE"

**Cardápio de capo Collor em Torino
fica muito salgado**

Turim, Itália — Sotaque é cosa que eu gosto e, auguro, o amado leitor respeite. Súbito, andiamo a um giro por una città que oferece ao paladar estrangeiro una incredibile variedade de bares e ristoranti. É vero que os brasileiros estão matando panini e Coca-cola a gritos de 5 miléiras no balcão do Infernot, bar que dá atchesso a um ristorante na Piazza San Carlo, ao lado da Varig, a linea aerea brasiliana. Pobrero Infernot, precisou sequestrar os canapé aperitivi do balcão, que estavam sendo atacados pelos tifosi verdeoro. Ma, nem tutti que passarano por quá manjaran male. Para provar questa verdadi, conduzi o signore Arb e il signore Lof, due brasileiros, al ristorante Del Cambio, inaugurado em 1757 e que já foi frequentado por Cavour e, più recentemente, pelo presidente Collor, l'estadiste troppo juvenile del mondo.

O garçoniere ha ricomendato o menu escolhido pelo capo Collor, na véspera dello gioco contra a nazionale sueca: Fiori de abóbora com recheio de trufas (piatto d'apertura — 18 mil líras), ravioli de berinjela ao pomodoro fresco — non sono io, hein! — (primo piatto — 12 mil líras) e tagliata di carne con stragone (secondo piatto — 28 mil líras). Bravo presidente! Os preços sono salgados, ma que buona é la comida.

Os signores Arb e Lof preferiram comer na abertura una moccetta di cervo allolio e limone, que, em bom português, não passa de um viadinho fresco afogado no óleo e no limão. Dopo, signore Arb aplaudiu de piede a pedida de suo presidente. "Esse ravioli de berinjela arrasou", disse il signore Arb, alzando um puo troppo demais a voz naquello ambiente de lustres de cristais, afrescos de querubins, relógio d'ouro neoclássico, espelhos alle fine Século XVIII, due entradas de serviço, due sociales, comieri de fraques, poltronas em veludo púrpua con croché branco, salas de banho em mármore e, em destaque, a mesa onde Cavour — uno degli artífices della unificação italiana — costumava sentarci per osservare o movimento no prédio do parlamento, defronte do Del Cambio, na época em que Torino era la capital da Itália. "Parla piano, Sig. Arb", ricomendou il Sig. Lof, rosso de vergogna.

Stava divino, de forma iguale, a lasagnette al salmone fresco e rucola (una folha de paladar forte e amaro), que il Sig. Lof coméu em silêncio. Ha fatto meno barulho que la manifestação que meza dúzia de sei o sete viechi faziam na piazza Carignano, davante il Del Cambio, onde stá localizado o Museo dello Egitcio. Per fine, i signori Arb, Lof e io comemos um salmone cucinato sull'ardesia, cosa que deixou miei amici brasileiros de olhos trocados. Acompanhou la comida

un buono vino Arneis Rociro (21 mil líras), uno licor amaro de 6 mil líras, coperto de 7 mil líras e servizio de 15%. Finale, un conto de 324 mil líras (trecento e vintequatro miléira). Divitito por três, 108 mil líras per capita. Multiplicado por 50 — numero de personas atendidas sabado passado pelo maitre Daniele Sacco na comitiva do juvenile Collor — 5 milhões e 400 miléiras no total. Algo em torno de 4.500 dólares. Forza Brasile!

O SR. PRESIDENTE (Pompeu de Sousa) — Concedo a palavra ao nobre Senador Mauro Benevides.

O SR. MAURO BENEVIDES (PMDB — CE. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senhores, em várias oportunidades, na presente Sessão Legislativa, tenho-me ocupado de assuntos relacionados com o desenvolvimento do Nordeste, reclamando contra medidas que, a meu juízo, significam prejuízo para alguns dos organismos incumbidos de atenuar as disparidades existentes entre aquela e outras áreas geográficas do País.

Mais recentemente, quando um decreto presidencial exclui o Banco do Nordeste do Conselho Monetário Nacional, insurgime-me veementemente contra tão despropositada iniciativa, através de dois longos e incisivos discursos neste tribuna, que contaram, aliás, com a pronta e decidida solidariedade de numerosos Senadores, todos, como eu, exigindo a reformulação do ato do Executivo.

Felizmente, a Medida Provisória nº 188 restabeleceu a presença do BNB no aludido Colegiado, que tem a missão de fixar as diretrizes da hora político-econômico-financeira, estando a matéria pendente de deliberação do Congresso Nacional, o que deverá ocorrer até o dia 28 do corrente mês.

Dentro de uma linha de vigilância que nos é imposta pelo próprio desempenho do mandato popular, desejamos definir posição contrária, à Mensagem Presidencial nº 48/90, que dispõe sobre a composição do Conselho Deliberativo da Sudene, com a absurda exclusão do Presidente do Banco do Nordeste de seu magno plenário.

O argumento, Srs. Senadores, de enxugamento da máquina administrativa federal e a consequente diminuição do déficit público não poderão certamente ser invocados como pretexto básico, pois, ao que se sabe, nem **jeton** percebe aquela autoridade por sua participação mensal nas reuniões ordinárias da Sudene.

Acresce destacar que, como agente financeiro do Finor, e do Fundo Constitucional, o Banco do Nordeste necessita acompanhar, com direito a voz e voto, as decisões adotadas pelo Conselho Deliberativo daquela autarquia especial, hoje vinculada à Secretaria de Desenvolvimento Regional da Presidência da República.

Se isso ocorre em relação ao Presidente do BNB, no que concerne ao próprio Superintendente da Sudene, a pretendida inovação, constante da citada mensagem presiden-

cial, é também esdrúxula, quando não assegura ao dirigente máximo do órgão a tradicional prerrogativa de presidir-lo no ensejo de suas sessões ordinárias e extraordinárias.

O Sr. Jutahy Magalhães — Permite-me V. Exª um aparte?

O SR. MAURO BENEVIDES — Tal prerrogativa, dentro da tradição até aqui cumprida exemplarmente, é deferida, de modo explícito, aos governadores da região, ao secretário de desenvolvimento regional e aos ministros de estado.

Por que não se garantir, clara e meridiana, a presença do Conselho ao superintendente do órgão, cabendo-lhe a atribuição de distinguir, com eventual convite, qualquer governador ou ministro presente?

Concedo o aparte a V. Exª, eminente Senador Jutahy Magalhães.

O Sr. Jutahy Magalhães — Senador Mauro Benevides, V. Exª, mais uma vez, está atento aos problemas que dizem respeito ao Nordeste, muito especificamente ao Banco do Nordeste. V. Exª tão bem o presidiu e conhece as possibilidades e a capacidade que tem o banco de organizar o desenvolvimento regional através de ações bancárias e administrativas. V. Exª liderou aqui, no Senado, a campanha para que o Banco do Nordeste fizesse parte do Conselho Monetário Nacional. Isso foi conseguido. Agora, V. Exª traz a este plenário, para discussão, e terá a solidariedade de todos os seus colegas, principalmente dos Colegas do Nordeste, para que venhamos a ter novamente o Banco do Nordeste com assento no Conselho da Sudene, para poder deliberar a respeito das necessidades da nossa região. Mais uma vez parabênz V. Exª Tenha a certeza de contar com a minha solidariedade nessa luta que V. Exª começa a empreender.

O SR. MAURO BENEVIDES — Muito grato à V. Exª, nobre Senador Jutahy Magalhães. Na primeira oportunidade em que se investiu, aqui, através de um decreto do Presidente da República, contra a formação do Conselho Monetário Nacional, e se pretendeu a exclusão do Banco do Nordeste, eu aqui ergui a minha voz protestando com a maior veemência. Naquela ocasião, recordei que também V. Exª e alguns Senadores do Norte e do Nordeste estendemos ao Basa a nossa preocupação. V. Exª, nobre Senador Jutahy Magalhães, juntou a sua voz ao nosso protesto e, hoje, já se registrou a reformulação do pessimamente inspirado ato presidencial, com a reinclusão do Banco do Nordeste no Conselho Monetário Nacional.

Nobre Senador Jutahy Magalhães, há outra tentativa de se desprestigiar o Banco do Nordeste do Brasil. Pretendeu-se, na primeira ocasião, excluí-lo do Conselho Monetário Nacional. Agora, já se vai mais adiante: pretende-se retirar o assento do BNB do plenário do Conselho Deliberativo da Sudene. Está dito e referenciado no meu pronunciamento, que o Banco do Nordeste é o agente financeiro do Finor. A Sudene aprova todos os

financiamentos custeados pelo Finor. Então, como o próprio agente financeiro que vai ser responsável pelo cumprimento das normas preconizadas pela Sudene, exercitando também a tarefa de fiscalização daquilo que lhe é pertinente, como o Presidente do Banco do Nordeste vai ficar à margem do plenário do Conselho Deliberativo da Sudene? Parece que houve uma intenção preconcebida de alguns tecnocratas governamentais de excluir o banco, ora do Conselho Monetário, ora do Conselho da Sudene, deixando-o, assim, numa posição de autêntica marginalização dos órgãos que decidem, o Conselho Monetário, sobre as políticas econômicas e financeiras no País, e a Sudene, sobre o planejamento e desenvolvimento regionais.

Muito grato, portanto, a V. Ex.^a, nobre Senador Jutahy Magalhães, que nesta oportunidade também forma decididamente conosco, nessa tentativa de se emendar já agora a Mensagem Presidencial através da qual enviada ao Congresso o Projeto de Lei Complementar n° 242, que aqui está atingindo direta e injustamente o BNB. Por razões que não encontram justificativa, alcança-se também o próprio Superintendente, que não terá mais direito a voto nas deliberações do Conselho, nem sequer poderá presidi-lo, quando ausente o secretário de desenvolvimento regional, a quem se vai atribuir agora a competência privativa de presidir o Conselho Deliberativo da Sudene.

O Sr. Chagas Rodrigues — Permite-me V. Ex.^a um aparte?

O SR. MAURO BENEVIDES — Pois não.

O Sr. Chagas Rodrigues — Senador Mauro Benevides, V. Ex.^a presta, mais uma vez, relevantes serviços ao Nordeste, ao qual todos estamos ligados com muita honra para nós. Essa idéia é completamente absurda. Deve ter sido mais um equívoco, como aqueles já praticados. Espero que o Governo venha a rever esse seu pensamento, pois, de modo contrário, o Congresso não poderá acolher esse projeto de lei, porque ele agasalha uma idéia profundamente prejudicial ao Nordeste. V. Ex.^a tem a nossa total solidariedade. Não podemos admitir que o Banco do Nordeste seja enfraquecido. Sabe V. Ex.^a que o desenvolvimento da Região Nordeste resultará, sobretudo, do fortalecimento da Sudene, do Banco do Nordeste e do Velho Dnocs, pois são instituições que precisam ser tanto quanto possível, racionalizadas, modernizadas para que tenham a eficácia devida. Tem V. Ex.^a nossa solidariedade. Não podemos aceitar isso. E o que se exige é que a Sudene e o Banco do Nordeste sejam fortalecidos, porque nós, nordestinos, já não mais admitimos discriminações. Af estão as estatísticas, sobretudo as últimas, nas áreas de saúde e de educação, que deixam o Nordeste em uma situação terrivelmente inferior às demais regiões do País. V. Ex.^a tem nosso apoio. O Nordeste, mais uma vez, integrado no Brasil e lutando pelo desenvolvimento nacional, quer um desenvolvimento harmônico e que,

portanto, venha também atender às necessidades das nossas populações.

O SR. MAURO BENEVIDES — Nobre Senador Chagas Rodrigues, V. Ex.^a, que tem visão globalizada dos problemas brasileiros, identificou com muita precisão a necessidade de um entrosamento perfeito entre Banco do Nordeste e Sudene, ambos incumbidos de impulsionar o desenvolvimento de uma das áreas mais carentes do País que, por sinal, representamos nesta Casa, V. Ex.^a, eu, o Senador Jutahy Magalhães dentre outros companheiros que compõem a chamada bancada nordestina.

Não teria sentido, nobre Senador Chagas Rodrigues, que sendo Superintendente da Sudene, Membro do Conselho de Administração do BNB, como é também do Dnocs, portanto, o Superintendente da Sudene tem cadeira cativa no Conselho de Administração do Banco do Nordeste — não se justificaria nunca que houvesse a exclusão do Presidente do Banco do Nordeste do Conselho Deliberativo da Sudene.

V. Ex.^a, portanto, concebeu com muita exatidão e justeza a necessidade dessa conjugação de ação e de presença entre BNB e Sudene.

Falo, neste instante, com a própria experiência, dirigindo-me aos vários Senadores que se encontram presentes, mas de forma particular a V. Ex.^a e ao Senador Jutahy Magalhães, que me honraram com brilhantes aportes. A minha vivência como Presidente do Banco do Nordeste durante um ano, 85/86, credencia-me a vir aqui defender a necessidade de uma participação do Presidente do Banco no Conselho, a fim de que ele possa influir naquelas decisões que são assentadas, especialmente em relação aos recursos do Finor, do Fundo de Investimento do Nordeste.

Se é certo que esses recursos do Finor estão limitados no tempo para uma nova avaliação no dia 30 de outubro do corrente ano, naquela tentativa que se encontrou de se obstaculizar a extinção pura e simples pretendida pelo Plano de Estabilização Econômica, mesmo assim, vamos lutar até o derradeiro momento para que a Sudene, funcionando com base nos incentivos fiscais, e o Banco do Nordeste como agente financiador e pagador de tais incentivos, num entrosamento perfeito e correto. Vamos lutar pela junção desses dois organismos em favor do desenvolvimento regional.

Essa é a nossa intenção, claramente entendida por V. Ex.^a e pelo Senador Jutahy Magalhães, desejamos que esses dois órgãos funcionem harmonicamente e propiciem aquilo que é o interesse de 40 milhões de brasileiros: o crescimento e o progresso do chamado Polígono das Secas.

Sr. Presidente, por que não se garantir clara e meridianamente à Presidência do Conselho ao Superintendente do órgão, cabendo-lhe a atribuição de distinguir, com eventual convite, qualquer Governador ou Ministro presente? Essa é uma orientação regimental, até aqui seguida indiscrepantemente nos 30

anos de fecunda existência da Sudene. Ela precisa ser preservada, mediante emenda, que desde já me propondo a formular ao texto original, na convicção de que a mesma corrigirá uma redação equivocada e de objetivos desconhecidos.

Pressupõe-se que, ao nomear um Superintendente, o Presidente da República a ele delega a imensa responsabilidade de comandar a política desenvolvimentista regional, com o apoio de um corpo técnico qualificado e dos ilustres membros de seu Conselho Deliberativo.

Não se entende, Sr. Presidente, por isso, que um novo diploma legal impeça o titular daquele importante cargo de exercer a Presidência do Conselho, exercício também deferido com merecida honraria durante fases das reuniões, aos Governadores do chamado Polígono das Secas.

Esta modificação, ora sugerida, será obviamente endossada como já o foi através de aportes dos Senadores Chagas Rodrigues e Jutahy Magalhães, pelas duas Casas do Parlamento e haverá de receber a sanção do Presidente, pela justeza de que a mesma se reveste.

Igualmente, confio em que a presença do BNB no Conselho Deliberativo será imediatamente estabelecida, pondo-se fim a essas confusas e descabidas alterações que alcançam as duas conceituadas entidades governamentais ambas com um lastro imenso de serviços prestados à região e ao País.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Pompeu de Sousa) — Concedo a palavra ao nobre Senador Ruy Bacular.

O SR. RUY BACELAR (PMDB — BA. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, o Brasil da década de 90 tem por desafio maior sua própria modernização. Essa tem sido, aliás, a idéia central do discurso de nossos atuais governantes.

Diante dessa promessa, a Nação brasileira põe-se em expectativa e aguarda o anúncio dos planos governamentais para verificar se eles, realmente, irão conduzir-nos à modernidade.

Seguramente, o plano de modernização brasileira haverá de contemplar, com alta prioridade, as obras de infra-estrutura de que o País tanto necessita, nelas incluídas as relativas ao transporte. Digo-o porque "é o transporte uma resistência econômica, embora seja, paradoxalmente fator essencial à evolução econômica do mundo", segundo ensina meu velho mestre Vasco Azevedo Neto, logo na introdução de sua tese "Transportes — princípios de seleção".

Então, diante desse veredicto, só nos resta esperar que o Plano do novo Governo, se, de fato, é veraz seu compromisso com a modernização do Brasil, e, até mesmo por simples questão de coerência, venha a brindar a Nação com um Programa de Transportes que seja, no mínimo, exemplar.

Essa obrigação é imposta ao novo Governo porque o Brasil já não pode suportar tantos equívocos no setor transportes, como os que nos legou nosso passado, como também o País não mais tolera o adiantado estágio de degradação em que se encontram nossas malhas rodoviárias e ferroviárias e o obsolescência dos equipamentos de nossos portos, de nossos navios e de nosso material rodante.

Isso posto, Sr. Presidente e Srs. Senadores, evidenciam-se, de plano, duas conclusões.

A primeira é que é urgente ao Brasil aplicar recursos na recuperação de infra-estrutura de transportes, sob pena de que sua degenerescência venha, muito proximamente, a pôr em risco nossa economia.

A segunda é que a Nação brasileira deve iniciar já uma profunda discussão sobre sua matriz de transportes. Do debate devem participar, a meu ver, todos os segmentos produtivos do País. Pois a questão é tão importante e vital para o futuro brasileiro que o novo Governo não deverá outorgar à Nação nenhum plano de transportes sem antes considerar a vontade nacional e a escolha da melhor opção de transportes para o Brasil, respeitadas suas características de país continental, que ostenta o título de oitava economia mundial e tendo em vista o objetivo governamental de promover a conquista, pelo País, da modernidade.

Fundamento esse ponto de vista, Sr. Presidente, Srs. Senadores, na convicção de que a longa crise econômica que vivemos no Brasil já nos forneceu elementos suficientes para que, a partir de agora, como nação, possamos eleger as melhores alternativas para a promoção de nosso próprio desenvolvimento.

No campo dos transportes, julgo que a consciência nacional já se deu conta de nossos grandes equívocos, como a prematura opção feita pelo rodoviarismo, o abandono de nossas ferrovias e o abandono do transporte aquaviário.

Considero, ainda, que a consciência nacional já tenha sido molestada o bastante, pela longa e ininterrupta sequência de crises que temos vivido no setor transportes, todas elas causadas pela teimosa insistência na adoção de equivocadas políticas e estratégias para o setor. A meu ver, desde a primeira aguda manifestação da crise do petróleo, na década de 70, até a atualíssima crise do Proálcool, não tivemos senão uma só e longa crise no setor transportes, a crise de um país que não sabe ou não quer ser energeticamente independente.

Basta, porém, de crises no Brasil. Considero que, no setor transportes, temos de deixar morrer as errôneas concepções do passado e substituí-las por nova filosofia, que seja consentânea a nossa realidade. Para isso, é necessário discutir a questão. Vamos, então, ao debate, pois o atual momento político brasileiro é extremamente propício às discussões que visam à reestruturação do setor.

Sou de opinião, Sr. Presidente e Srs. Senadores, que é a ferrovia o elemento fundamental que irá desencadear a reestruturação do setor transportes do Brasil, tendo-se em

conta que os países de grande extensão territorial não podem prescindir do transporte ferroviário.

No caso brasileiro, somos forçados a expandir nossa malha ferroviária, porque somos um país de dimensão continental, e, infelizmente, a alternativa de que dispomos para o transporte ferroviário é o transporte rodoviário, altamente oneroso, como todos sabemos.

Não acredito, então, na modernização do País sem o ressurgimento da ferrovia brasileira, porquanto só teremos uma economia moderna e competitiva se ela for de escala. Com transporte caro, porém, permaneceremos, infelizmente, em desvantagem frente a nossos concorrentes.

Portanto, temos de conferir, no Brasil, prioridade ao transporte ferroviário, relegado, aqui, a segundo plano desde o final da década de 50.

O que estou efetivamente defendendo, nobres companheiros, é que a construção de novas ferrovias se torna necessária ao Brasil, a fim de que se operem modificações substanciais em sua matriz de transporte interno. Em suma, esta é minha convicção: uma maior participação do transporte ferroviário, na matriz de transporte brasileiro só trará benefícios à nossa economia.

Em síntese, defendendo mudanças radicais no setor, pois nossa situação, no que concerne à ferrovia, é de carência.

O Brasil possui atualmente 30.100 km de ferrovias. Deles, somente cerca de 2.000 km são eletrificados.

Diante da dimensão continental brasileira, avaliada em quase 8,5 milhões de km², nossos 30.100 km de ferrovias são quase que absolutamente inexpressivos. Além disso, nossas linhas férreas são muito mal distribuídas. Apenas as regiões Sudeste e Sul possuem uma razoável ligação entre si. As demais regiões apresentam poucas e precárias interconexões ferroviárias.

O Nordeste, por exemplo, encontra-se ligado ao Sudeste por apenas um elo de baixa capacidade, o qual ostenta vários gargalos em seu percurso.

Já a região Centro-Oeste liga-se à Sudeste por intermédio de dois elos, sendo, contudo, ambos de capacidade limitada, o que impede uma maior expansão na movimentação de cargas. Embora o Centro-Oeste possua um grandioso potencial agrícola e mineral, não possui até hoje — é quase um absurdo dizê-lo — nenhuma ligação ferroviária eficiente com o litoral. Perante outros países, nossa situação ferroviária é calamitosamente precária. Os Estados Unidos, por exemplo, com extensão territorial quase igual à nossa, operam, hoje, mais de 300 mil km de ferrovias. A Argentina, com área três vezes menor que a brasileira, tem instalados, em seus 2,9 milhões de km², 36 mil de ferrovias, o que significa que sua malha é 20% superior à brasileira. Se tomarmos por referência a produção ferroviária a situação brasileira é, ainda, mais acentuadamente precária. Enquanto nossa malha ferroviária transportou, em 1986, em

média, 100 bilhões de toneladas por quilômetros úteis (TKU), no mesmo ano os Estados Unidos transportaram 1.500 bilhões, e a URSS, 3.700 bilhões. Essas cifras, Senhores Senadores, bem demonstram nossa fragilidade na produção ferroviária. Em termos percentuais, atingimos menos de 3% da produção soviética e aproximadamente 6% da norte-americana.

Essa disfunção não é devida apenas à reduzida malha ferroviária brasileira. Em grande parte, é consequência da má utilização do sistema ferroviário, resultado de uma distribuição modal de transportes de cargas incompatível com as características territoriais, econômicas e sociais do Brasil. Na atual matriz de transportes de cargas brasileiras, a parcela maior cabe ao sistema rodoviário. Atualmente, 62% de toda a produção brasileira são transportados por rodovias e tão-somente 12% (excluído desse índice o transporte de minério de ferro da Cia. Vale do Rio Doce) são transportados pelo sistema ferroviário. Nos países desenvolvidos, a situação é bastante diferente. Lá, há predominância do transporte ferroviário. Nos Estados Unidos, por exemplo, o transporte de cargas por ferrovias alcança a média de 40% do total (30% são realizadas por rodovias). Nos países comunistas, esse índice atinge até 73% do total transportado.

Como se depreende da análise dos dados até agora expostos, Sr. Presidente e Srs. Senadores, a posição brasileira diante de outras nações, no que concerne ao transporte ferroviário, é bastante desfavorável. Na verdade, a chamada oitava economia do mundo ocidental tem realizado desperdício de recursos de forma inescrupulosa, pois, com a opção rodoviarista, tem ostentando elevados custos de frete e crescente consumo de combustível, além de estar prejudicando regiões com acentuada vocação desenvolvimentista.

Na verdade, o Brasil apresenta, entre todas as nações do mundo, um dos mais elevados custos de transportes. Pode-se afirmar que, em decorrência da baixa utilização do sistema ferroviário, o custo de transporte no Brasil é 12% maior que o canadense, o dobro do soviético e do chinês, e 60% maior que o norte-americano.

Tudo o que acabo de expor, nobres companheiros, a consequência de uma série de erros históricos cometidos pelo Brasil. Enquanto em outros países as ferrovias tiveram significado fundamental no processo do seu desenvolvimento e integração, aqui, contrariamente, as ligações ferroviárias nunca foram usadas para agregar nosso espaço de dimensão continental, embora sejam detentores de topografia altamente adequada à ferrovia.

É evidente que estamos pagando muito caro por todos esses erros. Infelizmente, não me é possível, agora, porque é limitado o espaço de tempo de que disponho, dedicar-me à análise minuciosa de todas as consequências desses erros. No entanto, apenas para tanger ao tema, desejo enumerar alguns outros malefícios causados ao País pela au-

sência, nele, de uma malha ferroviária razoável. Eis alguns desses males: o elevado custo do frete; — consumo continuamente crescente de combustível e a consequente e perigosa dependência em relação ao diesel, a queda de competitividade da agricultura brasileira, causada pelas alto custo do transporte, e a manutenção de enormes vazios populacionais nas regiões centrais brasileiras. Em síntese, todos esses problemas são verdadeiros elementos nutrientes desse monstro que se apoderou da economia brasileira: a inflação.

A bem da verdade, porém, é conveniente esclarecer que se começa a observar, no Brasil, nos últimos anos, o renascimento das ferrovias, encontrando-se várias delas em projeto, em construção ou em operação recente. Cabe citar como exemplos: a Ferrovia do Aço, trecho Jeceaba (MG) — Saudade (RJ), a Ferrovia Transnordestina, a Ferrovia Norte-Sul, a Ferrovia Leste-Oeste e a Ferroeste (Ferrovia da Produção), além do Trem Bala, para transporte de passageiros no trecho Rio de Janeiro — São Paulo — Campinas.

Senhor Presidente, Srs. Senadores, se a situação do transporte, no Brasil, é de precariedade, a do Nordeste é de aniquilamento.

De acordo com a visão oficial, expressa no Programa de Desenvolvimento do Setor Transportes-Prodest, 1990-93, "o subsistema ferroviário da região é deficitário devido à baixa densidade de tráfego. A via permanente está, em maior parte, em alto estado de degradação, com trechos somente trafegáveis em velocidade reduzida e com cuidados especiais."

Segundo, ainda, o Prodest, "os sistemas de sinalização e de telecomunicações da RFFSA encontram-se em estado precário, necessitando de restauração e de melhor serviço de conservação." O rol dos problemas, porém, não se encerra aí. Há outros e graves problemas. A maioria dos pátios e terminais é inadequada às necessidades de operação, carecendo, em consequência, de remodelação. Há, ainda, os problemas operacionais, como o aumento do ciclo dos trens, que ocorrem em face da troca de tração, em virtude da existência, na região, de administrações ferroviárias distintas.

Por tudo isso, o segmento rodoviário tem elevada participação na movimentação de cargas no Nordeste (67%). Já o setor ferroviário tem participação pouco expressiva na matriz regional de cargas, com índice 85% inferior à média brasileira.

Sr. Presidente, o Srs. Senadores: diante do lamentável quadro do transporte ferroviário do Nordeste, os que habitam aquela sofrida região, temos algumas reivindicações a fazer ao novo Governo, cuja palavra de ordem é modernização.

Minha primeira reivindicação é no sentido de que se determinem providências imediatas para o início dos melhoramentos, recuperação e remodelação de toda a malha ferroviária nordestina, a fim de que o transporte ferroviário se torne competitivo frente às demais modalidades existentes na região.

A segunda reivindicação diz respeito à construção de novas ligações ferroviárias no Nordeste.

Embora ciente de que a situação econômico-financeira do Brasil caracteriza-se por acentuada escassez de recursos, exatamente por isso temos que destinar os recursos públicos prioritariamente, aos projetos que tenham maior alcance social, conforme, aliás, o anunciado compromisso do atual Governo.

Entre esses projetos, inclui o da Ferrovia Transnordestina, ligação da maior importância para a região Nordeste, pois irá integrar os Estados nordestinos às demais regiões do País.

O impacto positivo do empreendimento na região é inquestionável. Sem dúvida, a Transnordestina, será um elemento indutor de desenvolvimento para toda sua área de influência porquanto sua grande função será a de promover o escoamento da produção Norte/Nordeste para o Centro-Sul, além do escoamento, através dos portos de Recife/SUAPE, Salvador e Fortaleza, da produção do oeste baiano e do norte de Minas, que se destina à exportação, bem como promover o escoamento da produção dessas regiões no âmbito do mercado interno de todo o Nordeste. Pode-se afirmar, ainda, que, sem a Transnordestina, permanece falho o transporte ferroviário no Nordeste, já que sua malha atual não está física e espacialmente capacitada para absorver o transporte nem da produção atual nem da que é proposta para o futuro.

Como se sabe, a malha ferroviária do Nordeste é resultado da fusão de várias linhas isoladas, quase todas construídas no século passado. A direção predominante do fluxo dessas linhas era o leste, melhor dizendo, os postos ali situados, através dos quais se exportava matéria-prima e se importavam produtos acabados.

Atualmente, a predominância dos fluxos é no sentido Sul-Norte, pois a grande maioria dos centros produtores está situada na região Centro-Sul, estando os consumidores localizados no Norte e no Nordeste. Daí, então, a inadequação da malha nordestina.

No futuro, porém, essa realidade deverá modificar-se uma vez que, até o final do século, com a implantação de projetos estruturados no Nordeste, ocorrerá um equilíbrio na matriz produção-consumo regional, com reflexos no sistema de transporte, o que alterará a tendência atual do fluxo, que opera no sentido Sul-Norte, para um fluxo intra-regional. Devido a isso, é grande a importância estratégica da Transnordestina para a região, pois ela será relevante fator de integração dos Estados nordestinos, como antes afirmado.

Além disso, Sr. Presidente, Srs. Senadores, ela promoverá significativa redução no percurso ferroviário Norte-Sul. Graças, ainda, aos grandes projetos Brasil Central e Carajás, implantação da Transnordestina representará expressivo incremento na atual produção de transporte ferroviário no sentido Norte-Sul e diversa.

Parte integrante do Corredor do São Francisco, a Transnordestina objetiva a integração modal ferro-hidroviário através do complexo portuário Petrolina (PE) / Juazeiro (BA) complementando o corredor de exportação do Nordeste nos portos de Recife, Salvador e Fortaleza, além de objetivar a integração do Sistema Ferroviário do Nordeste pelo interior.

Na verdade, a proposta da Ferrovia Transnordestina visa a complementação da malha atual, não sendo muito longos dos trechos a serem construídos, recuperados ou modernizados.

O projeto da ferrovia prevê a construção dos trechos Petrolina (PE) — Salgueiro (CE) — Ingazeiras (CE), com 342 km; Crateús (CE) — Piquet Carneiro (CE), com 178 km; a recuperação do trecho Iaçú (BA) — Senhor do Bonfim (BA), com 339 km; e a modernização dos corredores para Recife (PE), Salvador (BA), Fortaleza (CE), Teresina (PI) e São Luís (MA).

Levando-se em conta que o trecho ferroviário a ao qual estou me referindo interliga, com os portos de Itaqui (MA), Mucuripe (CE), Recife/SUAPE (PE) e Salvador (BA), as duas Superintendências Regionais do Nordeste da RFFSA, à hidrovia do rio São Francisco e toda a malha rodoviária pavimentada da região, pode-se definir a área de influência da Transnordestina como sendo as regiões de mercado do Norte, Nordeste, Sudeste e Centro-Oeste.

Mais diretamente, porém, sua área de influência abrange a totalidade do Estado de Pernambuco, o oeste e o sertão da Bahia, o sertão paraibano, a província salina de Mossoró, no Rio Grande do Norte, e o centro-sul do Ceará.

Pode-se, ainda, situar em sua área de influência o pólo industrial de São Luís (MA), com todas as potencialidades do Projeto Grande Carajás, bem como a região central do Piauí.

A Transnordestina irá, por certo, beneficiar a região do Vale do São Francisco, especialmente o oeste baiano, permitindo o escoamento da soja aí produzida.

O oeste baiano compreende uma área equivalente a 214.627 Km², que corresponde a cerca de 38% do território do Estado. Lá, vivem aproximadamente 1.000.000 de pessoas, que se dedicam, predominantemente, às atividades agropecuárias e extrativas. Lá estão, também, 6% dos cerrados brasileiros, num total de 10,5% milhões de hectares. De ocupação recente, o oeste é a última frente de expansão das fronteiras econômicas da Bahia. Região de alta potencialidade econômica, para lá estão convergindo fortes fluxos migratórios.

Como se depreende de todo o exposto, a Transnordestina é de fundamental importância para o Nordeste. Principalmente quando a associamos às potencialidades de sua área de influência e aos programas regionais que ali se prevêem implantar.

Referindo-me a programas regionais, de plano, tenho que me ater aos projetos públi-

cos e privados de irrigação, previstos sobretudo para o vale do São Francisco.

Na área de influência da Ferrovia, as pesquisas já desenvolvidas concluem pela viabilidade concreta de atividades produtivas de inestimável valor para a economia nacional que incluem desde produtos destinados ao mercado interno até os de exportação, seja insumos industriais, seja gêneros da alimentação básica da população, como soja, trigo, algodão, feijão, milho, mandioca, arroz, sorgo e hortifrutigranjeiros, além da pecuária.

De acordo com estudo do Planvasf — Plano Diretor para o Desenvolvimento do Vale do São Francisco, há, na região, cerca de 10,3 milhões de hectares de terras para irrigação, dependendo é claro — das possibilidades dos recursos hídricos. De acordo, porém com levantamento preliminar realizado pelo Planvasf, até o ano 2000, 512.000ha deverão estar incorporados às áreas irrigadas. Considerando-se, então, todos os projetos de irrigação, haverá, até o final do século, um acréscimo na produção regional de 9,8 milhões de toneladas, sendo 2,3 milhões de toneladas de grãos, 241 mil toneladas de algodão, 2,4 milhões de toneladas de tomate industrial e 3,8 milhões de toneladas de produtos hortifrutigranjeiros.

No que diz respeito à estimativa de demanda futura por transporte ferroviário na área de influência da Transnordestina, estudos realizados pelo extinto Ministério dos Transportes concluíram que, no período de 1990 a 2010, a demanda potencial crescerá de 2,9 milhões de toneladas para 8,8 milhões, incluindo entre os produtos a serem transportados os siderúrgicos, açúcar, adubos, álcool, alumínio/alumina, cimento, concentrado de cobre, derivados de petróleo, farelo de soja, gesso, grãos, minério de ferro e sal.

Apenas no trecho Petrolina—Salgueiro—Ingazeiras, que constitui a primeira etapa da Transnordestina, os estudos feitos indicam a demanda por transporte ferroviário de 2,2 milhões de toneladas, em 1990, e de 7,8 milhões de toneladas, em 2010.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, os dados expostos evidenciam a importância da Ferrovia Transnordestina para o Nordeste. E mais do que sua importância, destacam a urgência de sua construção.

É por isso que defendo, com veemência, que o Plano de Transportes do novo Governo deva conferir-lhe a necessária prioridade e assegurar-lhe os 360 milhões de dólares, estimados como indispensáveis para a implementação do projeto, cuja conclusão foi prevista para 1994, segundo estudos realizados no Governo anterior.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, expostas, em linhas gerais, a situação de precariedade da ferrovia brasileira e nordestina, e a urgente necessidade da construção da Ferrovia Transnordestina, detenho-me, agora, ainda que rapidamente, a tratar da situação da agonizante ferrovia baiana.

A malha ferroviária de meu Estado não possui mais que 1.852Km, e é, toda ela, gerenciada pela SR-7 - Salvador, da Rede Fer-

roviária Federal S.A. Além da Bahia, a malha alcança o Estado de Sergipe e parte de Minas Gerais. É composta pela Linha Norte, que une Salvador e Propriá, pela Linha do Centro, que liga Juazeiro a São Francisco, e pela Linha Sul que interliga Mapele e Monte Azul.

De fato, a ferrovia baiana está agonizando. A Linha Norte encontra-se com sua via permanente em adiantado estágio de degradação, devido, principalmente, à grande incidência de massapê e de mangues. Já a Linha do Centro, embora assentada em solo de boa capacidade de suporte de carga, estável e favorável à drenagem, apresenta diversos problemas relacionados sobretudo com a superestrutura, como grandes extensões em lastro de terra, trilhos desgastados e dormentação acentuadamente deteriorada; além disso, sua infra-estrutura necessita de serviços de regularização de plataformas e drenagem. Situação crítica, também, é a da Linha Sul. Por ser a de maior fluxo de transporte, apresenta sua via permanente com graves problemas, tanto na infra-estrutura como na superestrutura, o que tem contribuído para registrar elevados índices de acidentes.

Os graves problemas que afetam a Linha Sul não causam prejuízos apenas à economia baiana, mas sim a todo o Nordeste e ao Sul/Sudeste, vez que o trecho integra à única ligação ferroviária entre aquelas regiões brasileiras.

O segmento compreendido entre Mapele e Salvador Pinto, com 123Km, situado na Linha Sul, é o mais problemático de todos os que se encontram sob a responsabilidade da SR-7 à RFFSA. Esse trecho tem-se constituído em verdadeiro elemento restritivo oferta de transporte da região, tanto nos aspectos operacionais como nos de manutenção da via.

Implantado no século passado, em região que apresenta difíceis problemas de construção, como os solos do tipo massapê e tauá, abundantes no Recôncavo baiano, o trecho a que me refiro apresenta diversos limitadores ao atendimento da crescente demanda de cargas entre o Norte e o Sul do País.

O traçado obsoleto da via é um desses limitadores. Há, no trecho em pauta, curvas reversas de até 100m de raio, que coexistem com rampas e contra-rampas acentuadas. É natural que um traçado com tais características redunde em alta taxa de resistência à tração.

Dificuldades outras advêm dos trechos de massapê. Há ali, pesados e constantes acidentes de tráfego, devido à instabilidade do massapê. Em apenas 60km do trecho (3% da malha da SR-7), concentram-se nada menos que 40% dos acidentes ocorridos em toda a Regional. Essas dificuldades estão associadas à construção da ferrovia, pois, no século passado, desconhecia-se tecnologia adequada à construção de ferrovias em solos expansivos.

Problemas sérios encontram-se, ainda, no canyon do rio Saupe, onde a ferrovia corta trecho constituído de arenito em alto estado de decomposição, muitas vezes com cortes

de taludes negativos. Os principais acidentes nesse trecho são causados por escorregamentos que danificam a linha, implantada em meia encosta, a desagregação desses taludes provoca a queda de pesados blocos da rocha, que obstruem a linha e danificam os meios de contenção.

Outro obstáculo é a travessia do tauá. Tauá é um solo argiloso, com baixa estabilidade, em cujos trechos são frequentes de deslizamentos de taludes e o rompimento de aterros, que causam a interrupção do tráfego ferroviário. Devido à fragilidade da infra-estrutura, em trechos onde há a presença de tauá, em épocas chuvosas, o tráfego já chegou a ficar interrompido por mais de cem dias em um ano.

Há, ainda, os problemas relativos a rampas, algumas delas de até 3,8%. Esta taxa, por si só, condena qualquer ferrovia moderna, porque impõe alto risco ao tráfego e provoca a “quebra” da tração, obrigando à manutenção de duas locomotivas no auxílio à subida e descida das rampas.

Outros percalços existentes no trecho são a haste de manobra na cidade de Cachoeira, situada em rua estreita, e a ponte rodoviária Dom Pedro II, que não permite o tráfego simultâneo de trens e de outros veículos.

Como se observa, são muitos e graves os problemas que afetam a Linha Sul da Bahia, principalmente no trecho Mapele-Salvador Pinto.

Todos esses problemas impõem sérios prejuízos ao transporte ferroviário na Bahia, conforme no lo demonstram os dados que exporei a seguir.

A capacidade teórica desse trecho é da ordem de 1,6 milhão de toneladas úteis anuais (MTA). No entanto, em virtude das precárias condições da via permanente, essa capacidade tem-se mostrado, na realidade, inferior a 0,9 MTA, valor muitíssimo inferior aos 4,5 MTA previstos para o mesmo trecho no ano 2000.

Consequências danosas são impostas pelas mas condições da Linha Sul para a economia baiana e brasileira. Em vista de a ferrovia ser incapaz de transportar a demanda atual, vem-se acentuando, cada vez mais, a transferência do transporte ferroviário para o sistema rodoviário, com todos os ônus que essa transferência acarreta, tais como o crescente abandono da ferrovia, o aumento do consumo de combustível, a elevação do custo final do transporte e a consequente repasse desse custo para o preço do produto que penaliza, em última instância, o consumidor final.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, só há uma maneira de evitar o malogro total do transporte ferroviário em meu Estado: é a aplicação de recursos na malha ferroviária da SR-7.

A propósito, a Superintendência de Salvador concluiu recentemente a elaboração de um Plano Diretor, que indica as partes da malha onde esses recursos devam ser prioritariamente aplicados. O objetivo principal desse Plano é, acima de tudo, dotar a malha

ferroviária da SR-7 de condições de tráfego compatíveis com os níveis de demanda previstos e reduzir, em consequência, o número de sinistros hoje ali existentes.

Para que não se frustrasse esse objetivo, faço apelo ao Exm^o Ministro da Infra-Estrutura, Dr. Ozires Silva, para que, na revisão a que vem sendo submetido o orçamento do antigo Ministério dos Transportes, continue contemplada a malha ferroviária baiana. Além disso, faço apelo ao Ministério da Infra-Estrutura para que mantenha no novo Plano de Transportes, conforme previsto no Projeto da Transnordestina, a recuperação do trecho Juazeiro São Francisco e a construção do antigo trecho Senhor do Bonfim, ambos pertencentes à Linha do Centro da Bahia. E mais ainda: faço apelo ao Sr. Ministro Ozires Silva para que determine o início imediato das obras da Variante do Paraguaçu (76 Km), cujo edital de concorrência foi lançado ainda em 1989.

Todos esses apelos, nobres companheiros, têm uma razão de ser. É o receio de que a política de privatização do atual Governo seja indiscriminadamente adotada e em todos os setores em todas as regiões do Brasil e venha, assim, atingir o transporte ferroviário nordestino. Meu receio não é, propriamente, de que o Governo venha a privatizar a ferrovia nordestina, sobretudo porque em seu estágio atual, não representaria nenhum atrativo para a iniciativa privada. O que de fato temo é que, por não oferecer vantagens à privatização, por não ser "privatizável", deixe de receber os recursos de que tanto necessita para recuperar-se e para modernizar-se.

Em síntese, pretendo dizer que a recuperação da ferrovia do Nordeste, por encontrar-se ela em região predominantemente subdesenvolvida, não pode prescindir da ação do Estado, diferentemente de algumas ferrovias das regiões Sudeste, Sul e Centro-Oeste, cujas concessões estão sendo feitas à iniciativa privada, ou que estão sendo comercializadas junto a empresários, que investem no empreendimento e recebem fretes em troca. Aliás, sobre a questão da participação do Estado no transporte ferroviários desejo externar minha concordância com a declaração dos ferroviários brasileiros que, em recente carta aberta ao Exm^o Sr. Ministro da Infra-Estrutura, Dr. Ozires Silva, enfatizaram que "os sistemas ferroviários de todo o mundo, sem exceção, recebem apoio do Estado na forma de investimento, recursos para saneamento e revitalização e subvenções para despesas correntes". No caso brasileiro, justificam os autores da carta, "o setor ferroviário desempenha atividades de caráter social (passageiros), de apoio infra-estrutural (siderurgia, distribuição de combustível), de fomento regional (Nordeste e Centro Oeste), de fomento setorial (exportação) e de suporte estratégico-militar (fronteiras), compreendendo, assim, uma enorme gama de funções exorbitam da esfera estritamente comercial".

A propósito do que acabo de expor, mais uma vez recorro à autoridade de meu mestre

Vasco Azevedo Neto, para reforçar todos esses pontos de vista. Segundo o autor de "Transportes — princípios de seleção", "têm a estrada de ferro caráter de monopólio, ao contrário do que acontece à rodovia e à hidrovia". No Nordeste, enfato, esse monopólio tem que ser estatal.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, aproximemo-nos do final deste pronunciamento. No entanto, não poderia encerrar minha dissertação sem antes referir-me a oportuno editorial publicado no jornal *A Tarde*, de Salvador, em 24 de abril último, sob o título "Ferrovias para o Nordeste".

O editorial foi, aliás, a inspiração que me fez debruçar, de maneira entusiástica, sobre o tema que ora lhes apresento.

O editorial é oportuníssimo porque, além de denunciar a desativação de quase toda a rede ferroviária nacional, ocorrida nos últimos 30 anos, enfatiza que, na Bahia, forma os transportes reduzidos à dependência exclusiva do caminho e do ônibus. Ele é oportuníssimo, repito, porque coloca em evidência questões capitais, que cabe ao nosso Governo enfrentar. Entre essas questões, está da continuação das obras da Ferrovia Norte-Sul, e a da ferrovia em geral, que, na visão do editorialista, "em função de questões estratégicas e políticas", não poderá continuar sendo ignorar pelo Governo, pois o Brasil é "um país de dimensões continentais". Além desses pontos, o editorial põe em discussão outra seríssima questão: deve o Governo fazer opção pela ferrovia da soja, "cujo objetivo seria trazer as monumentais safras de grãos do Centro-Oeste para escoarem pelos pontos do Oceano Atlântico", ou, antes, deva promover a ligação rodoviária entre Cruzeiro do Sul (AC) e Pucallpa, no Peru, e o trecho Inambari-Assis Brasil, "que permitiria ao Brasil levar suas toneladas de grãos para um ponto peruano no Oceano Pacífico", para exportá-las para o Japão?

Em suma, o editorial faz séria cobrança ao Governo quais são suas prioridades, no setor dos transportes ferroviários? Seria, por exemplo, a Ferroeste, que liga a fronteira do Paraguai com a costa do Paraná, ou seria a recuperação da malha nordestina?

O editorial conclama, por fim a sociedade baiana para mobilizar-se buscando "transformar a velha Leste Brasileiro num corredor para a exportação dos grãos que a Bahia vem produzindo no Além-São Francisco".

E conclui o editorial:

"Levando-se em conta que um sistema ferroviário demanda anos para ser projetado e mais anos para ser executado, era hora de as forças vivas da sociedade baiana, em todos os seus escalões, voltarem a pressionar o governo federal, a fim de que o Nordeste e a Bahia não fiquem à margem de nenhum projeto nacional voltado para a construção e recuperação de ferrovias nesta região. Se razões de natureza estratégica e geopolítica justificam a execução de monumentais projetos ferroviários, aqui as razões de ordem

sócio-econômico falam mais alto, e nosso estado e nossa região não podem e não devem permanecer fora dos trilhos".

O editorial de *A Tarde* teve grande repercussão junto aos meios ferroviários.

A Associação dos Engenheiros da Viação Férrea Federal Leste Brasileiro, através de seu presidente, Engenheiro Carlos Alberto Martins da Motta, pronunciou-se sobre ele, afirmando que:

"Em um Estado como a Bahia, sem dúvida carente de ferrovias, o Jornal *A Tarde* lança o seu apoio decisivo à construção das mesmas, apoio este que (...) deve ter a participação da comunidade baiana e nordestina, face ao caráter fundamental que tal sistema de transporte desempenha em qualquer economia desenvolvida".

Já o superintendente da Rede Ferroviária Federal em Salvador, Dr. Neville C. Barbosa da Silva, em carta dirigida ao *Jornal A Tarde*, entre outros pontos, expressa e esperança de que o novo Governo haverá de decidir-se por política de investimentos que favoreça o desenvolvimento do transporte ferroviário no Nordeste e na Bahia.

Louvando-me nas palavras do Dr. Neville, exponho-as, a seguir, com a plena convicção de que, para concluir este pronunciamento, a propriedade dos juízos que elas exprimem e a melhor síntese de tudo o que, até agora, pretendi expor-lhes, nobres colegas:

"Confiemos que o novo presidente da República haverá de adotar para as ferrovias do Nordeste uma política de investimentos que não contraste com o amplo programa governamental de desenvolvimento da região, portanto, reconhecendo, o sistema ferroviário, com sua típica capacidade de movimentação de grandes volumes com alto desempenho energético, não poderá ser ignorado no contexto de tão extenso e ambicioso projeto do soerguimento e integração dos estados da região à economia nacional.

No caso especial da Bahia, a nossa convicção é ainda mais fortalecida pela concreta realidade econômica do nosso estado: o pólo petroquímico em pleno funcionamento e em fase de expansão, as crescentes safras de grãos do cerrado; a produção mineral, as indústrias de fertilizantes e cimenteiras de Sergipe — todas geradoras de cargas que demandam o modal ferroviário de transporte. Por outro lado, estudos diversos da demanda potencial de transporte levam a Superintendência Regional Salvador (a antiga Leste Brasileiro) a situar-se em posição estratégica, tornando imprescindível investimentos em suas linhas, na sua tração e nos seus veículos de cargas, a fim de que possa cumprir o papel que lhe é destinado."

Era o que tinha dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

COMPARECEM MAIS OS SRS. SENADORES:

Carlos Patrocínio — João Castelo — José Agripino — Mansueto de Lavor — Jutahy Magalhães — Ruy Bacelar — Afonso Arinos — Iram Saraiva — Irapuan Costa Júnior — Maurício Corrêa.

O SR. PRESIDENTE (Pompeu de Sousa) — Está finda a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA

Estão presentes na Casa 21 Srs. Senadores. No plenário, entretanto, não há número sequer para a sustentação regimental da sessão.

Nestas condições; a Presidência irá decretar o fim dos trabalhos, ficando adiada para a próxima sessão toda a matéria constante da pauta constituída do Projeto de Lei do Senado nº 23/90, Mensagem nº 182/89 e Parecer nº 130/90, itens 1 a 3, respectivamente.

O SR. PRESIDENTE (Pompeu de Sousa) — Nada mais havendo a tratar, vou encerrar a presente sessão, designando para a ordinária da próxima segunda-feira a seguinte

ORDEM DO DIA

— 1 —

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 23, DE 1990

(Em regime de urgência, nos termos do art. 336, c, do Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 23, de 1990, de autoria do Senador João Menezes, que compatibiliza os interesses dos trabalhadores com as necessidades das empresas em situação difícil (dependendo de parecer).

— 2 —

MENSAGEM Nº 182, DE 1989

(Em regime de urgência, nos termos do art. 336, c, do Regimento Interno)

Mensagem nº 182, de 1989 (nº 500/89, na origem), relativa à proposta para que seja autorizado o Governo do Estado do Piauí, em caráter excepcional, a emitir, mediante registro no Banco Central do Brasil, Letras Financeiras do Tesouro do Estado do Piauí (LFT-PI), destinadas a possibilitar a substituição de 1.200.000 Obrigações do Tesouro daquele Estado (dependendo de parecer).

— 3 —

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 50, DE 1990

(Em regime de urgência, nos termos do art. 336, c, do Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 50, de 1990, de autoria do Senador Odacir Soares, que estabelece

novas disposições penais e processuais penais para os crimes de seqüestro e extorsão mediante seqüestro, e dá outras providências (dependendo de parecer).

— 4 —

PROJETO DE RESOLUÇÃO

Nº 23, DE 1990

(Em regime de urgência, nos termos do art. 336, c, do Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 23, de 1990 (apresentado pela Comissão de Assuntos Econômicos com conclusão de seu Parecer nº 198, de 1990), que autoriza o Governo do Estado do Rio Grande do Sul a emitir e colocar no mercado Letras Financeiras do Tesouro do Estado do Rio Grande do Sul (LTF-RS), cujos recursos, advindos de tal emissão, serão destinados ao giro de 107.862.370 (cento e sete milhões, oitocentas e sessenta e duas mil, trezentas e setenta) Letras Financeiras daquele Estado.

— 5 —

Discussão, em turno único, do Parecer nº 130, de 1990, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, concluindo pela restituição ao Poder Executivo da Mensagem nº 71, de 1987 (nº 97/87, na origem), encaminhando ao Senado Federal proposta de reassentamento de ex-ocupante da Reserva Indígena Pimentel Barbosa, no Estado do Mato Grosso, através de alienação de terras do domínio da União, com área superior a 3.000 hectares.

— 6 —

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 55, de 1989 (nº 4.968/85, na Casa de origem), que altera dispositivos da Lei nº 6.389, de 9 de dezembro de 1976, que fixa as referências de salários dos empregados do Grupo-Processamento de Dados, tendo

PARER FAVORÁVEL, sob nº 30, de 1990, da Comissão

— de Constituição, Justiça e Cidadania.

O SR. PRESIDENTE (Pompeu de Sousa) — Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 11 horas.)

COMISSÃO TEMPORÁRIA DO CÓDIGO DE MENORES

3ª REUNIÃO ORDINÁRIA,

REALIZADA EM

17 DE MAIO DE 1990

Às dez horas do dia dezessete de maio de mil novecentos e noventa, na Sala de Reunião da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, Ala Senador Alexandre Costa, presentes os Senhores Senadores: Nabor Júnior, Presidente; Francisco Rollemberg, João Calmon, Alexandre Costa, Antônio Luiz Maya e Meira Filho, reúne-se a Comissão Temporária do Código de Menores, incumbida de apreciar os Projetos de Lei do Senado nº 255/89, que "institui o Código de Menores e dá outras

providências", de autoria do Senador Nelson Carneiro; Projeto de Lei do Senado nº 279/89, que "altera os artigos 32 e 34 da Lei nº 6.697, de 10 de outubro de 1979, que institui o Código de Menores, dando-lhe nova redação na conformidade da Constituição Federal em seu Capítulo VII, artigos 226, § 3º, e 277, caput, de autoria do Senador Márcio Lacerda; e o Projeto de Lei do Senado nº 193/89, que "dispõe sobre o estatuto da criança e do adolescente, e dá outras providências", de autoria do Senador Ronan Tito. Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Senhores Senadores: Wilson Martins, Mansueto de Lavor, Lourival Baptista, José Ignácio Ferreira, Louremberg Nunes Rocha e Jarbas Passarinho. Havendo número regimental, o Senhor Presidente, Senador Nabor Júnior, declara aberto os trabalhos, dispensando a leitura da Ata da reunião anterior, que foi considerada aprovada. O Senhor Presidente comunica a seus pares que a presente reunião destina-se a apreciação e votação da Redação Final do PLS nº 193/89, de autoria do Senhor Senador Ronan Tito. O Senhor Presidente concede a palavra ao Senhor Senador Francisco Rollemberg, relator, que apresenta a Redação Final do Projeto de Lei do Senado nº 193/89, que "Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, e dá outras providências", colocado em discussão, não havendo quem queira discutir é aprovado por unanimidade. Não havendo quem queira fazer uso da palavra, antes de encerrar a presente reunião, o Senhor Presidente agradece o comparecimento de todos, e determina a mim, Kleber Alcoforado Lacerda, Secretário da Comissão, seja lavrada a presente Ata, a qual lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente. — Senador Nabor Júnior.

ATAS DE COMISSÕES**COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS**

10ª REUNIÃO, REALIZADA EM 6 DE JUNHO DE 1990

Às dez horas do dia seis de junho de mil novecentos e noventa, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador Severo Gomes, com a presença dos Senhores Senadores: Jorge Bornhausen, Mansueto de Lavor, Matta Machado, Wilson Martins, Afonso Sancho, José Fogaça, Dirceu Carneiro, Fernando Henrique, José Richa, Mário Covas, Maurício Corrêa, Leite Chaves, Márcio Lacerda, Jamil Haddad, Mauro Borges, Raimundo Lira, José Agripino e Aluizio Bezerra, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos. Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Senhores Senadores: Ronaldo Aragão, Meira Filho, Mauro Benevides, João Calmon, Francisco Rollemberg, Ronan Tito, Cid Sabóia, Edison Lobão, Odacir Soares, Marcondes Gadelha, Teotônio Vilela Filho, Olavo Pires, Carlos De'Carli, Roberto

Campos e Moisés Abrão. O Senhor Presidente declara abertos os trabalhos, dispensando a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada por aprovada. A seguir, o Senhor Presidente comunica que a presente reunião destina-se à exposição dos Senhores Ibrahim Eris, Presidente do Banco Central do Brasil e Antônio Kandir, Secretário Especial de Política Econômica do Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento, sobre o Programa Econômico do Governo Collor. Em seguida, o Senhor Presidente confere a palavra ao Senhor Ibrahim Eris, para que teça suas considerações a respeito do tema. Finda a exposição do Senhor Ibrahim Eris, o Senhor Presidente concede a palavra ao Senhor Antônio Kandir, para que discorra sobre o assunto. Encerrada a exposição, o Senhor Presidente franqueia a palavra aos Senhores Senadores que desejem interpelar os Senhores Ibrahim Eris e Antônio Kandir. Participam dos debates, os Senhores Senadores: Mansueto de Lavor, Fernando Henrique Cardoso, José Fogaça, Jorge Borhausen, Afonso Sancho, Mário Covas e Jamil Haddad. Não havendo mais quem queira usar da palavra, o Senhor Presidente agradece a presença dos Senhores Ibrahim Eris e Antônio Kandir, declarando cumprida a finalidade da reunião. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e trinta minutos, lavrando eu, Dirceu Vieira Machado Filho, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente. — Senador Severo Gomes, Presidente.

Íntegra do Apanhamento Taquigráfico

ANEXO À ATA DA 10ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, REALIZADA EM 6 DE JUNHO DE 1990, ÀS DEZ HORAS, REFERENTE À EXPOSIÇÃO DOS SENHORES — IBRAHIM ERIS, PRESIDENTE DO BANCO CENTRAL DO BRASIL E ANTÔNIO KANDIR, SECRETÁRIO ESPECIAL DE POLÍTICA ECONÔMICA DO MINISTÉRIO DA ECONOMIA, FAZENDA E PLANEJAMENTO, SOBRE O PROGRAMA ECONÔMICO DO GOVERNO COLLOR, QUE SE PUBLICA DEVIDAMENTE AUTORIZADO PELO SENHOR PRESIDENTE SENADOR SEVERO GOMES.

O SR. PRESIDENTE (Severo Gomes) — Vamos dar início à reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, que obedece ao requerimento dos Senadores José Fogaça e Raimundo Lira, pedindo a presença do Presidente do Banco Central, Dr. Ibrahim Eris e do Secretário Especial de Política Econômica do Ministério da Economia, Dr. Antônio Kandir.

Eu pediria ao Dr. Ibrahim Eris e ao Dr. Antônio Kandir que tomassem assento à Mesa. (Pausa.)

O requerimento dos Senadores José Fogaça e Raimundo Lira, pedia que o Presidente

do Banco Central e o Secretário Especial de Política Econômica, do Ministério da Economia fizessem uma exposição sobre o desenvolvimento do Plano Econômico do Governo Collor.

Então, posso a palavra ao Dr. Ibrahim Eris e, em seguida, passarei ao Dr. Antônio Kandir, após o que teremos oportunidade de entrar na fase dos debates.

Lembro aos Srs. Senadores que os depoentes têm um compromisso de almoço com a Secretária do Comércio Americano, Karla Hills, e precisam sair daqui em torno de meia-dia e meia hora.

Com a palavra o Presidente Ibrahim.

O SR. IBRAHIM ERIS — Srs. Senadores, Srs. Deputados, Sr^a e Srs., hoje, o Professor Kandir e eu tentaremos dar uma visão dos últimos dois meses e meio de implementação no Plano Brasil Novo.

Vou me limitar, tanto quanto possível, aos assuntos ligados ao Banco Central, para deixar o Professor Kandir expor outros aspectos do Plano.

Durante estes 75 dias, o Banco Central introduziu várias modificações nos diversos mercados em que ele atua, em que ele fiscaliza, conforme determinado pela Lei nº 8.024 e outras leis que compuseram o Plano Brasil Novo. As transformações introduzidas no sistema financeiro nacional e na área externa foram profundas.

Desde o primeiro dia do Plano, na área externa, passamos a praticar taxas flutuantes, em matéria de câmbio. O mercado de câmbio passou a operar com taxas flutuantes, sem anúncio prévio de uma taxa de câmbio por parte do Banco Central.

Essa prática, na verdade, faz parte de uma política maior de comércio exterior, que está sendo implementada progressivamente. Essa política de comércio exterior, significará uma abertura maior de economia e uma maior eficiência em nosso parque industrial.

Várias medidas já foram tomadas na área de importações, progressivamente liberando as importações. Esta política de liberações das importações exigia, na verdade, que a taxa de câmbio flutuasse para que essa política de abertura não resultasse uma redução substancial de nossas reservas, e que as taxas de câmbio se ajustassem à nova realidade de política de importações, tal que exportações reagissem, concomitantemente para preservarmos as nossas reservas.

Durante esses 75 dias de prática de taxa flutuante de câmbio, os resultados foram extremamente favoráveis. Nesse período, no Banco Central acumulamos reservas internacionais, perto de 2 bilhões e meio de dólares, além de pagarmos algo em torno de 800 milhões de dólares, de importações já efetuadas e os pagamentos atrasados. Então, liquidamente poderemos dizer que algo acima de 3 bilhões e 300 milhões de dólares foram efetivamente comprados pelo Banco Central.

A taxa que se encontrava algo abaixo de 40 cruzeiros por dólar, no início do período, está hoje em torno de 55 e meio cruzeiros

por dólar. Todas as operações com o câmbio, hoje, transitam neste mercado, inclusive transferências financeiras que não são efetuadas em dólares, transitam como se eles fossem efetivamente transferidos para fora. Alguém que deve alguma coisa, por exemplo juros, vai ao mercado fecha o câmbio e este câmbio é entregue ao Banco Central, objetivando dar maior transparência ao mercado e que a taxa refletisse a melhor maneira possível às necessidades de câmbio do País.

As desvalorizações que aconteceram neste período, na verdade, refletem as forças do mercado. Claro que o Banco Central atua no mercado no sentido de formar reservas e suavizar eventuais movimentos na taxa de câmbio. Mas a nossa participação no mercado vem progressivamente diminuindo, tal que nos últimos 15 dias estamos operando, na verdade, em quantias bastante marginais, comparadas com o volume total do mercado.

A implementação desta sistemática permite que absorvamos, sem transtornos, a abertura que estamos fazendo na área de importações.

Hoje, como mencionei em outras ocasiões, nossas reservas estão entre 7,5 e 8 bilhões de dólares.

Na área monetário-financeira, também nós implementamos várias novidades nos mercados. Primeiro, adaptação do sistema bancário. A Lei nº 8.024 foi completa. Foi um processo demorado, difícil tecnicamente e extremamente complexo, exigiu de parte dos bancos um esforço muito grande de adaptação de suas contas à nova realidade, praticamente todas as contas foram duplicadas, na medida em que hoje existem contas em cruzado e em cruzeiro, em todos os ativos financeiros; as reservas bancárias, hoje, são expressas em cruzados e em cruzeiros, todas as regras de trânsito de cruzeiros versus cruzados já foram implementadas; as reservas em cruzados que faltavam efetivamente foram cobertas pelos cruzeiros, os dados e informações que o Banco Central vem pedindo dos bancos, hoje, estão totalmente normalizados, os fluxos destes atos e este processo foi conseguido sem grandes traumas para o sistema financeiro nacional como um todo. Nós não temos, hoje, grandes problemas em nenhuma instituição dentro do sistema financeiro nacional.

Finalmente, eu destacaria as modificações que introduzimos na política monetária. Recentemente, modificamos uma prática de muitos anos no relacionamento do Banco Central com bancos comerciais e mercado como um todo, em matéria de administração de títulos públicos e política monetária como um todo. Eliminamos a prática de o Banco Central zerar, automaticamente no final do dia, posições descobertas das instituições financeiras. Hoje, efetivamente, as taxas de juros refletem a situação de liquidez do mercado e a atuação do Banco Central, mais uma vez, está limitada a suavizar os movimentos bruscos de taxas de juros que podem, temporariamente, surgir devido a uma iliquidez ou a uma excessiva liquidez do mercado por um momento.

Mas uma característica destas modificações é que, na verdade, diminuímos bastante no mercado financeiro e no mercado de câmbio o processo de indexação. Hoje, o câmbio não reflete mais nem inflação passada e nem inflação futura; simplesmente reflete a necessidade de reservas do País, e taxas de juros também estão muito distantes ligadas à inflação passada e à inflação futura, refletindo muito mais a necessidade de liquidez do sistema e necessidade de política monetária que é perseguida pelo Banco Central.

Obviamente, seja câmbio, sejam taxas de juros, sempre mantêm uma ligação distante com a inflação esperada, mas certamente eles não servem mais como indexadores na economia. Taxa de overnight e taxa de câmbio de forma utilizadas por anos, como indexadores na economia, não servem mais como indexadores. As flutuações nessas duas taxas são substanciais para eliminar tal prática. Isso, na verdade, faz também parte de uma política progressiva de desindexação da economia que o Professor Kandir, tenho certeza, vai deferir.

No tocante à reforma administrativa, o Banco Central está estudando também as alternativas, considerando as peculiaridades da instituição. Estamos tentando nos enquadrar às exigências da reforma administrativa. Até o dia 18 o Banco Central fará a sua parte para adaptar seu quadro à nova realidade também.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Severó Gomes) — Concedo a palavra ao Dr. Antônio Kandir.

O SR. ANTÔNIO KANDIR — Muito obrigado. Sr. Presidente, Srs. Senadores, Srs. Deputados, demais presentes, em primeiro lugar, eu gostaria de manifestar a minha enorme satisfação de ter a oportunidade de vir a esta Casa para cumprir uma obrigação fundamental — a democracia, que é estabelecer um claro canal entre o Executivo e o Legislativo, e por esse intermédio, a sociedade, para que possamos esclarecer todas as dúvidas com relação à execução do plano econômico.

Por essa razão mesmo, a exemplo do que fez o Presidente Ibrahim Eris, farei uma introdução mais curta possível para que possamos, de fato, a partir das questões, prestar todos os esclarecimentos necessários.

O Presidente Ibrahim Eris deu todas as informações detalhadas sobre os aspectos econômicos de execução da política Brasil Novo, durante esses dois meses e meio, e quero, então, feita já essa observação detalhada pelo Presidente Ibrahim Eris, me restringir a uma colocação mais geral, que diz respeito à concepção do plano e em que etapa nos encontramos e para qual etapa estamos caminhando.

Como foi manifestado em diversas oportunidades, o programa econômico tem, como objetivo fundamental, a resolução dos problemas cruciais da sociedade brasileira no que diz respeito à enorme desigualdade de renda, aos enormes problemas sociais, e ao nível baixo de renda que existe, o nível de pobreza

que existe na sociedade brasileira é muito marcante.

Não há a menor dúvida de que, para resolver esse problema — e essa é uma colocação muito clara —, o País não tem outra alternativa que não a promoção de um crescimento importante, mas que esse crescimento seja feito através de um processo de modernização da economia e da sociedade brasileiras.

O padrão de desenvolvimento existente após o período do Plano de Metas, ele se exauriu claramente no final dos anos 70 e início dos anos 80, por uma série de razões que não cabe detalhar aqui, e nós só poderemos recuperar esse padrão de desenvolvimento, ou melhor, reintroduzir um novo padrão de desenvolvimento e por esse desenvolvimento superar os graves problemas sociais que a sociedade brasileira enfrenta através, de fato, de um novo padrão que passa por uma modernização importante.

Porém, a recuperação do crescimento com modernização só será possível se, de fato, aniquilarmos, de vez, com o processo inflacionário. Isso está muito claro e esse, de fato, é o objetivo instrumental nº 1 do Programa Brasil Novo.

O objetivo é eliminar a pobreza, eliminar as desigualdades sociais, mas para fazer isso precisamos do desenvolvimento com modernização e o desenvolvimento com modernização passa pela resolução do problema da inflação. Este é o problema nº 1, nº 2 e nº 3 do Governo: eliminar o problema da inflação.

Para fazer isso, o programa está estruturado em três etapas: a primeira foi a implementação do choque que se consubstanciou em três conjuntos de medidas que foi anunciado: a política fiscal, e reforma monetária e uma política de rendas que seria transitória enquanto o programa não se consolidasse. Essa fase foi implementada.

Estamos concluindo a segunda etapa. As observações do Presidente Ibrahim Eris são justamente nessa direção, de mostrar como essa segunda etapa, ou seja, a de criação de condições para administração de políticas fiscal e monetária, pode garantir o controle da inflação brasileira, superada a ameaça hiperinflacionária, feita através da implementação e uma descontinuidade, numa série de regimes no processo de formação de preços, que foi pronunciado pelo plano; a segunda etapa foi e está sendo a de administração em condições já de uma inflação moderada. O País se encontra em uma situação de inflação moderada, ou seja, não se trata mais de uma situação pré-hiperinflacionária; trata-se de uma situação convencional de inflação moderada, onde — aí sim — os instrumentos de política monetária e fiscal passam a ter eficácia.

O objetivo da etapa nº 1ª foi recuperar a capacidade de fazer política econômica. O País não tinha condições de fazer política econômica. A desorganização que existia no País, em função tanto da fragilidade financeira do setor público, como pela rápida pers-

pectiva inflacionária, impediam o Governo de ter qualquer tipo de instrumento de política econômica. A partir daí, a partir da primeira etapa, ele recuperou os instrumentos de política econômica, e são esses instrumentos que vêm sendo operados em grande parte pelo Banco Central, de tal maneira a fazer com que essa inflação moderada se mantenha sob controle.

Porém, temos isto muito claro: essa situação só se sustenta caso tenhamos êxito na terceira etapa desse processo, que é, exatamente, a etapa que já se iniciou, mas que, na verdade, sua implementação vem agora de forma mais importante, que é um conjunto de iniciativas que vão permitir de fato a modernização do País e, principalmente, o aumento de produtividade.

Como colocamos aqui no início, temos absoluta consciência, isso é um fato absolutamente notório à sociedade, colocou isso muito claramente, de que existe uma tensão social latente, em função exatamente dos níveis de renda extremamente baixos do nível de salário, que é absolutamente ínfimo — no caso do Brasil e que isso, em algum momento, precisa ser superado. Quer dizer, de alguma maneira, o programa tem que criar condições para recuperação do salário real. Porém, essa recuperação só será compatível com a estabilização inflacionária se se criarem condições para o aumento da produtividade. Essa é a tarefa fundamental nessa etapa nº 3, ou seja, essa estabilização que foi conseguida em um primeiro momento através de um choque, e que está sendo mantida através de instrumentos convencionais de política monetária e fiscal, só se consolida caso a sociedade brasileira com o Governo tenham a competência e a coragem de enfrentar o conjunto de tarefas cruciais para modernização do País, e aí, por essa via, o aumento de produtividade e, por conseguinte, a possibilidade de aumento real com estabilização na inflação.

É nesse contexto que se insere o programa de privatização do Governo, a idéia de criar condições, regras claras e permanentes para a entrada do capital estrangeiro.

A política de abertura comercial insere-se no contexto de aumentar o grau de exposição da economia brasileira à concorrência internacional. A livre negociação dos salários levada ao seu extremo, ou seja, colocando de frente os diversos fatores sociais numa negociação, para fazer de fato uma negociação entre margem-lucro e salário real — e isso não ser repassado. Isso é uma etapa necessária na modernização da economia.

As empresas até hoje, de maneira nenhuma, tinham a preocupação de aumento de produtividade, porque sabiam que poderiam repassar qualquer aumento de salários para os preços. O enfrentamento dessa questão é absolutamente crucial nesse processo de modernização da economia. Um conjunto de iniciativas para desregulamentar a economia, criar condições mais fáceis para o desenvolvimento de uma série de atividades, sem interferência do Estado regulamentar, é um dos

aspectos essenciais nessa definição de linhas básicas para a modernização da economia.

A existência de um programa nacional de produtividade e qualidade é um aspecto absolutamente crucial e que será desenvolvido logo agora no segundo semestre. E, finalmente, uma legislação que deixe muito claro quais são aqueles abusos com relação à existência, abusos econômicos que invadam tanto os direitos mínimos do consumidor, como as regras mínimas da concorrência em um capitalismo moderno, como este que precisamos construir.

Esse conjunto de atividades, ou melhor, esse conjunto de versões é absolutamente cruciais e o Governo está empenhado em definir, junto com a sociedade, um conjunto de regras claras e permanentes que permitam criar um horizonte objetivo, para que os diversos fatores econômicos possam tomar iniciativas que, de fato, permitam não só a retomada do crescimento, mas a retomada do crescimento com aumento de produtividade, de tal maneira — afim — a ter condições de aumentar o salário real, em um quadro de estabilização.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Severo Gomes) — Com a palavra o Senador Mansueto de Lavor.

O SR. MANSUETO DE LAVOR — Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sr. Presidente do Banco Central, Sr. Assessor Econômico, creio que, não fora o falecimento do eminente Senador e colega nosso, Luiz Viana Filho, esta Comissão estaria com o *quorum* mais elevado. Conforme se diz: "Quanto menos somos, melhor passaremos". Então, o meu primeiro pedido à Mesa é que aquele tempo geralmente destinado a cada Senador, diante do número não elevado de participantes, seja elástico, para que se possa, de uma maneira mais profunda, debater sobre a exposição do Sr. Presidente do Banco Central e do Sr. Secretário de Assuntos Econômicos.

Eu pediria apenas um pouco da sua condescendência, Sr. Presidente, para aprofundar mais um pouco no Plano.

O SR. PRESIDENTE (Severo Gomes) — Senador Mansueto de Lavor, acho que até teremos oportunidade de aprofundar bem as questões, respeitado sempre o limite de tempo que temos.

O SR. MANSUETO DE LAVOR — É isso o que vamos tentar fazer.

O SR. PRESIDENTE (Severo Gomes) — V. Ex.^a continua com a palavra.

O SR. MANSUETO DE LAVOR — Sr. Presidente, as autoridades da área econômica vêm fazendo uma série de declarações à imprensa, que revela, com maior nitidez a cada dia, que o Plano Econômico, ou o Plano Collor ou Plano Brasil Novo, que está sendo implantado, carece não apenas de base conceitual, dadas as divergências de conceitos entre autoridades, entre a Ministra Zélia Car-

doso de Mello, o Presidente Ibrahim Eris e o Dr. Antônio Kandir, mas também está carecendo de bases estatísticas, está faltando estatística neste assunto.

Sem dúvida alguma, ao que nos parece, neste ponto concordamos inteiramente: o voo alçado pelo plano econômico está sendo um "voo cego" — a expressão é do ex-Ministro Mário Henrique Simonsen, — um voo sem bússola.

O primeiro aspecto importante, que gostaríamos de pedir melhores esclarecimentos aos eminentes expositores, diz respeito à condução da política monetária em si mesma, que é erigida como o pilar do Plano Collor, segundo todas as declarações de integrantes da área econômica e do conjunto do Governo.

Basicamente, as autoridades monetárias dizem que estão procurando controlar a liquidez da economia, e isto em um percentual de 14 ou 15% do PIB. Acha suficiente esse controle. Essa liquidez é definida, por essas mesmas autoridades, como sendo o quociente existente entre a quantidade nominal da moeda e o valor nominal do PIB; ou seja, é definida pela expressão moeda - PIB, a qual se tenta manter nos ditos 14%.

Veja-se a propósito o que declarou ao jornal *O Estado de S. Paulo*, o Sr. Presidente Ibrahim Eris, na sua edição do dia 25 de maio passado: "O Presidente do Banco Central, Ibrahim Eris, afirmou ontem que o volume de dinheiro na economia é atualmente correspondente a 50% dos recursos existentes no sistema antes do Plano Collor, isto é, que o dinheiro na economia atualmente corresponde a 50% dos recursos existentes antes do Plano Collor. Isso significa que de 19 de março de 18 de maio, o Governo permitiu que cerca de 54 bilhões de dólares, ou 14% do PIB, estivessem em circulação na economia. Segundo Ibrahim Eris, foi possível ao Banco Central resgatar os instrumentos para controlar o fluxo de moeda no País. O total de recursos hoje, na economia, é perfeitamente administrável e adequado aos objetivos do Plano Collor — garantiu Eris. Esta é a matéria.

Essa afirmação, Sr. Presidente, feita com tanta segurança, realmente não resiste a alguns outros dados, é uma questão de respeito à definição de moeda, de meio circulante, que não é de forma nenhuma pacífica entre as autoridades monetárias, segundo tem dado a entender. Se colocarmos frente a frente dois economistas de escolas diferentes, todos sabem, não há uma conceituação exata de moeda, e o Governo também vai por esse caminho. Basta ver essa nota de 25 de maio do Banco Central, onde se estabelece, numa tabela, 4 conceitos de moedas, um englobando o outro; M1, M2, M3 até o M4. Fica difícil entendermos essa jogada, essa linguagem. Acho mais fácil entender árabe ou turco do que entender essa nota, desculpe-me, é só uma brincadeira, do que entender isso que o Governo quer dizer: M1, M2, M3 e M4. Fica difícil jogar. Mas algumas conclusões podemos tirar disso af.

De acordo com o estudo realizado pelas autoridades monetárias, para respaldar a sua decisão de bloquear os depósitos de poupança superiores a 50 mil, ficaria retido à ordem do Banco Central um total de 3,615 bilhões e disponíveis à ordem do público um total de 1,485 bilhões de cruzeiros, na data-base de 31 de março próximo passado. Ora, informações recentes, publicadas pelo próprio Banco Central, dão conta de que a primeira daquelas cifras atingiu apenas 2,858 bilhões de cruzeiros e a segunda 1,938 bilhões, o que configura diferenças substanciais, considerando que grande parte dos ativos monetários financeiros, existentes na economia, é formada por papel-moeda em poder público e no caixa dos bancos comerciais, por títulos federais ou por cadernetas de poupança, que são ativos emitidos pelo próprio Governo. É público e notório ainda que essas autoridades não dispõem de informações recentes a respeito da captação líquida das cadernetas de poupança, isto é, a respeito da diferença dos últimos depósitos e as as últimas retiradas no sistema. É também do conhecimento geral que o Governo não está conseguindo estimular o público a voltar a depositar seus recursos nas cadernetas de poupança com a mesma intensidade de antigamente. Ora, o saldo dessas cadernetas de poupança entra na definição dos meios de pagamento, de meios circulantes ou de moeda, que as autoridades utilizam na sua definição de liquidez.

É claro, pois, que se não podem controlar sequer os saldos existentes de forma rápida e segura, e nem prever as reações do público, qualquer controle do agregado monetário correspondente fica extremamente difícil de calcular, senão impossível; isto para não lembrar as dificuldades que existem para a compilação estatística do PIB, uma vez por ano, pelo IBGE, quanto mais para a sua compilação trimestral, mensal ou quinzenal, como seria desejável para o controle da razão moeda-PIB.

Uma outra questão, Sr. Presidente, diz respeito às relações de dependência que existem entre a política monetária e os valores nominal e real do PIB. A relação existente entre essas variáveis, no ponto de tempo e ao longo do tempo, depende não apenas de uma variedade inextrincável de políticas governamentais, como também de um número incalculável de decisões econômicas tomadas a nível de microeconomia pelos agentes econômicos, as quais são absolutamente insuscetíveis de qualquer monitoramento ou controle.

A despeito dessas questões concernentes à definição de moeda, à falta de informações estatísticas confiáveis, à impossibilidade de se prever reações do público e suas influências sobre o agregado monetário — como já citei na questão das cadernetas de poupança, — e da impossibilidade teórica e prática de se controlar a razão moeda-PIB, a despeito de tudo isso, a absoluta falta de controle das autoridades monetárias a respeito do que vem ocorrendo na área monetária pode ser comprovada de outra forma, bastante sim-

ples, infensa a qualquer dúvida ou possibilidade de causar polêmica.

Vejamos: informações preliminares indicam que o valor nominal do PIB, em 31 de dezembro de 1989, era de 1,4 trilhão de cruzeiros a preços, evidentemente, daquela data-base.

O IBGE alertou, recentemente, para uma queda de cerca de 2,5% do PIB real no primeiro trimestre do corrente ano. Isso significa, que o crescimento nominal do PIB, de 31 de dezembro do ano passado até agora, deu-se apenas e tão-somente por razões inflacionárias, isto é, deu-se apenas em função das elevações do nível geral de preços, que atingiu 71,9 em janeiro, 71,78 em fevereiro, 81,32 em março e 11,3 por cento em abril — segundo o Índice Geral de Preços.

Tais cifras, ressalte-se, apenas servem para indicar ordens de grandeza e não têm nenhum valor para a condução da política monetária. Isso significa que os dados acima levam à conclusão de que o PIB chegava a cerca de 7 a 8 trilhões de cruzeiros, números estes que também serviriam para indicar a ordem de grandeza do valor nominal do PIB, como foi no dia 31 de maio passado.

Essas cifras, então, apenas servem para indicar as ordens de grandeza e não têm nenhum valor para a condução da política monetária. Divididas por uma taxa de câmbio de 50 cruzeiros por dólar, elas também nos indicariam um PIB de cerca de 140 a 160 bilhões de dólares, cifras essas que são grosseiramente da mesma ordem de grandeza daquelas que encontraríamos, se dividíssemos o valor nominal do PIB, em 31 de dezembro do ano passado, pelo valor da taxa de câmbio oficial na mesma data, a qual era de 11,358 cruzeiros por dólar.

Observamos imediatamente que essa cifra de 140 a 160 bilhões de dólares é substancialmente inferior à cifra de 350 bilhões de dólares que vem sendo sistematicamente divulgada pelas principais autoridades econômicas — outros já falam em mais de 400 bilhões de dólares do PIB.

Fica difícil, portanto, raciocinar, Sr. Presidente: Afinal de contas, qual é o PIB? Cento e cinquenta, 145, 385, 420, 450, 480 bilhões de dólares, qual é o PIB para se tirar o cálculo dos famosos 14% na questão da liquidez?

Esqueçamos por um momento essas divergências e transportemos as nossas atenções para o relatório referente à evolução dos meios de pagamento divulgado, como já disse, no dia 5 de maio pelo Banco Central. Esse relatório vem acompanhado de uma tabela intitulada Meios de Pagamento, que traz informações a respeito da evolução das quantidades nominais de moeda, os famosos M1, M2, M3 e M4, a que já me referi, saldo das quantidades de títulos federais fora do Banco Central, dos depósitos de poupança, dos depósitos a prazo, do volume de recursos bloqueados em cruzados novos à ordem do Banco Central, etc. Tudo isso é o volume que chega ao M4, Moeda 4.

A coluna 7 desta tabela — e os colegas talvez não tenham esse documento do Banco Central, é pena — acompanha melhor o raciocínio. A coluna 7 desta tabela exhibe exatamente o valor nominal da qualidade de moeda no conceito elaborado pelas próprias autoridades financeiras (que chamam de M4). É o que vem sendo utilizado pelas autoridades monetárias como sendo o apropriado para o controle da política econômica. O seu valor, em 30 de abril, atinge 2,827 bilhões de cruzeiros, é exatamente aquela cifra que vem sendo mencionada pelas autoridades monetárias como sendo equivalente a 14% do PIB. Ora, fazendo-se as contas, encontramos a cifra astronômica de 20,2 trilhões de cruzeiros como sendo o valor do PIB em 30 de abril do corrente. Para que não percam contato com essa linha de raciocínio, lembramos que mesmo com a desconsideração da queda de cerca de 2,5% do PIB real, no primeiro trimestre do corrente ano, o valor nominal do PIB em 30 de abril ou 31 de maio deveria ser, a grosso modo, cerca de 7 a 8 trilhões de cruzeiros. Portanto, bem inferior a esses 20,2 trilhões que seriam encontrados, se adotássemos a cifra de 2,827 bilhões de cruzeiros como sendo equivalente a 14% do PIB.

Sr. Presidente e Srs. Senadores, como é que essas autoridades econômicas podem ter qualquer tipo de pretensão de executar um controle monetário, quando não se mostram cuidadosas nem mesmo para executar essas meras operações de multiplicação e de divisão que acabamos de fazer ou que tentamos fazer? Preciso compreender isso, Sr. Presidente. Não estou compreendendo e creio que as pessoas que se debruçam sobre esses números também não estão compreendendo.

O SR. PRESIDENTE (Severo Gomes) — Senador Mansueto de Lavoura, eu pediria a V. Exª que procurasse sintetizar a sua questão, porque já temos um número muito grande de Senadores que estão frustrados na sua possibilidade de intervenção.

O SR. MANSUETO DE LAVOURA — Não vou ser egoísta, vou resumir. Queremos explicações sobre essas contas. Qual é, afinal de contas, o volume, o agregado monetário, diga-se o que se disser, do PIB? Se V. Sª estão calculando pelo M1 ou pelo M4? Afinal de contas, o que significa 14% do PIB, que é o chamado controle da liquidez?

Mas quero encerrar, Sr. Presidente, obedecendo rigorosamente ao seu apelo e à sua ordem. Não poderia deixar de encerrar sem fazer uma referência à questão das privatizações, que é a linha-mestra do Plano e gostaria de saber o que realmente vai representar — talvez a questão seja mais dirigida ao Dr. Antônio Kandir — o volume de recursos levantados pelo Governo com os chamados Títulos de Privatização? O que vai representar, realmente, em termos de pagamento da dívida externa?

Outra coisa que descobrimos: a questão da privatização não é para combater a inflação, é para pagar a dívida externa e interna.

O que vai representar? Se realmente a dívida externa e interna... O Sr. Presidente do Banco Central parece que diz que o Governo deve 170 bilhões de dólares, deve ter sido uma das suas últimas declarações, não se referiu à dívida externa ou interna, 170 bilhões de dólares, se se sabe que a dívida das estatais chega, aproximadamente, a 64 bilhões de dólares! Se se considera o juro a 10% dessa dívida, isso vai dar, juntando a dívida interna e a externa, um valor só referente aos juros dessa dívida das estatais, muito superior ao valor que se está vendendo e colocando, ou se está estimando para a venda das estatais, sem considerar que o Governo não quer — como disse o Ministro Ozires Silva — investir um centavo no saneamento dessas estatais, para que elas não sejam vendidas como sucatas — como é o caso da Companhia Siderúrgica Nacional — mas sejam vendidas como empresas importantes, rentáveis. Uma coisa é vender uma sucata para o ferro-velho ou para os espertos, outra coisa é vender uma empresa como a Companhia Siderúrgica Nacional. Mas se o Governo não quer que ela se recupere no saneamento financeiro, vai vender como sucata.

A minha pergunta ao Presidente Ibrahim Eris seria: o que, afinal de contas, é o PIB e o que, afinal de contas, é 14% do PIB, e o que, afinal de contas, representa em termos de pagamento da dívida interna ou externa? E a pergunta ao Dr. Antônio Kandir: e a venda, a alienação das estatais?

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Severo Gomes) — Com a palavra o Presidente Ibrahim Eris.

O SR. IBRAHIM ERIS — Ante a brincadeira que o Senador fez, sinto-me na obrigação de dirigir-me à Mesa e perguntar se devo responder em turco ou em economês. (Risos.)

O SR. PRESIDENTE (Severo Gomes) — É mais fácil em turco. (Risos.)

O SR. IBRAHIM ERIS — É por isto que estou fazendo a pergunta.

Senador, dada a profundidade das perguntas de V. Exª, eu poderia, praticamente, escrever um livro, respondendo as mesmas. Mas vou tentar ser sintético e esclarecer alguns pontos por V. Exª levantados.

Primeiramente, fez o Senador a observação de que o Plano, não somente não tem bases conceituais, mas também não tem bases estatísticas.

Sobre bases conceituais do plano, recentemente foram levantadas várias dúvidas sobre se não estávamos confundindo estoque de moeda com fluxo de moeda. E se não tínhamos adotado um plano que foi baseado em mera confusão.

Polêmica entre economistas é a coisa mais comum do mundo. Já fez V. Exª a observação segundo a qual, se tivésemos dois economistas, certamente sairiam duas idéias. Então, é normal que enfrentemos, hoje, uma controvérsia sobre bases conceituais do plano.

Na verdade, muitas das críticas que recebemos sobre bases conceituais do plano, ou refletem uma posição quase ideológica dos críticos, ou refletem uma adesão quase sem qualificações, a uma certa linha de pensamento econômico. E julgo — já tive oportunidade de dizer, nessa Casa, que não sou monetarista, nunca fui, e para um Presidente do Banco Central é uma coisa delicada dizer isto, mas meu nome foi aprovado pelo Senado, sabendo-se do fato. E críticas, ultimamente dirigidas ao plano, na base conceitual, defesa que vou fazer e que pode ser considerada até heresia, aos olhos de um monetarista puro.

Nunca confundimos estoque de moeda com fluxo de moeda.

Na verdade, nossos críticos, sim, confundiram a Lei nº 8.024 como instrumento de política monetária, o que nunca foi. A Lei nº 8.024 simplesmente é uma lei que viabiliza a utilização de instrumentos de política econômica, de política monetária — e ela não é tal instrumento.

Política monetária, como já disse várias vezes, faz-se todos os dias, e leis são feitas de vez em quando.

Na verdade, nossos críticos não querem enxergar que as chamadas massas monetárias M4 tinham, no Brasil, antes do Plano Collor, liquidez que fazia dessa massa, como um todo, quase moeda.

A riqueza da sociedade é dividida, em condições normais, em diversos ativos com diversos graus de liquidez, entre imóveis, ações, papéis de renda fixa, de longo, médio e curto prazos, e assim por diante. E logo quando um cidadão acorda de manhã, olha as disponibilidades dele e enxerga que tem diversos graus de liquidez, e, logo, o que é disponível para ele naquele dia se constitui somente em uma parcela pequena do total de riqueza que ele tem. Com a transformação de ativos com menor liquidez em ativos com maior liquidez, em geral, isso custa algo: tem custo de transformação ou custo de transação. O resultado disso é que a política monetária tradicional se dirige mais a segmento mais líquido desta riqueza, que é M1, ou depósitos à vista e moeda manual. Em alguns casos, dependendo de características da economia, dependendo de características de funcionamento dos mercados, poder-se-ia definir moeda com sentido mais abrangente ou menos abrangente.

Logo, é natural que o conceito de moeda seja ambíguo. Nunca defendemos a idéia de que ele seja um conceito bem definido, claro, preciso; por isso que a economia é uma ciência difícil e cheia de controvérsias. Alguns até nem chamariam a economia de ciência.

O que acontecia no Brasil antes do Plano Collor? Tínhamos uma massa muito grande — depois irei falar sobre o PIB. Por enquanto vou limitar-me a dizer que tínhamos uma parcela muito grande de riqueza da sociedade que estava em ativos extremamente líquidos. Já tínhamos perdido a noção de liquidez nos ativos financeiros. Na verdade, tudo era praticamente e imediatamente disponível.

O cidadão que acordava pela manhã, no Brasil, olhava sua riqueza e descobria que uma parcela substancial era disponível para ele naquele dia, dependendo da sua vontade de gastar ou não.

Logo, os planos que tivemos ou foram derrotados por explosões de demanda, lastreada nessa liquidez por um acirramento de expectativas, como aconteceu no Plano Cruzado, ou o Governo achou necessário praticar taxas extremamente elevadas, praticamente taxas insustentáveis, durante mais do que algumas semanas, para induzir a sociedade a não utilizar tal liquidez, a não convertê-la em demanda por bens e serviços.

Normalmente, em outras economias, tais atos não são necessários, porque está embutida no sistema uma estabilidade que faz com que o cidadão nunca cogite em uma transformação imediata dos seus ativos em bens e serviços.

O que a Lei nº 8.024 fez — e insisto que isso não é política monetária — foi simplesmente alongar um pedaço desses ativos ou simular uma situação que, na verdade, prevalece em outras economias.

Este ato simplesmente permite-nos seguir uma política monetária e uma política fiscal como estão sendo praticados em economias em condições de normalidade. É nesse sentido que disse que a Lei nº 8.024 viabiliza a política monetária, a política fiscal e não é um instrumento de política monetária em si.

O ajuste no estoque que houve não é porque achamos que política monetária se faz através de ajuste de estoque sem considerar o fluxo, porque não encaramos a Lei nº 8.024 como um instrumento de política monetária. Ela simplesmente diminui o grau de acesso a estes ativos financeiros, que eram altamente líquidos antes de 19 de março.

Em relação a confusão de estoques e fluxos, eu diria que nossos críticos estão nos atribuindo uma política que não estamos praticando, ou melhor, uma linha de pensamento que não temos. Se tivéssemos, sim, a linha de pensamento deles, uma visão puramente monetarista da realidade, eu assinaria embaixo de tudo o que eles disseram. Então, a divergência é conceitual. Não que o nosso plano não tenha uma base conceitual; ele tem, sim, e diverge de várias outras linhas de pensamento. O assunto é controverso, sem dúvida, mas são argumentos no mínimo igualmente legítimos que podem ser usados.

Nós tomamos uma série de outras medidas para viabilizar o controle do fluxo de moeda. Apesar de não ser monetarista, não chego ao extremo de dizer que a variação no estoque de moeda não tem nada a ver com os preços. Obviamente a política monetária tem o seu lugar, a política fiscal tem o seu lugar, e todas essas variáveis devem ser cuidadas igualmente.

Em relação ao fluxo, identificamos como problema principal o déficit público e foram tomadas medidas no sentido de eliminar o déficit público e gerar um superávit no ano

de 1990, e, a partir daí, eliminar o déficit público nos anos posteriores.

As medidas que foram tomadas viabilizaram totalmente os 2% de superávit do Tesouro Nacional, no ano de 1990. Tanto que, recentemente, anunciamos uma programação monetária para o ano de 90 e para o 1º trimestre de 91, que foi detalhada, apresentada e aprovada pelo Conselho Monetário Nacional, que mostra a viabilidade das nossas metas. As nossas metas são de atingir — no fluxo — uma expansão de 9% em moeda no segundo semestre de 1990, apesar de o final do ano ser, sazonalmente, um período de alta expansão monetária.

Isso foi viável porque acabamos com o déficit público. Então, os fluxos, que são projetados para a frente, sobre a expansão monetária, são também consistentes com a concepção inicial do plano, que foi, temporariamente, tirar a liquidez de um pedaço dos ativos financeiros e, depois, cuidar do fluxo, de tal forma que a expansão monetária não ultrapasse limites que são consistentes com uma inflação baixa e declinante.

Sobre a expansão monetária que aconteceu até agora — recuso-me até a usar a expressão “expansão monetária”, porque parcialmente confusões vêm daí também — vários números foram mencionados e realmente esses números dão manchetes de jornais muito bonitas: “Dobrou M4, ou triplicou”, ou “Taxa de crescimento foi de 1.700%”, não sei em que variável”, assim por diante. São todos números rigorosamente corretos, só que se pegássemos o dia 19 de março, às 12 horas e um minuto, e levantássemos o estoque de M1, M2, M3, M4, em cruzeiros, poderíamos chegar a números praticamente infinitos de expansão da moeda no sistema, apesar de que em 19 de março, às 11 horas e 59 minutos, não existia um cruzeiro no sistema. Logo, estamos confundindo continuamente remonetização da economia com expansão monetária.

V. Ex.^{as} estariam hoje me criticando por ter feito a maior depressão do mundo, da história da humanidade, no Brasil, se tal remonetização não tivesse ocorrido. Estão embutidos na Lei nº 8.024 mecanismos automáticos de remonetização da economia.

Se V. Ex.^{as} lembram, entre 19 e 30 de março, a grande grita neste País era a de que estávamos sufocando o País, por termos limitado a liquidez a um nível muito baixo, que erramos, e assim por diante.

Hoje, estamos sendo acusados do oposto. Mas, realmente, nem um, nem outro é verdade, porque a Lei nº 8.024, que não é um instrumento de política monetária, ela simplesmente desmonetizou a economia e remonetizou a economia.

Entre 19 e 30 de março, nós — a equipe econômica — estávamos tentando explicar à sociedade que estávamos enfrentando uma situação transitória, que a liquidez existente na economia não era tão baixa, e que a distribuição dessa liquidez era necessariamente anormal naquele momento e que, progressivamente, a situação melhoraria e voltaríamos

a uma situação de normalidade em matéria de liquidez. A partir daí, executaríamos uma política monetária apertada, porque o momento exige tal política.

O que nós observamos, na verdade, no período de 60 dias posteriores ao início do plano — até mencionei esse prazo em várias entrevistas minhas — era um processo de remonetização da economia que, praticamente, encerrou-se em 18 de maio, com o pagamento de impostos e uma redistribuição de liquidez no sistema.

Essa fase de remonetização, se atribuirmos a ela um afrouxamento do controle monetário, aí, sim, estaremos atribuindo a nós uma conceituação do Plano Collor que não é nossa. Quando falei com o Estado de S. Paulo, em 25 de maio, estava tentando tirar das discussões esses números sobre o PIB. Na entrevista que foi dada num pedaço, pelo menos — discutimos a questão de liquidez com o repórter. Eu disse a ele — não lembro se saiu no jornal nesses termos, ou não — que era uma discussão estéril sobre o PIB, M1, M2, M3, M4 etc., porque dependia, basicamente, de como definíamos o PIB. Disse a ele que tinha condições de lhe provar qualquer número, entre dez e vinte e dois por cento M4, como sendo dez a vinte e dois por cento do PIB, dependendo de diversas estimativas que pudéssemos utilizar. Não é nem um pouco claro qual deles deve ser adotado.

Isso não mostra, de novo, que não existe uma base estatística para o plano, porque nós criamos conceitos — M4 x PIB —, discutimos semanas e depois chegamos à conclusão que foi uma discussão, na verdade, que não tinha bases conceituais precisas. E, agora, atribuímos à equipe econômica uma conclusão. Várias vezes mencionamos o número sobre o PIB, porque foi pedido. Então, tínhamos que adotar uma definição de PIB, e em função disso, mencioná-lo.

Aliás, na entrevista do dia 25, não mencionei o número 14 porque eu estava dando uma entrevista exatamente para provar que tal discussão não deve ser levada aos extremos que estava sendo levada.

Suspeito que o repórter, corretamente, pegou os números que eu estava revelando a ele sobre M4, dividiu com o PIB que ele estava utilizando e chegou ao número 14, porque, se me lembro bem, ele não me atribuiu diretamente este número; ele fez uma observação sobre o que eu disse e depois uma observação dele. Pode ter ficado ambíguo, mas isso é normal.

O SR. MANSUETO DE LAVOR — Mas a Ministra admite este número.

O SR. IBRAHIM ERIS — Sim, a Ministra estava utilizando uma conceituação de PIB e S. Ex.^a mencionou os 14% naquela data. Aliás, nenhum dos dados que V. Ex.^a se referiu coincide com a data em que S. Ex.^a mencionou os 14%.

Tenho aqui, por exemplo, uma tabela que foi desenvolvida pelo nosso Departamento Econômico, junto com o IBGE, que checa

os números sobre o PIB como sendo algo em torno de 10% M4. Nem divulguei esses dados — eram muito mais para utilização interna — porque sabia que iria criar uma controvérsia sem que eu tivesse nenhuma base para que eu pudesse dizer que este é o número correto, e não aquele.

Por que temos essa confusão sobre o PIB? Também tenho razões para isso, porque vivemos em um país que há dez anos está vivendo em condições de anormalidade econômica. Temos uma inflação chegando a 80%, 100% e no mês seguinte caindo a -1%, ou chegando a 30% e caindo para -3% e não há índice de preço, não há cálculo de PIB que agüente isso.

O dólar vem vindo com ajustes diários. De repente, dá um pulo porque houve uma máxi. Logo, o PIB em dólar cai. Qual o PIB que eu uso? De um dia antes, ou de um dia depois? Dependendo de qual usarmos, vamos chegar ao número dez ou vinte. Isso não reflete uma confusão; reflete que estamos olhando as variáveis e não estamos qualificando, suficientemente, esses números. Às vezes, frustro repórteres e a imprensa porque me alongo demais em qualificar as coisas e é óbvio que todo mundo gostaria que dissessemos: sim, não. Mas nem sempre é viável fazer isso em economia.

Por isso eu disse que talvez seja mais importante nos concentrarmos no que temos hoje de M4 versus o que teríamos se nada fosse feito. Assim teríamos uma idéia do quanto de liquidez no sistema foi reduzido. Aí soltei um número que é, aproximadamente, 50% daquele que seria o que temos hoje.

Isso já é um parâmetro um pouco mais preciso, apenas um pouco mais. Porque, na verdade, quando digo o que seria estou fazendo uma série de hipóteses sobre também o que seria. Então, alguém poderia chegar ao número, em vez de 50%, 53,8%. Perfeitamente viável, dependendo da hipótese em que ele fez, sobre o que seria.

Por que isso?

Porque, na verdade, não existe um número mágico que pudéssemos dizer “que se fosse fixado tal número as coisas funcionariam bem”. Não existe tal número. Se soubéssemos tal número cruzaríamos os braços e todos poderíamos ir para casa, a inflação ficava baixinha, a economia crescia, e acabou.

Por isso é que existe uma Diretoria do Banco Central que 24 horas por dia pensa sobre o que está acontecendo na economia e, em função disso, reagindo. V. Ex.^a tem toda a razão. Não temos controle sobre a expectativa da sociedade. Nenhum banco central nem governo tem.

O nosso dever — somos chamados para isso — é tentar detectar as mudanças nas expectativas da sociedade e reagir a isso, de modo que tais mudanças não resultem em uma inflação maior ou uma recessão, para compensar essas mudanças.

A questão da caderneta, por exemplo. Em todos os planos que foram criados tivemos problemas com caderneta. Aliás, com ou sem plano, se houvesse uma brusca queda na in-

flação sempre teríamos problema com caderneta. Por uma razão simples. Querendo ou não, ainda um segmento substancial de nossa sociedade tem ilusão monetária. Vi várias entrevistas nos jornais — o que é comum, todo mundo sabe — de um aposentado, por exemplo, reclamando que antes ele vivia com a caderneta dele, porque ele tinha 100 na caderneta e rendia 80, e ele gastava esses 80, até sobrava dinheiro — afirmou ele. Hoje, esses mesmos 100 só rendem 5 e ele gasta mais do que 5. Logo, ele está prejudicado. Na verdade, o que acontece é que ele está gastando o próprio capital. Mas não há como convencer o cidadão que isso é verdade. Ele vai ter que se convencer com a experiência.

Então, onde há ilusão monetária, onde há uma valorização de taxas de juros nominal sempre teremos esse tipo de problema. Todos os ativos que rendem taxas de juros nominal fixo, ou taxas de juros real fixo, nós teremos esse tipo de problema.

E o que resolve este problema? É o tempo. É o tempo que resolve, é a experiência que resolve, talvez até algum trabalho na imprensa resolva. Mas resolve parcialmente.

Se V. Ex.^a olharem as estatísticas em todos os planos, como disse, observarão que houve uma fuga da caderneta para outros ativos. Uma vez que hoje temos o sistema financeiro trabalhando, em geral, em conglomerado, são bancos múltiplos, que têm suas características, pelo menos. E não existem mais créditos imobiliários independentes; na verdade, essa fuga da caderneta para outros ativos cria problema, sim. Mas hoje são muito menos dramáticas as consequências deles do que eram antes. Porque o sujeito sai da caderneta e vai para o fundo de curto prazo. O que, na verdade, fica dentro ainda do sistema financeiro nacional. E logo há o aspecto custo. Diminuíram rentabilidades dos bancos? Sem dúvida. Porque o custo da caderneta, em geral, é menor do que outros instrumentos. Mas, em qualquer hipótese, enfrentamos uma situação de liquidez do Sistema Financeiro Nacional.

E os últimos dados que temos, Senador, indicam uma certa estabilização de saldos de caderneta.

V. Ex.^a tem razão. Nossos dados sobre caderneta, em geral, chegam às nossas mãos com certa defasagem. Mas, infelizmente, coleta de dados leva um tempo. Mas fazemos amostras continuamente para diminuir essa defasagem. E os últimos dados, baseados em instituições maiores, indicam uma certa estabilização dos saldos de cadernetas.

Sobre a definição de M1, M2, M3, M4, vou encerrar, dizendo o seguinte. Estamos publicando M1, M2, M3, M4 para poder dar maiores informações à sociedade.

O SR. MANSUETO DE LAVOR — Mas o cálculo dos 14% do controle da liquidez é sobre o M1 ou sobre o M4?

O SR. IBRAHIM ERIS — M4. Ou, pelo menos, quando a Ministra mencionou 14% S. Ex.^a estava se referindo à M4. Então, esses 14% de O Estado de S. Paulo — como eu

disse — eu não mencionei, porque eu não sei. Teria que perguntar ao repórter.

O SR. MANSUETO DE LAVOR — Então, vamos ter um PIB de 20,2 trilhões de dólares? Por esse cálculo, sim, 14% faria uma conta...

O SR. IBRAHIM ERIS — Em função das observações de V. Exª Eu até tenho vergonha de mencionar, mas é verdade. Eu tenho, aqui, uma estimativa do PIB, no final de maio, da ordem de 27 trilhões de cruzeiros, que é — foi feito junto com o IBGE e o IBGE, nos diz que, na verdade, é um cálculo que, provavelmente, será a estimativa dele, aos preços do mês de maio.

Eu não quero entrar aqui numa polêmica sobre o que deve ser o PIB, 140 bilhões de dólares ou 480 bilhões de dólares ou 27 trilhões, porque não sou um especialista no assunto de como deve ser elaborado o PIB, mas posso dizer que o nosso Departamento Econômico, junto com o IBGE, chega a 27 trilhões de cruzeiros o PIB, no mês de maio, aos preços de maio. O que é uma coisa espantosa — eu diria — em face dos dados que V. Exª se referiu.

Concordo, mas a idéia desenvolvida com uma metodologia rigorosamente aceitável e o que o IBGE vem praticando.

O SR. MANSUETO DE LAVOR — Eu queria perguntar que tabela é essa a que V. Sª se refere, a do dia 25, onde aparece um PIB normal e um PIB valorizado. O que significa isso?

O SR. IBRAHIM ERIS — Valorizado aos preços de maio.

O SR. MANSUETO DE LAVOR — Aos preços de maio?

O SR. IBRAHIM ERIS — Exatamente.

O SR. MANSUETO DE LAVOR — Quer dizer, então, só para resumir a questão, porque, na realidade, não está havendo resposta à minha colocação. A minha colocação foi que os cálculos do Governo são em números que variam, por exemplo, de 7 trilhões de cruzeiros, que são os cálculos — inclusive do IBGE, para o PIB —, até 27 trilhões, que é o último cálculo que V. Sª dá. Como podemos acertar um cálculo, uma variável com tanta elasticidade? O que dá a impressão — e, agora, fico com muito medo mesmo —, a questão é de fazer medo, pois o Governo confessa que não tem controle, mas não é só das reações do público, sobre o que vão reagir, mas o controle dos números. Não há controle dos números. Como se pode, então, acertar dessa maneira?

O SR. IBRAHIM ERIS — Senador, eu garanto a V. Exª

O SR. MANSUETO DE LAVOR — Tudo tem uma margem de erro, mas uma margem pequena. Af, são três vezes a mais. Varia de 7 a 27. Como é possível fazer isso? Creio que foi sobre isso que o ex-Ministro Mário Henrique Simonsen falou. Disse que é um "vôo sem bússola e sem altímetro".

O SR. IBRAHIM ERIS — Senador, primeiro, eu garanto a V. Exª que a inflação não será nem um pontinho a mais ou a menos, se nós decidirmos aqui que o PIB é 7 ou 27. Não depende do que se trata, com que finalidade nós estamos discutindo essas estatísticas? Por isso é que estou colocando, em termos, o que a liquidez seria, o que é, o que era e o que é hoje? Mas isso refere-se à M4, que são números precisos que estão aqui. Nós estamos acompanhando diariamente e temos diariamente. E quando o Professor Mário Henrique Simonsen se referiu, ele estava se referindo ao primeiro estágio do plano que, rigorosamente, era correta a sua observação. Na medida em que nós somos obrigados a desenvolver um plano fora do Governo, em condições de sigilo absoluto — e nós entramos no Governo e estávamos, na verdade, regulamentando ao mesmo tempo em que estávamos fazendo — porque os bancos não tinham condições mínimas de nos fornecer dados naquelas primeiras semanas. V. Exª se lembra com que condições precárias os bancos estavam trabalhando. Hoje, temos todos os dados monetários normalizados, diariamente estamos observando.

V. Exª está discutindo se o PIB deve ser 7 ou 27. É rigorosamente irrelevante, para a política monetária, política fiscal, política cambial e etc., para o Banco Central, se o PIB é 7 ou 27. Podemos eternamente discutir. Por exemplo, se V. Exª chega a um número de 22% ou 26%, o que for, M4/PIB hoje, nesse caso, eu previria que provavelmente V. Exª vai chegar ao mesmo cálculo, no dia 19 de março, em torno de 40% do PIB como sendo M4. Num caso por exemplo de 40 a 20. Num outro caso, alguém pode dizer que foi reduzido de 28 para 14%. Mas esse número, rigorosamente, é irrelevante, por exemplo, de 40 a 20 ou de 28 a 14.

O importante é que nós temos hoje uma situação de liquidez na economia que permite controlar a situação com instrumentos tradicionais ou não é isso que está em discussão.

Agora, sobre M1/M4, nós ainda continuamos olhando as duas variáveis, simultaneamente, porque achamos que M1 tem relevância por razões tradicionalmente defendidas por economistas monetaristas, mas M14 também tem uma relevância na economia brasileira, ainda na medida em que ele mantém um grau de liquidez (componentes de M4), que dá a ele características de quase moeda. Não estão mais tão perto de moeda quanto eram por causa de modificações que fizemos na condução da nossa política monetária, mas ainda mantém essas características.

Logo, é nossa obrigação acompanhar essas duas variáveis simultaneamente e tentar controlar as duas. De intermediários temos M2 e M3 que refletem diversos graus de liquidez e somente isso. Não é uma confusão de conceitos, de estatísticas etc. Submeter o público a uma multiplicidade de estatísticas, aos meus olhos, é um serviço e não uma consusão, aliás, conceitos bem estabelecidos, seja no Brasil, seja mundialmente os de M1, M2, M3

e M4. E nós estamos seguindo definições tradicionais. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Severo Gomes) — Com a palavra o Dr. Antônio Kandir.

O SR. ANTÔNIO KANDIR — Acho só importante, a bem do esclarecimento, enfatizar esse último ponto que o Presidente Eris colocou. O Senador Mansueto de Lavor fez uma observação no início, sei que com a maior das boas intenções, mas S. Exª sugeriu que o Governo estaria inventando conceitos diferentes de moeda: M1, M2, M3, M4... mas como o objetivo aqui é deixar absolutamente claras todas as questões, penso que é preciso registrar bem isto, quer dizer, o Governo não está inventando conceitos de M1, M2, M3, M4. São conceitos estabelecidos internacionalmente, aliás, internacionalmente existem até M7 e M8, ou seja, isso é absolutamente consensual, estabelecido, e faz parte das obrigações do Governo tentar deixar a público e fornecer o maior número de informações sobre esses conceitos, exatamente por essa questão que o Presidente do Banco Central acabou de colocar.

Enquanto esses conceitos revelam a capacidade de gasto de alguma forma, ou seja, a capacidade de liquidez, ainda que em graus diferentes, da sociedade, do ponto de vista da avaliação da política monetária, é fundamental divulgar. Porém, acho que se precisa deixar muito claro que não são conceitos inventados por este Governo, são conceitos absolutamente estabelecidos em todas as economias; é um consenso, é uma definição absolutamente clara e indiscutível.

Esse é o primeiro ponto que é importante precisar.

Vossa Excelência me fez duas perguntas especificamente. A primeira, qual seria o objetivo da privatização e quanto o Governo pretende arrecadar. Eu vou ser bastante sintético em função da necessidade de nós discutirmos certamente outras questões que vão ser colocadas.

Em primeiro lugar, com relação à privatização, a colocação de V. Exª é se a privatização está associada ao combate à inflação ou qual é o objetivo da privatização. Lato sensu, ela está associada à privatização, mas ela não se restringe à questão do déficit público. Em que sentido nós estamos querendo colocar isso? Na minha colocação inicial, nós comentamos que o plano econômico do Governo estabelece o objetivo da estabilização em três etapas:

A primeira etapa é a de implantação do plano; uma segunda é a de administração através dos mecanismos convencionais e uma terceira etapa corresponde a um aprofundamento das reformas estruturais da economia de tal maneira a obter uma modernização e o aumento de produtividade.

A privatização, do nosso ponto de vista, representa, no curto prazo, uma possibilidade de realizar uma superação do entrave financeiro do Governo, não através de uma forma convencional. O processo de privatização, como é sabido em qualquer experiên-

cia, demora para gerar os recursos necessários para o saneamento financeiro do Governo.

O Governo fez uma opção de um instrumento novo que foi a criação do certificado de privatização. Esse certificado de privatização tem uma dupla vantagem. Em primeiro lugar, ele antecipa as receitas do processo de privatização. E, nesse sentido, atinge o objetivo de curto prazo na medida em que representa uma receita importante para a superação do déficit do Governo.

Ao mesmo tempo em que o certificado de privatização representa uma antecipação de receitas — que, nos processos convencionais de privatização, não ocorre —, o certificado de privatização, pela sua própria característica, impõe ao Governo a necessidade de efetivamente realizar esse processo de privatização.

Num certo sentido, é uma camisa-de-força no bom sentido, ou seja, o Governo na hora em que estabelece o programa de privatização, que estabelece o certificado de privatização, segundo as características dele, obriga definitivamente o Governo a, de fato, efetuar o processo de privatização que, como disse no começo, não tem o objeto somente de superação do sufoco financeiro do Governo, mas tem o objetivo estratégico também. Nesse sentido, ele é parte importante da terceira etapa do processo de estabilização.

Por que isso?

Porque, como colocamos no início, é absolutamente crucial, do ponto de vista do processo de estabilização, termos condições de criar compatibilização entre o processo de recuperação do salário real e a estabilização da inflação. Isso só é possível através de um programa audacioso em termos de aumento de produtividade. E esse aumento de produtividade deverá ser possível através de diversos mecanismos que fortaleçam a concorrência.

Ora, é absolutamente notório que, nos últimos anos, a existência de um conjunto importante de empresas estatais gerou uma série de distorções na economia que, de maneira sintética, poderíamos entender como a degeneração dos processos decisórios e de aumento de produção e de produtividade decorrentes do processo de privatização do Estado.

Em que sentido?

No sentido de que existe hoje uma série de cadeias de produção atreladas a determinada capacidade ou a determinadas políticas de compra do Governo que não obedece a nenhum critério de eficiência. A discussão entre um fornecedor, no mais das vezes, obviamente, de bens e serviços para o setor público, para empresas estatais, não obedece — vamos ser objetivamente claros, não tem obedecido — a critérios de avaliação de qualidade e preço.

Essa é uma das transparências do processo de privatização do Estado. Vale mais para o fornecedor de bens e serviços ter uma relação especial com o agente governamental do que investir no aumento da qualidade e da produtividade dos seus processos.

Na medida em que um fornecedor de bens e serviços pauta a sua relação com o Estado, através de relações especiais, ele não está preocupado com o aumento da qualidade e da produtividade e, por via de consequência, todos os setores produtivos, todas as empresas que estão na cadeia produtiva para trás desse fornecedor de bens e serviços também sabe que o critério de avaliação para a decisão de compra dessa empresa não passa por esse mecanismo.

Então, a exemplo da abertura comercial, o processo de privatização tem também esse papel fundamental. Ele é, de fato, um mecanismo de defesa à concorrência, ou seja, precisamos eliminar com um dos cartórios importantes que é o cartório da compra de serviços em condições favorecidas e não econômicas que se realiza.

Isso é um fato notório e estamos colocando também nesse sentido o processo de privatização. E é por essa razão que cabe colocar aqui, com bastante clareza, qual a visão que temos do Estado, a visão de qual é o papel do Estado.

O papel do Estado, das empresas estatais, através de sustentação do nível de atividades, se esgotou quer pelas condições, pelo estrangulamento financeiro que as dívidas interna e externa acabaram gerando, quer pela extrema perversidade com que se desenvolveram as relações entre setor público e setor privado, através de uma algumas empresas estatais.

É fundamental rever esse programa e é isso que nós estamos fazendo. Do nosso ponto de vista, o Estado tem duas funções fundamentais: ele deve ser um agente catalisador do processo de modernização da economia, um agente que permita de diversas formas estimular produtividade e não desestimular o aumento de produtividade. E por outro lado, o Estado tem a função fundamental, em qualquer capitalismo moderno, de atuar como mecanismo compensador do processo de concentração e aumento de desigualdades que é inerente ao sistema capitalista.

O SR. MANSUETO DE LAVOR — Sr. Presidente, reconheço que não devo tomar um minuto sequer do tempo do ilustre Colega.

O SR. FERNANDO HENRIQUE CARDOSO — Então, eu apelaria a V. Ex.^a que não o fizesse.

O SR. MANSUETO DE LAVOR — Mas eu queria dizer o seguinte, que a pergunta não foi respondida em absoluto. Eu repetiria a pergunta, para que o Sr. Antônio Kandir pudesse responder.

O SR. ANTÔNIO KANDIR — Se V. Ex.^a me permitir...

O SR. FERNANDO HENRIQUE CARDOSO — Sr. Presidente, para uma questão de ordem. Eu pediria ao Senador Mansueto, que considerasse os seus companheiros, são duas horas de discussão a respeito da mesma pergunta.

O SR. MANSUETO DE LAVOR — Concordo inteiramente. Apenas eu queria dizer...

O SR. PRESIDENTE (Severo Gomes) — Eu poderia dizer ao Senador Mansueto, e tenho certeza que tanto o Presidente Ibrahim Eris quanto o Dr. Antônio Kandir virão aqui tantas vezes quantas forem necessárias. O que nós não podemos é privar os outros Senadores.

O SR. MANSUETO DE LAVOR — Sim, mas levantei uma questão que não foi absolutamente respondida, depois de 15 ou 20 minutos de exposição sobre privatização, que não perguntei. Eu perguntei quanto representa, no abatimento das dívidas interna e externa, o montante resultante da venda das estatais, montante esse que foi calculado pelo Presidente do Banco de Desenvolvimento Econômico em 7 bilhões. O Ministério da Economia refez os cálculos, e disse que agora são 17 bilhões de dólares. Quero saber o que representam esses 17 bilhões de dólares, com referência ao total da dívida das mesmas estatais e ao serviço da dívida. Essa foi a minha pergunta, e que não foi respondida. Lamento profundamente e concordo com todos, estou tomando tempo, mas estou constrangido: a extensão visa ao esclarecimento que nós temos direito.

O SR. ANTÔNIO KANDIR — O que foi submetido ao Congresso através da Medida Provisória nº 157, e que depois foi transformado em projeto de conversão, foi o estabelecimento de um Programa Nacional de Desestatização. Esse programa nacional de desestatização tem a seguinte lógica: existe um comitê diretor do processo de privatização, que deve ser aprovado pelo Congresso. Este comitê diretor vai sistematicamente analisar, através de informações do órgão gestor, quais são as empresas estatais que deverão ser submetidas ao programa de desestatização. Então, uma vez o programa em processo, é que nós vamos saber exatamente o conjunto das empresas que devem entrar no programa de desestatização. Existe o interesse do Governo em privatizar o maior número de empresas, porém, exatamente qual o número de empresas que vão ser privatizadas, depende da gestão do Programa Nacional de Desestatização, que foi submetido ao Congresso. O comitê diretor, que será obrigado a deixar público, conforme colocação sua, todas as diretrizes do plano, vai ser aprovado pelo Congresso. E aí, então, teremos condições absolutas de dizer, com relação ao Programa de Desestatização, quanto vamos atingir de volume. Porém, esse volume em termos de patrimônio — de novo aqui, há uma distorção exatamente da execução do Programa Nacional de Desestatização.

Quanto aos 7 bilhões de dólares — aí sim — existe uma referência explícita, uma referência assumida pelo Governo, qual seja, a de uma previsão de que no ano de 1990, os Certificados de Privatização... porque os Certificados de Privatização representam um

conjunto de receitas que se imagina obter no ano de 1990, e que foi recentemente regulamentado, quer pela aprovação da lei correspondente à Medida nº 157, quer pela regulamentação que já saiu pelo Conselho Monetário Nacional. Esse conjunto, essa receita prevista é da ordem de 7 bilhões de dólares. Com relação ao nível de patrimônio que, neste ano e nos anos seguintes, será privatizado, esse número é impossível de alguém afirmar, não se sabe como vai ser efetivamente a execução do programa. Quando eu digo não se sabe, não é questão de ignorância, é questão de implementação. O programa está claro. Existe um comitê diretor, esse comitê diretor sinaliza para o Presidente. Há uma intenção do Governo, no ano de 1990, de realizar um conjunto importante de privatizações que correspondam, a grosso modo, a um lastro importante para corresponder à receita que o Governo imagina ter este ano, no que diz respeito a Certificados para Privatização. Porém, o único número cabal e definido diz respeito aos Certificados de Privatização, que é a receita prevista com a regulamentação que foi estabelecida.

O SR. PRESIDENTE (Severo Gomes) — Concedo a palavra ao Senador Fernando Henrique Cardoso. Quero lembrar que S. Ex.^a tem obrigação de dar o bom exemplo da Presidência.

O SR. FERNANDO HENRIQUE CARDOSO — V. Ex.^a não precisa lembrar, porque costume não abusar da paciência dos meus Companheiros.

Depois da exposição havida e da longa intervenção do Senador Mansueto de Lavor e pelas respostas dadas, vou me limitar a umas poucas questões.

Aceitando a lógica da proposta, não discutindo as premissas, aceitando a lógica e a exposição do Presidente do Banco Central e, agora, do Secretário-Geral da Política Econômica, eu gostaria só de perguntar o seguinte:

Primeiro: Vale com muita clareza, o Presidente do Banco Central nos disse que há certas variáveis que são de difícil definição e que, no limite, é necessário tomar pontos de vista a partir de metas que são definidas e que não são definidas por critério interno ao sistema, e portanto, é uma definição que frequentemente é política, até que ponto, repito, é possível implementar as metas propostas, sem haver a negociação política?

Evidentemente, quando se vai definir de que maneira se bloqueará a liquidez, se é por um sistema ou por outro, ou seja, se vou atingir mais poupadores de um tipo ou outro, essa definição não é técnica e não foi técnica, e, frequentemente, ela é apresentada como sendo técnica e em nome da impossibilidade de qualquer alteração, porque alteração implicaria risco de o plano ser corroído. Mas, na verdade, a definição não é técnica, é política. Por que, então, não foi nunca possível definir com o Congresso nada relativo à liberação da liquidez nas cadernetas de poupança, nem as questões relativas ao salário?

Ainda agora, há uma polêmica forte a respeito do que fazer com os salários. A livre negociação é proposta como meta, mas é difícil fazer com que os sindicatos aceitem e os Congressistas também; que no momento em que se tem dificuldade de emprego, ameaça de recessão e que se possa implantar esse sistema de livre negociação, sem que haja alguma lei que defina a transição. O próprio Governo reconhece — e não poderia deixar de reconhecer — e louvo, ao contrário do que alguns possam pensar, abundância de dados que têm sido fornecidos e mesmo a variabilidade desses dados e a contradição que há nele, porque é real, mas o Governo tem reconhecido que, ao contrário de uma meta que não é necessária como meta da inflação zero, houve alguma pressão inflacionária: 3% no primeiro mês, 5 a 8%, no segundo. É muito difícil não reconhecer que isso incide sobre o custo de vida e, portanto, sobre o poder de compra dos salários. Parece-me muito melhor, muito mais razoável que se tenha uma regra clara de reposição salarial do que pura e simplesmente negar que exista algum efeito das variações nos preços havido sobre o salário e, depois vamos formar a possibilidade de o trabalhador ir à Justiça para recorrer aos seus direitos.

Melhor seria uma lei que definisse em que base e de que maneira, inclusive, tomando em consideração as necessidades do plano e, portanto, de não fazer de imediato alguma reposição, mas não tapar o "sol com a peneira" porque a questão é realmente política, não é técnica. E evidentemente, neste momento, haverá os que vão ficar de um lado e os que vão ficar de outro por razões meramente políticas, e esse "meramente" é a razão fundamental pela qual nós nos oporemos a mecanismos que não preservem efetivamente poder de compra dos trabalhadores.

Eu diria, também, que nessa mesma questão de negociação, parece-me que o mecanismo adotado para a reposição da liquidez, eu estou de acordo com o que diz o Presidente do Banco Central na questão da remonetização da economia. O que houve foi esse processo mesmo e não é correto utilizar dois pesos e duas medidas, e criticar-se porque não existe liquidez e depois criticar-se porque está havendo a volta da liquidez; ou uma coisa ou outra, e eu não digo que alguém faça isso, mas não gosto de utilizar argumentos desse tipo por razões meramente de oposição. O que está havendo é um processo de remonetização o desejável porque, senão, haverá recessão. Mas se está havendo a recomposição da liquidez, essa distribuição da liquidez e o problema de novo é político é desigual.

Disse, à boca pequena, e vê-se pelos números, que as empresas conseguiram, eles saíram das dificuldades do bloqueio da sua liquidez. Na verdade — se me permita uma expressão, que não é nem em turco, nem em economês —, "o mico ficou na mão da classe média". Realmente, quem não conseguiu desbloquear seus haveres foi a classe média. Essa é uma questão política que podia ter sido resolvida diminuindo muito as oposições

que existem atualmente, na medida em que, meu ver, são corretas, mas por causa da injustiça setorial que elas produzem, obrigam as classes políticas se concentrarem na oposição.

Creio que faltou realmente aquilo que o Dr. Kandir mencionou: que era decidir junto com a sociedade, a decisão não foi feita com a sociedade; a decisão foi feita, a meu ver, a partir de critérios que podem ser corretos abstratamente, mas que não tomaram em consideração o processo político, o processo social real. Creio que essa questão poderia ter produzido tanto a dos salários, quanto a da poupança, custos menores para sustentação do Plano, se tivesse sido feita realmente junto com a sociedade.

Por fim, para não me alongar, uma pergunta: li recentemente, creio que muitos leram, um artigo publicado ontem no *Jornal do Brasil*, pelo Deputado José Serra, a respeito dos Certificados de Privatização. Não estou aqui avançando sobre o que penso a respeito da privatização; concordo com a idéia de que o que justifica a privatização é aumentar a concorrência, é evitar as distorções, mas é esse o limite da justificativa dela, e, portanto, o cuidado seguinte é saber se ao privatizar-se não se passa o monopólio público ao privado, com consequências equivalentes sobre concorrência, portanto, sem que se resolvam os problemas.

O objetivo não deve ser desmontar o Estado, o objetivo para ser justificado, é tornar o conjunto da economia mais eficiente, portanto, aumentar a produtividade, aumentar o salário real — e até aí eu concordo. Mas, o instrumento buscando para esse mecanismo de privatização foi o Certificado de Privatização.

No artigo publicado, ontem, no *Jornal do Brasil* o Deputado José Serra, basicamente, faz duas críticas — e eu gostaria de saber qual é o fundamento delas.

Primeiro, na própria definição legal de que tipo de empresa seria alcançada se restringe a privatização às empresas chamadas públicas. E isso limita enormemente o âmbito da possibilidade de privatização, vez que boa parte das empresas estatais não correspondem à definição de empresa pública; elas têm ações nas bolsas, elas não são empresas públicas no sentido estrito.

E a outra questão mencionada, é que o Certificado de Privatização obrigaria alguns setores do próprio Governo a comprar outros setores do Governo. Banco do Brasil e BNDS estão alcançados pela mesma imposição que atinge ao conjunto das empresas financeiras, que deverão adquirir Certificados de Privatização.

Se isso for verdadeiro, nós teríamos que fazer uma mágica um pouco estranha, porque teríamos simplesmente passando de um setor do Estado para outro, sem obter os resultados que foram aqui propostos.

Em consideração aos meus companheiros, termino aqui, porque quero ouvi-los também.

O SR. JOSÉ FOGAÇA — Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Severo Gomes) — Tem a palavra V. Ex^a

O SR. JOSÉ FOGAÇA — Vou aproveitar a pergunta do Senador Fernando Henrique Cardoso, e V. Ex^a vai observar que sou o próximo inquiridor, o próximo a fazer perguntas, e como por uma coincidência, que não foi previamente estabelecida, a pergunta incide sobre a mesma questão. Até para atender um apelo de V. Ex^a, no sentido da economia e da brevidade de tempo, vou aproveitar para fazer algumas observações a respeito exatamente do que foi perguntado pelo Senador Fernando Henrique Cardoso: a questão da política salarial, que é o único assunto do qual vou tratar aqui. Eu gostaria de dirigir a questão, principalmente, ao Secretário Especial de Política Econômica, porque esta é uma questão com a qual o Congresso agora, está a braços. É a questão da política salarial, onde se concentram as nossas preocupações, neste momento, e me parece que esta é uma questão central, politicamente, ou seja, ela deve ter as suas definições nos próximos dias.

Lembro-me que quando a equipe econômica divulgou o plano, no dia posterior à posse do novo Presidente da República, houve de parte de todos os membros da equipe econômica a efetiva afirmação de que os índices de inflação seriam extremamente visíveis e transparentes para a opinião pública, para os sindicatos de trabalhadores. De modo que o direito de reivindicar, o direito de repor perdas inflacionárias seria inteiramente assegurado pelo Governo. O que não poderia acontecer seria exatamente o repasse desses aumentos ou desses reajustes para os preços.

Havendo agora uma cada vez maior liberação de preços e uma perda real do Governo do controle dessas áreas que estão liberadas, como é possível que os reajustes não sejam repassados aos preços? Ou seja, como é possível saber que realmente nós vamos ter uma possibilidade que os salários sejam reajustados, sem que isso signifique uma indexação inflacionária?

Outra questão que me parece importante nesta matéria é de que a visibilidade da inflação não é tão grande como aquela que o Governo assegurava, uma vez que há uma confusão de índices. É verdade que todos eles são verdadeiros, baseados em diferentes metodologias.

Mas o fato de o Governo não assumir um índice oficial, ou seja, de não reconhecer uma determinada inflação no período de 15 de março a esta data gera esta grande confusão e, ao meu ver, a falta de transparência, porque a confusão é inimiga da transparência.

A outra questão se refere ao fato de que, realmente, se o Estado tem o papel de atuar como mecanismo de compensação das igualdades sociais e da concentração da renda, como aqui afirmou o Secretário, com quem nós concordamos, e de fato se há uma expectativa de que os salários só terão possibilidade de reajustes e aumentos quando houver um verdadeiro aumento da produtividade, o que é real, em termos econômicos, parece-me que

esta visão é um tanto quanto demasiadamente liberal e até romântica, porque no Brasil a experiência não tem provado isso. Tivemos períodos de aumento de produtividade nacional, que não foram acompanhados por aumento dos salários, quer dizer, o que ocorreu foi o inverso: uma enorme concentração de renda. E estamos verificando que o plano econômico não mexe, realmente, com os fatores reais de poder. Ele não mexe naquilo que chamamos de controle dos meios de produção, que continuam os mesmos. O processo concentracionista do capitalismo brasileiro está inteiramente preservado e intocado pelo plano econômico.

O Governo não vê a possibilidade de uma política salarial mínima, de um patamar mínimo de reajustes, que não venha a afetar os preços, que não venha a servir de índice para os preços neste período de transição? Ou, o Governo não vê a possibilidade de um acordo político, de uma negociação política séria nesse sentido?

Não conheço experiência recente de um país moderno e industrializado que tenha conseguido essa transição sem um pacto entre os representantes dos empresários, dos trabalhadores e os partidos políticos. Há o exemplo recente do México, de Israel e da Espanha, nessa direção, de que essa transição que resultou em perdas, principalmente da classe trabalhadora — o exemplo do México está aí — foi uma transição pactuada, negociada, politicamente sustentada, pelas entidades representativas das áreas política e econômica.

Exemplo semelhante ao do Brasil, sem a negociação política, através de uma decisão centralizada, com base na livre negociação, na implantação imediata e abrupta de uma política de livre negociação, de uma economia de mercado plena, como pretende o Governo, só temos o exemplo do Chile, sustentado por uma ditadura férrea, ou da Bolívia, um país que não está entre as nações industrializadas ou mesmo semi-industrializadas.

Parece-me essencial, neste momento, a questão política, ou seja, preservar um patamar mínimo do poder aquisitivo dos trabalhadores, neste período de transição, em que há uma busca de estabilização econômica. Não me parece que o Congresso vá recuar nessa sua proposição de assegurar o poder aquisitivo dos trabalhadores durante este período.

Era esta a minha colocação.

O SR. PRESIDENTE (Severo Gomes) — Com a palavra o Dr. Ibrahim Eris.

O SR. IBRAHIM ERIS — Senador Fernando Henrique Cardoso, eu não poderia concordar quando V. Ex^a destaca a necessidade de negociação política na tomada de decisões econômicas. Na verdade, política econômica já significa que política faz parte integral da feitura da política econômica. Concordo plenamente, e já afirmei isso em minha última passagem aqui, que toda decisão na área econômica envolve necessariamente questões políticas, não somente técnicas;

sem dúvida há um componente técnico nas decisões, mas há componentes de juízos de valor que envolvem, necessariamente, uma participação no processo político.

Na matéria das cadernetas, a única coisa que eu diria é que achei que tivemos uma ampla discussão política sobre a questão, que, aliás, ainda estamos discutindo. Parece um assunto que nunca acaba, volta, sempre à discussão política. Mas acho que com relação à Medida Provisória nº 168, que virou lei, uma vez que negociação política não significa necessariamente unanimidade, eu diria que a Lei nº 8.024 foi resultado de uma ampla negociação política, não necessariamente aprovada por unanimidade. Fatos posteriores à aprovação da lei comprovaram que tínhamos certa razão em nossos receios de que uma ampliação dos limites de caderneta poderiam comprometer seriamente o plano, porque mecanismos automáticos de remonetização que estão embutidos na Medida Provisória nº 168 já garantiam um nível adequado de liquidez para a economia. Logo, qualquer coisa a mais que fosse feita a partir daí em cadernetas, poderia significar um excesso de liquidez que dificultasse o controle com instrumentos tradicionais de liquidez do sistema.

Acho que hoje o fato que mais estamos a discutir é se há um excesso de liquidez na economia ou não, e não se há uma escassez de liquidez, comprova que nossos receios técnicos tinham razão de ser. Sem dúvida que se poderia colocar a questão: se na Medida Provisória nº 168 um tratamento diferente deveria ser dado ou não à caderneta de poupança. Isso é uma discussão que vamos ter por muito tempo, provavelmente, e o que nos motivou na determinação dos limites dentro da medida provisória.

A Medida Provisória nº 168 entrou em vigor, e uma vez que foi aprovada pelo Congresso, acho que fatos posteriores comprovaram que nossos argumentos técnicos tinham alguma razão de ser.

O SR. FERNANDO HENRIQUE CARDOSO — O Banco Central é muito inteligente, ele sabe que estou discutindo é na mão de quem está a liquidez.

O SR. IBRAHIM ERIS — Vou chegar lá.

O SR. MANSUETO DE LAVOR — Deus queira.

O SR. IBRAHIM ERIS — Deus, não. O Congresso quer. V. Ex^a se referiu ao mico ficar na mão da classe média, a menos que entendamos que cruzeiros são micos também, porque cruzados são iguais a cruzeiros daqui a dezoito meses, em doze parcelas, serão transformados em cruzeiros. O Congresso quer assim, já foi aprovado e será devolvido. O fato de os cruzados terem ficado mais concentrados nas mãos da classe média, tem uma certa dose de verdade nessa afirmação, mas de novo qualificaria um pouco a observação. Existiam dois mecanismos automáticos de transferência de titularidade na Medida

Provisória 168. Primeiro, pagamento de impostos, que atingiu igualmente pessoas físicas e pessoas jurídicas. O Imposto de Renda da pessoa física foi pago em cruzados e o Imposto de Renda da pessoa jurídica também.

O segundo mecanismo é o pagamento de dívidas, também, atingindo, na verdade, ainda, igualmente, pessoas físicas e pessoas jurídicas. Todas as dívidas das pessoas físicas e jurídicas podem ser pagas em cruzados.

Uma coisa talvez esteja sendo esquecida. É que quando as pessoas pagam as dívidas junto ao sistema bancário, na verdade estão passando cruzados a pessoas jurídicas. Tanto que temos reservas vultosas do sistema bancário, hoje, em cruzados. Quando pensamos em pessoas jurídicas, em geral pensamos em termos de empresas não financeiras, e em nossas conversas informais com nossos conhecidos descobrimos que empresas não financeiras, na verdade, ficaram com poucos cruzados. A razão básica para isso é que eles pagaram ao sistema bancário em cruzados, e logo o sistema financeiro ficou com cruzados. Isso é uma tendência natural do processo. Quando falamos de pessoas jurídicas deveríamos incluir pessoas físicas e pessoas jurídicas não financeiras e financeiras, para julgarmos se realmente somente pessoa física ficou com cruzados. Na verdade, os únicos cruzados que sumiram são impostos, e que pessoas físicas também aproveitaram isso. Eu diria que ainda temos volumes substanciais de cruzados em mãos de pessoas jurídicas, e não foram somente pessoas físicas que ficaram com os cruzados.

O restante, sobre privatização, etc., vou deixar para o Antônio Kandir falar um pouco mais.

O SR. PRESIDENTE (Severo Gomes) — Concedo a palavra ao Sr. Antônio Kandir.

O SR. ANTÔNIO KANDIR — Direto ao ponto, sobre a questão da discussão política que deve presidir todas as decisões cruciais que dizem respeito à matéria econômica, e focalizando isso mais na questão salarial, para depois terminar com a questão das observações do artigo do Deputado José Serra, queria fazer a seguinte observação inicial: em primeiro lugar, tenho a impressão de que não carece de muita discussão para se entender que, do ponto de vista da intervenção feita, no primeiro momento, ou seja a reforma monetária — da maneira como foi implementada —, dificilmente se imaginaria a possibilidade de fazer isso através de um processo de discussão, pois estávamos enfrentando uma situação pré-hiperinflacionária numa sociedade, reconhecidamente por todos, muito pouco articulada para ter como ponto de partida um acordo político, como aquele que o Senador José Fogaça colocou. Uma questão é imaginar — e vamos chegar a isso mais à frente — um acordo político que permita a implementação do Plano; outra coisa é imaginar isso como ponto de partida. Penso que não é importante que se detalhe muito, mas acho que não existiam condições, para o que foi feito como ponto de partida do plano; imagi-

nar alguma negociação sobre como se deveria ter um certo controle sobre a liquidez no momento inicial. A experiência dos três planos, e isso o Presidente Eris disse há pouco, e mais as experiências de planos semelhantes em todos os casos, deixaram absolutamente claro que, no primeiro momento de inflexão importante na taxa de inflação, há, obviamente, uma incerteza em torno de todos os agentes com relação à capacidade de o Plano gerar bons resultados. Isso desenvolve uma atitude de racional dos agentes econômicos, que é apostar contra o Plano. Quero fazer uma observação sobre isso, mais especificamente.

Hoje, se fizermos uma enquête nesta sala, não tenho dúvidas de que haveria uma boa participação dos presentes que estão desconfiando muito seriamente com relação ao Plano. Se todas essas pessoas tivessem acesso pleno à liquidez — elas estariam comprando, especulando com bens de diversa natureza, ou seja, todas as experiências de combate importante à inflação, levaram, após alguns meses, a uma inflação recorrente. A experiência mais exitosa e razoavelmente semelhante a essa que está ocorrendo no Brasil foi a experiência da Alemanha em 1984, mostrando taxas de inflação importantes logo após a implementação do Plano, taxas que chegaram a 11, 12%. Lendo sobre esse período, tomei conhecimento de que todas as avaliações, todos os jornais apontavam que a inflação estava sob controle e, obviamente, num período desse, as incertezas crescem. Se nessa circunstância houvesse pleno acesso à liquidez, aí, sim se desorganizaria o Plano, rapidamente. Então, como ponto de partida, não havia outra possibilidade a não ser, de fato — vamos falar claramente — cometer uma certa violência. Quer dizer, no momento inicial, era absolutamente inevitável fazer uma intervenção maior do Estado para, de fato, superar uma possível crise hiperinflacionária. A partir de então, obviamente, aí concordo completamente com as colocações que foram feitas. Dado que não existe a menor possibilidade de se fazerem intervenções desse tipo, na verdade o que se trata agora é de implementar o programa em andamento, com uma negociação política de todos os aspectos sociais. Obviamente esse começo de vida do Plano foi tumultuado para todos e a dificuldade de discussão foi multilateral.

Especificamente a questões mais emergentes, por exemplo, a questão salarial, essa cobrança, no sentido positivo, de que deve haver uma negociação, deve haver acordo, deve haver conversa, assumimos completamente. Aí quero me referir mais especificamente, à questão salarial. Acho que há quatro questões-chaves que foram colocadas aqui e creio que temos que ser absolutamente objetivos com relação a isso.

Uma é a questão de perdas, se estão ocorrendo perdas ou não. Existe a questão de uma negociação política, existe a questão da transição para a livre negociação e existe a questão do interesse dos trabalhadores.

Aliás, como o Sr. Senador José Fogaça colocou de imediato, o Governo nunca considerou a possibilidade de ocorrência de perdas. Existe uma inflação e em nenhum momento nós imaginávamos no nosso Programa que a inflação seria zero. Nós imaginávamos que a situação normal numa economia como a brasileira, de fato, e como quase de qualquer economia que persegue uma trajetória de desenvolvimento, deve ter algum nível de inflação. Obviamente, havendo inflação ou havendo aumento do custo de vida, ocorre perda de poder de compra dos trabalhadores. O que nós colocamos — e afirmamos isto categoricamente — hoje, ainda, é que do dia 1º de março até hoje os salários estão em um nível maior do que aquele correspondente ao dia 1º de março. Isto, nós não gostamos muito de falar porque o conceito de perda é um conceito amplo e discutível. Aí, mais uma vez, se instaura, talvez, com maior dramaticidade, a controvérsia dos economistas. O que é uma perda, qual é o conceito de perda? No nosso ponto de vista, ou seja, pelo critério de poder de compra a cada momento houve um ganho. No momento em que a pessoa recebe — nós temos e nós podemos apresentar estatísticas do nosso ponto de vista —, na verdade, do dia 1º de março para cá houve um ganho salarial. É o primeiro ponto. Nós acreditamos num ganho. De abril para cá, dado o ganho salarial no mês de março, dependendo da conta é alguma coisa em torno de 20 a 23%. De lá para cá, tem ocorrido perda: dado que existe inflação, existe perda. Seria absolutamente nescio do ponto de vista do Governo, dizer que não existe perda. É lógico que ela existe. O que nós colocamos — e nós colocamos com firmeza e de maneira clara — é que, qual deve ser, do ponto de vista do interesse dos trabalhadores, a melhor política, o melhor critério, a melhor sistemática para a recuperação dessas perdas? Esta que é a questão e acho que nós temos que negociar politicamente. Executivo, Legislativo — a participação do Judiciário é fundamental nessa discussão. Não na decisão, com a qual obviamente, não deve interferir, mas na discussão sobre isto. Com os trabalhadores e empresários, temos que discutir se estamos todos nós, do Tribunal de Justiça, do Ministério do Trabalho, Congresso, Executivo, todos visando o interesse dos trabalhadores — se é o mesmo objetivo — como vemos de a melhor forma de recuperação de perdas?

Então, a questão é muito clara. Será que vamos fazer uma política salarial em defesa dos trabalhadores que seja exatamente a mesma política salarial que nos últimos 15 a 20 anos garantiu a redução recorrente do salário real? Será que vamos fazer uma mesma política que vai garantir o crescimento recorrente da inflação? O ponto que nós do Executivo estamos colocando na mesa para discussão é o seguinte: nós queremos saber qual a política salarial global, generalizante, que pode evitar o perigo da indexação. Mais do que isto, se for introduzida — e, aí, volto ao último ponto da questão a questão da transitoriedade — se está colocando com recorrência

a idéia da transitoriedade, ou seja, de ter alguma política salarial transitória e que recupere perdas em nível geral. Aonde vai uma política desse tipo? Vai para a livre negociação? Não vai. Nós entendemos que a livre negociação é a maneira de garantir de fato aumento de produtividade, o que nunca se garantiu nos anos 70. Se é esse o objetivo, se é essa a maneira de ter salário real, vamos discutir exaustivamente uma política salarial que leve a esse ponto, mais do que isto, não devemos pensar numa política salarial, esse é o ponto que nós estamos querendo colocar. Nós precisamos elaborar uma nova legislação que deve ser pensada em caráter emergencial permitindo um novo padrão de relação capital-trabalho que garanta de fato uma discussão sobre perdas, que garanta, de fato, um aumento de salário real e, mais do que isso, quando o aumento de produtividade ocorre, esse aumento de produtividade tem que, de alguma forma, passar para os trabalhadores. O que sempre existiu foi uma política salarial de padrão de indexação. Essa política salarial de indexação não permitia aos trabalhadores ganhos num aumento de produtividade e, num momento de estagnação e de inflação, só garantia a redução do salário real.

Então, esse é o ponto que precisamos discutir com toda a clareza: se vamos fazer uma política salarial que se baseie em alguma forma de indexação mesmo com dois, três, quatro salários mínimos, o que vamos garantir é, por lei, que esse aumento de salário seja repassado aos preços. Nos níveis que estão sendo colocados, obviamente o resultado disso é o quê? Primeiro, a aceleração da inflação. Não vai ser possível desenvolver um processo de indexação. A alta taxa de inflação é o corolário de uma política salarial de plena indexação. Existindo a plena indexação, mais cedo ou mais tarde entraremos rapidamente numa hiperinflação; disso não temos a menor dúvida. Mais do que isso, se você faz uma política de indexação e impõe um aumento de salário para todos os setores, aqueles setores que, em tese, estaríamos defendendo, — porque o argumento é o de que os setores mais fortes conseguem aumento salarial, os setores mais fracos precisam de uma política salarial, porque é uma maneira de protegê-los. Só que na hora em que você impõe um reajuste salarial indexado para aqueles setores que você quer proteger, além de, macroeconomicamente, você ter a aceleração da inflação, o que você faz, setoriamente, é o seguinte: aquele setor, aquelas empresas que estão ligadas aos trabalhadores mais fracos não têm condição de aumentar os salários. Dado as circunstâncias macroeconômicas que temos aí elas são obrigadas a quê? Obrigadas a desempregar. Desempregando, o que é que acontece? Nesse setor particularmente e em geral, mas nesse setor, onde aí, sim, haveria um desemprego setorial mais importante, o que se teria como resultado? Haveria a redução efetiva do salário real. Quer dizer, ao contrário do sistema de indexação proteger os setores mais frágeis, você vai garantir a redução do salário real.

Então, há quatro resultados: não se chega à livre negociação, acelera a inflação, desemprega e há redução do salário real.

Esses seriam os quatro resultados de uma política como essa.

O Governo está dizendo que não devemos fazer nada? Evidente que não. Estamos falando que queremos chegar à livre negociação. Temos absoluta consciência e queremos discutir para saber se existe alguma política salarial transitória que evite esses quatro resultados que estamos aqui colocando. Se houver isso, não temos a menor dúvida em discutir e estimular uma iniciativa desse tipo. Só estamos cada vez mais convencidos que uma política de recuperação de perdas generalizante não tem outro resultado que não seja esse aqui colocado. No nosso ponto de vista, o que é preciso ocorrer? Já estamos caminhando nessa direção e tem havido recentemente várias reuniões, como os senhores sabem, com representantes da CUT, da CGT, dos empresários de uma maneira geral. Estamos caminhando na discussão, para encontrar alguma forma política de resolver essas questões de tal maneira a não levar aos resultados aqui colocado. Do nosso ponto de vista, toda e qualquer discussão que leve a fortalecer o mecanismo de negociação, ou seja, forçando os empresários a irem para a negociação, ou melhor, estabelecendo penalidades caso não entrem no processo de negociação e maiores dificuldades para saírem do processo de negociação, constituem uma iniciativa interessante. Mais do que isso: todo e qualquer tipo de regulamentação que caminha na direção de discutir a questão das demissões, ou seja, do desemprego, a questão de participação e formas de renda alternativa, discussão sobre programas de produtividade, de formas específicas e setoriais, de discussões sobre perdas, nos parece interessante. A maneira de se chegar a isso é exatamente como o Senador José Fogaça colocou aqui. Creio que temos que passar por um grande acordo político, onde todos tenham o seguinte critério: é preciso ter uma política que garanta a recuperação das perdas, porém ela tem que ser uma política que não seja maléfica aos trabalhadores. Se alguém nos provar que existe a possibilidade de uma política salarial generalizante de recuperação de perdas e que isso não leve ou à hiperinflação ou, na hipótese de aperto maior da política econômica, a uma depressão, se alguém nos provar — isto não deve ser entendido como um desafio, mas com o convite a uma discussão que já estamos fazendo...

O SR. JOSÉ FOGAÇA — A questão é que esta pode ser uma verdade econômica, pode ser uma verdade para os economistas, mas isso precisa tornar-se uma verdade política. Levanto a questão desse acordo ser viabilizado pela condução e pela liderança do próprio Governo. O Congresso Nacional é parte, é um agente disto, mas quem deve conduzir e assumir esta responsabilidade, no meu entender, é o Governo, que é quem deve convencer os agentes econômicos — empre-

sários e trabalhadores. Ou seja, isto só passa a ser verdade quando deixa de ser contestada. Para deixar de ser contestada, tem que passar pelo acordo.

O SR. ANTÔNIO KANDIR — Perfeito. Quero registrar, também, que o Ministro Bernardo Cabral tem promovido, no Ministério da Justiça, inúmeras reuniões com todas as lideranças e com todos os partidos que estão interessados no problema.

O SR. FERNANDO HENRIQUE CARDOSO — O que disse o Senador José Fogaça é um pouco diferente. Não adianta fazer a reunião sem haver a proposta. A proposta existente é clara. Agora, qual é a outra? Este encaminhamento da outra proposta não pode ser feito pelo Ministro Bernardo Cabral nem por lideranças políticas, porque o setor econômico do Governo tem a responsabilidade disto. Só se viabiliza um entendimento se houver uma proposta que seja assumida como boa pelos sindicatos.

O SR. ANTÔNIO KANDIR — Para se chegar a essa proposta, para que não haja a mesma crítica que houve quando da implantação inicial do Plano, estamos abertos à discussão. Temos algumas propostas. Estamos discutindo, estamos convidando todos a discutirem com a área técnica para encontrar uma proposta nessa direção.

O SR. FERNANDO HENRIQUE CARDOSO — A Fiesp suspendeu as negociações. Faltou o certificado de privatização.

O SR. ANTÔNIO KANDIR — O certificado de privatização.

Duas questões. Com relação à definição do critério de empresa pública, é uma dúvida absolutamente relevante. Tenho a impressão que o Comitê Diretor do Programa de Privatização tem que encaminhar uma discussão para regulamentação melhor desta matéria. Não há a menor dúvida, é um ponto inquestionável.

Com relação à outra questão, acho que a crítica não cabe, porque não teria sentido, do ponto de vista da convocação à colaboração do sistema financeiro, diferenciar o sistema financeiro estatal.

A outra questão é se isto vai necessariamente se transformar numa reestatização. Aí não. Aí depende dos critérios que o Comitê Diretor do Programa de Privatização vai estabelecer para o acesso ao esquema de compra. Estabelecendo o critério de "quem compra ou quanto", garante-se que isso seja pago. Isso já tinha sido antecipado por nós. Deixamos claro que esse tipo de critério e cuidado deveria ser tomado. Esta é uma diretriz que, certamente, o Comitê Diretor de Privatização vai ter em mente.

O SR. FERNANDO HENRIQUE CARDOSO — Sr. Presidente, peço licença. Preciso votar na Comissão de Relações Exteriores.

O SR. PRESIDENTE (Severo Gomes) — Senador Jorge Bornhausen, é a vez de V. Ex.

OSR. JORGE BORNHAUSEN — Quero cumprimentá-los pela exposição e fazer um pequeno adendo à colocação do Professor Kandir no que diz respeito à colocação do certificado de privatização também nos bancos estatais. Não quero discutir a justiça ou não dos certificados. Mas é evidente que nós não devemos ter dois tipos de bancos, se queremos uma livre economia de mercado e, também, devemos dar um tratamento aos bancos estaduais de modo que eles não sejam bancos privilegiados.

Quando era Ministro da Educação participei de uma reunião ministerial em que o Ministério da Fazenda e do Planejamento propunham um corte em todos os Ministérios. Nós tínhamos para a merenda escolar cerca de 7 bilhões de cruzados no orçamento naquela ocasião e havia uma proposta de corte, mas só que o rombo dos bancos estaduais correspondia a 20 vezes esse orçamento da merenda escolar e com solução precária, evidentemente, com uma profunda injustiça social, porque ele era fruto de uma falta de condução adequada dos negócios dos bancos e ao mesmo tempo em que estávamos atendendo com a merenda 35 milhões de crianças no Brasil. Então, acho que não pode haver essa diferenciação.

Fiquei atento à exposição do Professor Kandir no que diz respeito às três fases! A fase de implantação, a fase de administração e a fase de modernização. Concordo inteiramente com a necessidade desta modernização e com sua rapidez, pela produtividade, é claro, mas que seja implantada por ações preponderantemente de Governo. No que diz respeito à privatização, temos os certificados, que levam imediatamente a uma alocação de recursos para o Governo. E ainda não temos um trajeto da privatização, temos apenas o trajeto do recolhimento deste 7 bilhões de dólares. No que diz respeito à abertura comercial, também, não conhecemos o cronograma do Governo. Acho que estamos vivendo um excesso de intervenção em nome de uma liberação futura, cujo perigo reside sempre no excesso de intervenção, descambando para o autoritarismo. Então, é preciso uma resposta clara, límpida, sinalizada do Governo no que diz respeito às suas intenções: na abertura comercial, na compatibilização dessa abertura comercial com os interesses nacionais e quanto à desregulamentação. Na desregulamentação os passos me parecem muito lentos e ela é mais fácil do que a própria privatização. Hoje, estamos vivendo num país onde há muito Estado e pouco cidadão. Então, gostaria que isso ficasse claro. O cronograma da abertura comercial, o cronograma da desregulamentação e o cronograma, sem o que nós não teremos sinalização que possam adiantar que haverá realmente um corte no déficit público e que o Governo tem metas bem claras no que diz respeito à sua intenção de liberdade de mercado.

O SR. PRESIDENTE (Severo Gomes) — Passo a palavra ao Dr. Antônio Kandir. Quero lembrar que nas perguntas e nas respostas

tem que haver brevidade, porque temos de encerrar a reunião às 13 horas.

O SR. ANTÔNIO KANDIR — Dada a colocação de V. Ex^a, gostaria de dizer que o Governo tem bem claro que é absolutamente essencial realizar todas essas medidas, no que diz respeito à privatização, desregulamentação e abertura comercial, com a maior rapidez. É intenção do Governo, no final do mês de junho, esclarecer todos esses cronogramas.

O SR. PRESIDENTE (Severo Gomes) — Concedo a palavra ao nobre Senador Afonso Sancho.

O SR. AFONSO SANCHO — A minha indagação, talvez seja a mais rápida do que a de todos.

Qual é o percentual de cruzados novos, após congelados, em face de haver terminado a conversão de cruzados.

O SR. IBRAHIM ERIS — Aproximadamente 2,9 trilhões de cruzados.

O SR. AFONSO SANCHO — V. Ex^a poderia dizer qual o percentual de pessoas físicas e de pessoas jurídicas?

O SR. IBRAHIM ERIS — Não, esse dado nós não temos. Na verdade, o sistema bancário não tem, uma vez que a relação Banco Central e bancos comerciais limita-se aos valores globais que há nos bancos, aos valores por ativo. Além disso, temos dados sobre quanto foi originalmente em depósito à vista, caderneta, etc. Temos, também, dados sobre quanto o sistema financeiro tem de reserva em Cruzados, que são atualizados diariamente.

Dado o interesse nesses dados, estamos tentando chegar, através de amostragem, a algum percentual de distribuição entre pessoas jurídicas e pessoas físicas. Logo que os tivermos, divulgaremos esses dados, Senador.

O SR. AFONSO SANCHO — Estou satisfeito, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Severo Gomes) — Com a palavra o Senador Mário Covas.

O SR. MÁRIO COVAS — Sr. Presidente, eu poderia fazer uma pergunta inicial, que fundamentaria as minhas perguntas posteriores?

O SR. PRESIDENTE (Severo Gomes) — Perfeitamente.

O SR. MÁRIO COVAS — Acabo de ouvir o Presidente do Banco Central fazer a afirmativa de que o controle do Banco Central sobre os bancos particulares é feito através de números globais.

O SR. IBRAHIM ERIS — Não, os dados diariamente fornecidos a nós referem-se aos dados globais. Além disso, nossa Diretoria de Fiscalização obviamente fiscaliza dados também em nível micro, em nível de agências bancárias. Mas não recebemos diariamente dados referentes a itens como pessoas físicas, jurídicas, etc. Na verdade, surgiu interesse por esses dados por circunstâncias específicas deste momento.

O SR. MÁRIO COVAS — Se o Banco Central quiser, saberá o nível da pessoa física?

O SR. IBRAHIM ERIS — Sim, Por isso estamos fazendo essa pesquisa na base de amostragem.

O SR. MÁRIO COVAS — Em outras palavras, o sigilo bancário não existe para o Banco Central.

O SR. IBRAHIM ERIS — Eu estava falando globalmente a respeito de dados sobre quantos cruzados estão nas mãos de pessoas físicas e quantos estão nas mãos de pessoas jurídicas.

O SR. MÁRIO COVAS — Mas eu pergunto: como pode V. Ex^a determinar se a lei relativa aos depósitos individuais foi cumprida, ou seja, se se circunscreveu a 50 mil cruzeiros por conta?

O SR. IBRAHIM ERIS — Através de fiscalização, Senador.

O SR. MÁRIO COVAS — Mas é ao nível da pessoa física, porque, pelo global, não pode fazer.

Portanto, o que se chama de sigilo bancário não tem validade para o Banco Central, não é isto?

O SR. IBRAHIM ERIS — Na verdade, quando nossos fiscais vão a uma agência bancária para verificar se 50 mil ou mais foram liberados, eles estão olhando as contas individuais.

O SR. MÁRIO COVAS — Perfeito. Também vou tentar ser bem rápido nas minhas perguntas.

Gostaria de saber por que, desde o começo, desde o instante em que o Plano foi adotado, não se instituiu o regime de leilões. Pela seguinte razão: desde o primeiro instante em que o Plano foi instituído, o que estabeleceu desde logo foi uma relação de valor entre cruzado e cruzeiro. Essa relação se deu inclusive no paralelo, e, portanto, desde logo, houve uma desvalorização, feita até pela retenção, que não ocorria a partir de cruzeiro, mas a partir de cruzado novo. Estabeleceu-se uma relação pela qual o cruzado foi desvalorizado. O mecanismo do leilão teria esterilizado esses valores.

Parece-me que há pelo menos uma atitude de V. Ex^a que mostra que esse mecanismo de leilão deveria ter sido adotado antes: foi a tentativa de fixar imposto sobre a transferência de cruzados em cruzeiros. É evidente que, no instante em que V. Ex^a imaginou, e que a lei determinou, que se podia pagar imposto com cruzados, pretendendo cobrar IOF sobre transferência de titularidade do cruzado e, portanto, sobre o próprio pagamento do imposto, em outras palavras, criando um imposto sobre o pagamento do imposto. Desde logo, que V. Ex^a estabeleceu foi que havia uma depreciação do cruzado novo, que deveria ser esterilizada via imposto.

O lógico não teria sido esterilizar isso via leilões? E não teria sido lógico, na medida em que se vai recolocando dinheiro na econo-

mia, fazer isso via leilões e, portanto, dando a quem, tendo retido mais recursos especulativos, estaria disposto a ceder mais em termos de depreciação do seu ativo, no sentido de recuperá-lo em cruzeiros? Esta é a primeira pergunta.

A segunda pergunta que eu gostaria de fazer: recebi do Banco Central do Brasil uma estimativa dos haveres financeiros efetuada exatamente no dia 19 de março. Por essa estimativa, chegávamos a um N4 da ordem de 4.555 trilhões, dos quais teriam ficado disponíveis 1.376 trilhões e teriam ficado retidos 3.179 trilhões. A relação entre disponível e retido era de 30,2%.

Recentemente, a Ministra esteve aqui, e eu lhe perguntei como era esse quadro de transformação de cruzados em cruzeiros. Ela não o tinha disponível na hora, mas me fez a gentileza de mandá-lo em seguida. Estou aqui com o quadro em mãos sobre "Os Fatores da Expansão da Liquidez". Aceito perfeitamente a tese de V. Ex^a de que não há como discutir remonetização da expansão monetária e, portanto, não me importa muito a relação com o Produto Interno Bruto do montante. Apenas, vou aceitar os números tal qual se levou em consideração o montante do Produto Interno Bruto neste quadro.

Por este quadro o que se via era que, no dia 19 de março de 1990, a porcentagem do PIB, ou seja, a liquidez total era representada por 7,89% do total do PIB, para um total do PIB, de de 16 mil oitocentos e qualquer coisa, 7,89 era o valor do saldo representado por 1.326. Isso naquele quadro de retenção que tínhamos, representado por 3 trilhões 179 e disponível de 1.376, ou seja, um percentual de disponível sobre o total de 30,02%.

Quando pego este quadro e acoplo àquele outro, verifico o seguinte: que já, no dia 30 de março de 1990, o percentual sobre o PIB atingia 9,53%, tendo sido acrescidas liberações de 447 milhões e, conseqüentemente, tendo sido liberados 447 bilhões. No final de abril, esse valor pula para 15,37% com um adicional de liberação de mais 751 milhões. Para o final de maio, temos mais 401 milhões de liberações, já agora atingindo 17,76% do PIB.

Não importa muito — volto a insistir — aceito o argumento de V. Ex^a, que não importa muito para a inflação se o percentual do PIB está certo, que forma se usou para calcular o PIB. O que importa é comprar que tínhamos 7,89% de alguma coisa, no dia 19 de março, e temos 17,76% da mesma coisa, no dia 30 de maio, ou seja, temos praticamente duas vezes e meia aquilo que tínhamos no dia 19 de março.

Bem, mas quando jogo isso naquela tabela recebida inicialmente, o que verifico? Verifico que, em 30 de setembro, a relação entre disponível e total era de 30,02%; já no dia 30 de março de 1990, a relação entre disponível e total era de 40%. No dia 30 de abril de 1990, era de 56%. No dia 30 de maio de 1990 era de 66%. Se aproveitar esse mesmo quadro e for a 30 de dezembro de 1989, verifico que, em 30 de dezembro de 1989,

a expectativa é para que aquele percentual sobre o PIB seja de 23,49%. Então, esses 23,49% totalizam o valor total de liberação de 2 trilhões e 500 milhões e 179 milhões sobre o total retido inicialmente de 3 trilhões e 179 milhões. Em outras palavras, terão ficado retidos apenas 646 milhões.

Quando examino nesse quadro o que acontece com a caderneta de poupança, vejo que ela liberou até o final desse período 384 bilhões. Ora, ela tinha retido, inicialmente, 1 bilhão e 98 milhões, se subtrai os 384 bilhões, chega a 714 bilhões para um total retido, neste instante, no final do ano, de 644 bilhões. Ou seja, praticamente teremos a retenção total, no final do ano, incidente sobre a caderneta de poupança com todos os demais ativos muito provavelmente liberados através de mecanismos que se usarão, ou, então, terei retenções e, portanto, estarei jogando dinheiro na economia, aí, sim, mexendo com a liquidez, mexendo com a expansão monetária e não mais com a monetização. Ou devolvo esses ativos fixos — e a conta aí fecha —, ou, então, jogo moeda — aí é mil — e jogando moeda faço expansão monetária.

De forma que o que me parece é que no final, dentro dessa regra do jogo, teremos nítida, clara e aritmeticamente, todo o empenho no sentido da retenção de haveres, recaindo única e exclusivamente sobre o saldo da caderneta de poupança.

Algo que se diz hoje, embora nem V. Ex^a nem nenhum de nós tenha aqui condição de demonstrar, que as empresas já não têm nada preso; fica evidenciado pelos números que acabamos de receber. Esses números, aliás, estão corroborados pelo texto que vem anexo ao documento pelo qual se diz como é que vai se comportar a liquidez, o dólar paralelo e o déficit público.

Enfim, o que me parece é que, do ponto de vista de retenção de haveres, o Plano repousa na expectativa de que, até o final do ano, reduziremos a retenção apenas ao nível da caderneta de poupança e teremos, ao final do ano, exatamente três vezes e meia a liquidez existente no dia 19 de março.

Como nada veio associado ao Plano, além de elementos financeiros, não se tem idéia do que isso possa representar em termos de investimento.

Uma das razões que me agradava no Projeto de Lei de Conversão da 168, que acabou não passando aqui no Congresso, é que exatamente apontava para essa direção, fixava alguns rumos sobre o que fazer em matéria de investimento, sobre o que fazer em matéria de desemprego.

Finalmente há uma última pergunta muito rápida que gostaria de fazer.

A fixação do número de 350 mil pessoas para demitir é algo que nasceu da área econômica ou é alguma coisa que nasceu da vontade do Presidente Collor? A área econômica concorda que tem igual lógica dispensar 35% dos trabalhadores que operam num porto no qual a despesa da folha de pagamento é 60% da receita, ou dispensar os mesmos 35% de uma instituição que, afinal, se parar não faz

grande diferença? Isto é apenas um número cabalístico que nasceu pela vontade ou pelo desejo de alguma pessoa individual, ou nasceu de algum teste, de alguma medida da área econômica? Mais do que isso: a área econômica vê a necessidade da satisfação desse número para que seu Plano dê resultado?

O SR. IBRAHIM ERIS — Senador, na verdade leilões de conversão — cruzados X cruzeiros — foram colocados na Medida Provisória nº 168 como mais um instrumento de utilização eventual para remonetização da economia. Este instrumento foi muito discutido, possivelmente por ser um instrumento novo e, eventualmente, ele explicaria um deságio — cruzado X cruzeiro — que permitiria, na verdade, alguma maneira de quantificar como a sociedade avaliava os cruzados X cruzeiros.

O instrumento não foi utilizado até hoje por uma razão simples: julgamos que não houve, na verdade, necessidade da utilização.

Primeiro, a Medida Provisória nº 168 introduz mecanismos automáticos de conversão que foram acionados nesse período. Além disso, baseada em medida provisória, a Ministra baixou várias portarias para atender a casos emergenciais. Seria, nos parece, eticamente incorreto induzir uma pessoa que vai fazer uma cirurgia a um leilão de conversão onde, efetivamente, converteria os cruzados dele em cruzeiros com um deságio, e foi permitido através de uma portaria que tal conversão fosse efetuada à paridade.

Obviamente tais práticas, tais casos seletivos nos expuseram a uma possibilidade de fraude maior, e sem dúvida que até hoje estamos fiscalizando, tentando descobrir se houve fraudes. Mas isso foi um risco calculado. Achávamos que valeria a pena nos expor a este perigo para poder atender, de uma maneira mais equitativa, socialmente mais justa, às necessidades emergenciais dos cidadãos.

A situação de evolução, de remonetização da economia, efetivamente dispensou, até hoje, pelo menos, leilões de conversão. Teria sido, obviamente, uma fonte de redução de endividamento do setor público, utilização dos leilões de conversão, mas ao mesmo tempo, ele teria que ser limitado somente aos casos onde refletisse, efetivamente, a aflição dos especuladores e não necessidades reais desses cidadãos.

O SR. MÁRIO COVAS — Só queria dizer que, exatamente, foram criados os mecanismos para que a conversão fosse feita à parte. Quem fica preso é a classe média, que tem Caderneta de Poupança.

O SR. IBRAHIM ERIS — Senador, que tipo de mecanismo foi criado para o especulador?

O SR. MÁRIO COVAS — Por exemplo, o imposto, o pagamento da contribuição previdenciária.

O SR. IBRAHIM ERIS — Senhor, eu tenho dificuldade de identificar o pagador de imposto necessariamente como especulador. Talvez eu esteja interpretando erradamente.

O SR. MÁRIO COVAS — O Senhor tem dificuldade para interpretar. Se eu tivesse uma grande empresa, até se eu fosse tradicionalmente alguém que tivesse grandes recursos e pedisse o seu conselho sobre se, em determinado instante, seria melhor (inaudível) mercado financeiro do que pagar tributo, apenas do ponto de vista econômico o que o Sr. diria?

O SR. IBRAHIM ERIS — Em cruzados?

O SR. MÁRIO COVAS — Em cruzados não, antes. O especulador não nasceu depois do cruzado.

O SR. IBRAHIM ERIS — Entendo. Impostos que foram pagos na data que eles foram devidos.

O SR. MÁRIO COVAS — Ou seja, contribuições da Previdência Social.

O SR. IBRAHIM ERIS — Se foram devidos posteriormente a 15 de março e que foram aceitos. Na verdade, pagamento de impostos atrasados com cruzados não foi legal, e não é. Logo, se alguém deixou de pagar imposto antes de 15 de março e aplicou no mercado financeiro, não foi aberta a possibilidade de utilizar cruzados dele para pagar impostos atrasados.

O SR. MÁRIO COVAS — Teve que pagar outras dívidas?

O SR. IBRAHIM ERIS — Dívidas também não atrasadas; dívidas existentes naquela data e que venceram posteriormente a 15 de março, tanto que os bancos receberam as dívidas vencidas, receberam em cruzeiros. Nós não permitimos que cruzados fossem recebidos para impostos e ou dívidas que já foram vencidas. É nesse sentido que estou falando.

A segunda pergunta de V. Ex^a, não sei se consegui acompanhar todos os números. Aliás, vou pedir a V. Ex^a que me dê a oportunidade de enviar por escrito todos os dados, todas as projeções, o que motiva e como se explicam todos esses desencontros eventuais dos números. A única coisa que enfatizaria é que a evolução de M-4; implica não necessariamente conversão de cruzados em cruzeiros. Têm outros fatores que explicam a evolução de M-4. Logo, igualar as duas coisas pode distorcer os dados. Vou dar um exemplo só: cadernetas em cruzeiros ganharam reajustes de 84% após conversão. Logo, nós temos nesse M-4 — se me lembro bem agora — alguma coisa em torno de 450 bilhões de cruzeiros devido à correção monetária, pura e simplesmente, de cadernetas já existentes em cruzeiros. Logo, M-4 está inchado, como esse número e a conversão deverá ser reduzida.

A segunda coisa que enfatizaria também cruzados que estão em nome dos bancos, que estão colocados no Banco Central na forma de reserva em cruzados, não fazem parte das tabelas que estão à disposição de V. Ex^a e nossa também, na medida em que estão fazendo parte de uma outra conta. Isso também pode ter distorcido um pouco.

A terceira coisa é que contas tanto em cruzados quanto em cruzeiros estão continuamente corrigidas em função de taxas de juros, em função de correção monetária, dependendo de dados. Então, quando nós projetamos coisas na frente, nós já perdemos, na verdade, a relação de 19 de março, que eram comparáveis mesmo. Era o primeiro dia em que cruzados e cruzeiros estavam sendo convertidos um em outro. A partir daí taxas incidentes em cruzeiros e cruzados são totalmente distintas; nós podemos ter uma divergência de dados a partir daí.

E a terceira coisa que colocaria — prometo que vou mandar uma explicação muito mais detalhada, por escrito — é que comparar com 19 de março os dados posteriores a 19 de março. De novo qualificaria. Dezenove de março, uma massa de cidadãos foi para os bancos para converter cruzados em cruzeiros. Um segmento conseguiu; outro, frustrado, foi para casa e voltou no dia 20 ao banco novamente. Logo, a cifra que aparece no dia 19 não reflete o que estava embutido na Medida Provisória nº 168 como sendo regra de conversão estabelecida. Simplemente reflete quantas pessoas conseguiram converter um número de cruzeiros naquele dia, e só. No dia 20, na verdade, houve uma determinada quantidade, assim como no dia 21, e assim por diante.

Na verdade, apresentei aqui no Congresso alguns dados sobre o total de M-4 que estamos observando. No dia 15 de março separei o que era devido à Medida Provisória nº 168 e o que era devido às portarias, o que era devido a operações típicas do Banco Central, que também expandem M-4 ou podem contrair, e, finalmente, o que é inerente ao funcionamento de mercados financeiros.

Cada cruzeiro que é lançado, na verdade, em M-4, pode zerar dois, três ou quatro, dependendo de onde está aplicado, como está utilizado no sistema.

Na ocasião, eu disse que 75% de M-4 existentes em 15 de maio podem ser atribuídos à Medida Provisória nº 168, no seguinte sentido: mecanismos estabelecidos dentro da Medida Provisória nº 168 explicam 75% de M-4 existentes em 15 de maio.

Dez por cento, e somente 10%, são explicados pelas portarias baixadas pelo Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento.

Se me lembro bem agora, acho que é correto o número, 7%, neste período todo de 60 dias, somente 7% de M-4 existentes podem ser atribuídos às operações típicas do Banco Central, que, na verdade, podem ser consideradas como, efetivamente, política monetária, expansão monetária mesmo. Sete por cento do estoque.

E, finalmente, 8%, que somam com, então, são devidos às duplas contagens e mecanismos inerentes ao sistema financeiro como um todo: multiplicador bancário etc.

A composição é mais ou menos isso. Então, a posição de colocação de desmonetização, através de MP-168 através de portarias expansão monetária etc, etc, deveria ser colocada nesses termos e não olhando os da-

dos de 19 de março e como ele vem evoluindo, porque 19 de março, rigorosamente, reflete circunstâncias daquele dia.

Se aquele dia, por acaso, fosse um dia extremamente chuvoso, ou alguma coisa assim, provavelmente o número seria menor e, hoje, teríamos uma expansão ainda maior, ou uma aceleração de conversão.

Olhar esses números e atribuir a eles, nesses termos, comparando com 19 de março, descobrir daí fraudes e/ou perda de controle de conversões etc, acho que seria errado.

Na verdade, 75% foram previstos dentro da MP-168, que foi votada no Congresso e aprovada, e 10%, somente, aí incluídas, obviamente, todas as fraudes imagináveis, devido a portarias.

E, finalmente, mesmo que o número mencionado de 600 bilhões, fosse o caso em 31 de dezembro, eu gostaria de me reservar, aqui, o direito de explicitar melhor essa questão, isso não quer dizer, obviamente, que somente a caderneta ficará.

Pode haver uma coincidência de números, mas isso não nos induz a... aliás, a caderneta foi um dos ativos onde a conversão era maior. Acho que depósito à vista foi o primeiro e caderneta foi o segundo. Conversão de caderneta foi um percentual muito maior, por exemplo, do que de overnight, ou de fundos de curto prazo.

Logo, a coincidência de números no final do ano não significa que a caderneta ficou presa e outros não.

Aliás, hoje a discussão, que já se tornou bastante acadêmica, na medida em que transferências de titularidade e/ou pagamento de impostos etc, estão sendo feitos, hoje, indiscriminadamente, se dá no seguinte sentido: a pessoa entra no banco e é indiferente se o cheque que está sendo sacado é de sua caderneta ou overnight, ou fundo de depósito à vista seu.

De maneira que todas as contas rendem a mesma coisa durante o mesmo período.

Como resultado disso, não temos, hoje, condições de olhar e dizer: afinal, quanto foi convertido de caderneta?

É rigorosamente impossível responder a essa pergunta ou até podemos responder, mas ela perdeu o significado, na medida em que o sujeito pode ter entrado no banco onde ele tem caderneta para pagar imposto ao invés de ir onde ele tinha, talvez, um fundo e dependendo de um ou outro, temos um resultado diferente na matéria de conversão de cadernetas.

E as estimativas — e não passam de estimativas — devido à MP-168, do que foi convertido em cadernetas são das mais elevadas. Algo perto de metade das cadernetas foram na verdade, convertidas devido à Medida Provisória nº 168.

O SR. PRESIDENTE (Severo Gomes) — Sr. Antônio Kandir, quero também pedir a sua brevidade, porque temos que ouvir as questões do Senador Jamil Haddad, antes de encerrar a sessão.

O SR. ANTÔNIO KANDIR — Pois não, vou fazer uma breve observação a respeito

das questões do Senador Mário Covas no que diz respeito à reforma administrativa.

Sobre a reforma administrativa, obviamente a melhor pessoa para responder sobre ela é o Secretário da Administração, João Santana. No entanto, como fazemos parte da mesma equipe de Governo, vou me permitir fazer uma observação.

O objetivo fundamental da reforma administrativa é criar condições para um funcionamento perfeito do Estado, do Estado que queremos. Então, o objetivo não é redução do déficit, mesmo porque se fosse o objetivo a redução do déficit, fariamos, vamos dizer assim, um número de dispensas maior possível, que, aí sim, se conseguiria um número de redução de déficit importante. Só que certamente seria uma redução importante em 1990, mas acabariam por vir diversos mecanismos criando um déficit importante em 1991, 1992. Se o Estado não funciona bem, certamente de alguma forma isso se transforma em ineficiência e de alguma maneira o Estado vai ter de gastar mais à frente.

Então, se o balizador fundamental fosse simplesmente o déficit, certamente a reforma administrativa não estaria sendo bem direcionada. Então, o objetivo da reforma administrativa é criar condições adequadas para o funcionamento do Estado dentro da concepção que temos com relação à questão do Estado.

Por isso mesmo, essa questão do número tem que ser entendida de forma muito clara. Se fosse deixada simplesmente, no curto prazo, a necessidade de que cada uma das agências governamentais fizesse a melhor gestão dos seus recursos, sem nenhum balizador, isso obviamente poderia levar aos resultados mais diversos.

O que a Secretaria da Administração fez foi estabelecer, com base numa análise geral, quais seriam os números e metas que deveriam ser atingidos. Esses números, o nobre Senador, colocou com absoluta precisão, eles não podem ser pegos ao pé da letra, porque se pegarmos e compararmos 30% numa empresa do tipo "X", 30% com uma empresa do tipo "Y" não tem sentido porque é 30%. No entanto, foi feita uma classificação por tipo de empresa para se colocar como meta. De certa forma colocar o ônus da prova para não se chegar a essa meta ao gestor de cada entidade, ou seja, o objetivo fundamental do gestor de cada entidade é tentar atingir uma meta, estabelecidos os critérios gerais, mas essa meta, ou melhor, esse número de demissões, terá que levar em consideração o critério de bom funcionamento da instituição. Ou seja, esse é o objetivo, isto é, não é criar dificuldades para o bom funcionamento do Estado, mas enxugar o Estado daquilo que objetivamente todo mundo sabe que há excesso de pessoas.

O critério básico é esse: há uma meta — cada gestor terá que provar que não é possível chegar a essa meta. Então, esse é o ponto número um. Ponto número dois, as contas públicas. Do ponto de vista das contas para o ano de 1990, isso tem uma contribuição

importante na medida em que o objetivo é chegar a uma situação de superávit, evoluindo de uma situação de déficit importante de 8%. Então, a contribuição específica em termos absolutos é bastante importante.

Esse número a que o nobre Senador fez menção na verdade vai além do objetivo em termos de saneamento das contas públicas para o ano de 1990. Porém, algum número nessa direção é importante para o resultado que precisamos obter em 1991, como V. Ex.^a sabe muito bem, boa parte desse esforço fiscal corresponde a um ganho que ocorre uma única vez, tanto no que diz respeito ao certificado de privatização, como os ganhos do processo de privatização, como boa parte da arrecadação IOF, ela se extingue este ano.

Para conseguirmos o superávit de 1% do PIB no ano que vem, vamos ter de realizar um esforço fiscal e boa parte deste esforço deverá ser feito através, ou melhor, desses ganhos financeiros deverão ocorrer em função do ajuste no que diz respeito à máquina do Governo neste ano para gerar uma situação financeira do Governo melhor em 1991.

O SR. PRESIDENTE (Severo Gomes) — Concedo a palavra ao nobre Senador Jamil Haddad.

O SR. JAMIL HADDAD — Minhas perguntas serão poucas e rápidas.

Primeiramente, queria saber do Presidente do Banco Central se pode informar o montante da arrecadação do IOF sobre o dinheiro congelado e a transformação dos cruzados novos para cruzeiro. O montante da arrecadação do IOF.

O SR. IBRAHIM ERIS — Não tenho o número aqui, vou verificar com o Secretário da Receita Federal o montante e vou enviar a V. Ex.^a

O SR. JAMIL HADDAD — Se não me engano, V. Ex.^a já informou, mas não gravei, o montante de cruzados novos, hoje, levantado pelo Banco Central?

O SR. IBRAHIM ERIS — Aproximadamente, o último dado que tenho é de dois trilhões e novecentos bilhões de cruzeiros.

O SR. JAMIL HADDAD — V. Ex.^a poderia informar qual o montante à época da implantação do Plano?

O SR. IBRAHIM ERIS — Quatro trilhões e duzentos e cinquenta bilhões de cruzeiros, aproximadamente.

O SR. JAMIL HADDAD — A terceira pergunta é a seguinte: V. Ex.^a acha impossível responder ao meu requerimento de informações?

O SR. IBRAHIM ERIS — Nobre Senador, impossível não é. A questão é jurídica e não sou jurista. Na verdade, estou acompanhando as opiniões divergentes que há sobre a matéria. Aparentemente, há uma divergência entre Executivo e Legislativo sobre os procedimentos que devem ser obedecidos antes da divulgação de dados. Nós, no Banco Central, antecipamos o desfecho desta matéria. Já estamos fazendo os levantamentos.

O pedido de V. Ex.^a envolve levantamentos em 20 mil agências bancárias, conta por conta. O Banco Central pediu aos bancos e temos, hoje, parcialmente, alguns dados disponíveis no Banco Central, que se referem a um período ainda — não é total do período em que V. Ex.^a requereu. Também, temos, hoje, cifras nas nossas mãos acima de um milhão de cruzeiros. Os dados são muito volumosos, e são demorados para se levantar.

O SR. JAMIL HADDAD — Então, V. Ex.^a continua, em razão do parecer do Banco Central, do serviço jurídico, achando que há problemas de ordem legal para fornecer esses dados em razão do sigilo bancário e não aprovação pelo Plenário do Senado?

O SR. IBRAHIM ERIS — Nobre Senador, esta é a posição hoje do Departamento Jurídico do Banco Central e, aparentemente, a posição dos juristas do Poder Executivo.

O SR. JAMIL HADDAD — Vou apenas ler o que está escrito no jornal, para ver se V. Ex.^a confirma o que está aqui no jornal.

"Na interpretação do Banco Central, mesmo que quisesse, a Ministra da Economia, Zélia Cardoso de Mello, não poderia entregar os nomes ao Senado Federal, uma vez que o Banco Central está proibido de fornecer a lista. Portanto, o Senado tem a opção de submeter o pedido de aval ao Plenário ou solicitar ao Supremo Tribunal Federal parecer que considere nulo o art. 38, da Lei da Reforma Bancária."

Então, parece-me que o serviço jurídico do banco se fundamenta neste dispositivo.

O SR. IBRAHIM ERIS — Nobre Senador, sei que o nosso Departamento Jurídico está se baseando em vários artigos da Constituição, e a Lei nº 4.595.

Quero afirmar que a todos os pedidos da Ministra da Economia que estejam embasados em lei, o Banco Central obedecerá. E o Banco Central não está se negando a entregar os dados, o Banco Central, simplesmente, está obedecendo à lei. Se a lei exigir que o Banco Central forneça todo e qualquer dado, isso será feito logo que pudermos levantá-los; tanto que, como disse, para nos prevenirmos sobre um eventual desfecho que exija esse fornecimento, já estamos fazendo os levantamentos pedindo aos bancos os dados que serão fornecidos imediatamente, se a decisão for nesse sentido.

O SR. CHAGAS RODRIGUES — Pergunto a V. Ex.^a se o sigilo bancário prevalece também para a Polícia Federal.

O SR. IBRAHIM ERIS — O sigilo bancário é definido pela lei e prevalece em todo e qualquer caso por ela previsto.

O SR. CHAGAS RODRIGUES — Não sei se V. Ex.^a leu o *Jornal do Brasil* de hoje com o tema: Conversão de cruzados leva seis à cadeia. Os policiais identificaram os envolvidos por meio de informações fornecidas pelo Banco Central.

De maneira que me parece um fato extremamente inusitado que um Senador da Repú-

blica, eleito pelo povo para fiscalizar, de acordo com a Constituição, o Poder Executivo — e uma das maneiras de fiscalização se dá através do requerimento de informações — não possa ter esse requerimento de informações enquanto a Polícia Federal pode tê-lo.

Quero dizer a V. Exª que, hoje, o Senado e o Prodasen estão ligados diretamente ao Banco Central e é muito fácil... Infeliz do Banco Central neste País se não tem o levantamento do que houve no País em termos bancários do dia 15 de fevereiro a 15 de março. Como poderá haver controle da situação econômico-financeira do País se o Banco Central não tem esses dados?

Parece-me, na realidade, uma fuga ao requerimento de informações e V. Exª esteve aqui muito tranqüilamente, quando o seu nome foi aprovado, dizendo que atenderia a todas as solicitações que lhe fossem feitas pelo Senado, pois devia ao Senado as informações necessárias. No entanto, hoje, infelizmente, evasivas são feitas no sentido de não mostrar à população brasileira o vazamento de informações publicadas diariamente pela imprensa e que estão sendo negadas ao Senado da República.

De maneira que, quero deixar bem claro mais um fato aqui, que o sigilo bancário deixa de existir, o próprio Banco Central baixou uma instrução no sentido de que todas as aplicações deveriam ser transformadas em uma conta só. É está aqui no meu extrato bancário. Banco do Brasil. Retido. Extrato em cruzados, para simples conferência. Saldo anterior, tanto. Poupança 1, 2 e 3. Saldo retido, tal.

Para ser feito isso, quebrou-se o sigilo bancário. O Banco Central conhece todos os dados de todos os brasileiros que têm o seu dinheiro na rede bancária. Se não têm, não há como controlar.

V. Exª me fornece dados aqui de quanto existe de cruzados novos, de quanto foi convertido. Como esse levantamento foi feito?

O SR. IBRAHIM ERIS — Os bancos nos informam dados agregados em cruzados e em cruzeiros, conta por conta.

Conforme respondemos também ao Senador Mário Covas, não temos em nossos computadores contas individualizadas das pessoas e nem poderíamos ter, pois trata-se de 20 mil agências, milhares de contas por agência. Temos somente um fluxo de informações permanentes e diárias dos bancos para o Banco Central nas contas agregadas, pois para feitura de política monetária o que precisamos são exatamente esses dados. Temos, fiscalização por agência, por banco e, aí sim, inerente ao trabalho do Banco Central que entra e vê conta por conta. Mas a feitura de política monetária, controle monetário, não se exige que saibamos se o cidadão X tem 100 ou 200 cruzados na conta dele; o que precisamos saber é se no agregado, no total, quanto existe em cruzados e cruzeiros ou eventualmente banco por banco, para determinar reservas e depósitos compulsórios dele etc. Mas, não temos esses dados e tam-

bém não é impossível levantá-los, só que teríamos que pedir aos bancos para eles informarem sobre esses dados. Temos já à nossa disposição esses dados, parcialmente, e estamos continuando a nossa pesquisa.

Permaneço na minha posição, da ocasião da minha aprovação, que falei aqui, estou tentando atender, da melhor maneira possível, ao Congresso. Discutimos com o Senado sobre o fornecimento de dados, já instalamos nossos terminais aqui, e toda vez que vier algum pedido do Senador, do que eu sei, tentarei atender, da melhor maneira possível.

Neste caso estou obrigado a aplicar a lei, e estou numa situação de proteger o sigilo bancário dos cidadãos versus entregar. Essa é uma decisão jurídica que tenho que obedecer, porque os cidadãos também têm proteção, por lei.

No tocante a sigilo bancário, com a Polícia Federal, nossa Diretoria de Fiscalização levanta, apura, e se houver evidências suficientes manda para o Ministério Público os dados, pedindo que sejam processados a partir daí, no âmbito do Judiciário. Nesta fase, eventualmente, a Polícia Federal pode entrar no circuito ou não. Se o Ministério Público não achar razões para dar prosseguimento ao processo, neste caso é devolvido ao Banco Central. Nosso dever é mandar o Ministério Público, quando tivermos evidências suficientes de que há alguma coisa contra a lei. Este é nosso dever. Logo, o sigilo bancário pára aí, e nós entregamos ao Ministério Público todos os dados que temos ao nosso dispor para que as investigações se processem com total eficiência.

O SR. JAMIL HADDAD — Então, faço uma pergunta. V. Exª não recebeu informações de saques durante os feriados bancários, na rede bancária brasileira?

O SR. IBRAHIM ERIS — Estamos verificando e levantando essa questão, sim. Todas as informações que recebemos, Senador...

O SR. JAMIL HADDAD — Então, V. Exª está levantando — e o Senado há sessenta e três dias solicitou — e somente agora o banco está começando, iniciando os dados.

Então, quero deixar bem claro aos nobres companheiros, Senadores aqui presentes, que este Aviso nº 432, encaminhado pela Ministra da Economia, é apenas uma protelação para que nós não tenhamos esses dados, porque o próprio Presidente do Banco Central diz que a orientação do serviço jurídico do banco é no sentido que não possa ser dada essa informação.

Portanto, S. Exª está dando uma interpretação inexistente, a de que o requerimento teria transitado na Casa. E não transitou. O Presidente apenas comunicou que tinha sido aprovado pela Mesa e encaminhou ao Ministério. E disse:

“Determinei ao Banco Central as providências para que dentro dos próximos 5 dias, à vista das dificuldades operacionais, possam ser fornecidos os primeiros dados ao Senado Federal.”

De maneira que, Sr. Presidente, queria dizer o seguinte:

Há provas concretas de saques nos feriados bancários. O Banco Central está levantando. O Banco Central já levantou outros fatos, inclusive entregou à Polícia Federal para apurar, e 6 pessoas foram presas em São Paulo em razão de informações fornecidas pelo Banco Central.

De modo que, Sr. Presidente, queria apenas ter a confirmação da negativa do Presidente do Banco Central, em razão do que lhe é dito pela sua Assessoria Parlamentar e sua Assessoria Jurídica. E dizer da minha estranheza em razão do órgão fiscalizador, que é o Senado da República, não ter acesso às informações quando a Polícia Federal do Sr. Romeu Tuma tem acesso e a quebra do sigilo bancário se faz a qualquer momento.

Eram essas as considerações que queria fazer, Sr. Presidente.

O SR. IBRAHIM ERIS — Gostaria somente de fazer uma observação.

Não há nenhuma intenção de protelação na entrega de dados no pedido desses cinco dias.

O SR. JAMIL HADDAD — Se é a sua interpretação, V. Exª tem o direito de interpretar da maneira que desejar.

O SR. IBRAHIM ERIS — Claro. Senador, V. Exª pediu todos os saques acima de Cr\$ 500 mil, no período do dia 15 a 15; hoje, o Banco Central não tem dados completos referentes ao período do dia 15 a 15, com relação aos saques acima de Cr\$ 500 mil. Estamos ainda levantando, porque eu não tinha esses dados: precisamos pedir aos bancos que eles levantem, agência por agência, conta por conta, para nos mandar uma fita magnética para imprimir e entregar ao Senador, se for o caso.

O SR. JAMIL HADDAD — Estamos na era da informática e existem os discos que são transmitidos, ou melhor, os disquetes, dos bancos para o Banco Central. De modo que V. Exª não vai fazer o cálculo numa pequena maquininha; a informática hoje nos dá os dados necessários em poucas horas, para o Brasil todo, onde V. Exª desejar e o montante que desejar.

O SR. IBRAHIM ERIS — Senador, por isso que é possível coletar os dados de períodos para V. Exª levantar em alguns dias, em vez de ser em alguns anos. Graças à informática estamos conseguindo fazer isso, senão levaria alguns anos para levantar-se os dados.

O SR. PRESIDENTE (Severo Gomes) — Srs. Senadores, quero lembrar que a nossa Comissão tem reunião marcada para às 17 horas; peço a presença dos Srs. Senadores para podermos adiantar nossos trabalhos.

Muito obrigado ao Dr. Ibrahim Eris e ao Dr. Antônio Kandir pela atenção que deram à nossa Comissão.

(Levanta-se a reunião às 13h30min.)